

**KATIA MIKA NISHIMURA**

***PARADOXOS DA EXPERIÊNCIA  
DEMOCRÁTICA BRASILEIRA:  
CONSERVADORISMO NA SOCIEDADE  
E APOIO À DEMOCRACIA  
(Valores, opiniões e atitudes dos  
brasileiros em 2002).***

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia  
e Ciências Humanas, da Universidade  
Estadual de Campinas, para obtenção do  
Título de Doutor em Ciências Sociais.  
Área de Concentração: Cultura e Política.

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Meneguello

**CAMPINAS**

**Maio 2009**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP  
Bibliotecária: Maria Silvia Holloway – CRB 2289**

**N633p** Nishimura, Katia Mika  
**Paradoxos da experiência democrática brasileira:  
conservadorismo na sociedade e apoio à democracia (valores,  
opiniões e atitude dos brasileiros em 2002) / Katia Mika  
Nishimura - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

**Orientador: Rachel Meneguello.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Democracia - Atitudes. 2. Conservantismo - Brasil.  
I. Meneguello, Rachel. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Paradox of Brazilian Democratic  
Experience: Conservatism of the Society and  
Democracy support (values, opinions and attitudes of  
brazilian people in 2002).**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Democracy – Attitudes  
Conservatism - Brazil**

**Área de Concentração: Ciências Sociais**

**Titulação: Doutor em Ciências Sociais**

**Banca examinadora: Rachel Meneguello, Vera Lucia Michalany Chaia,  
Valeriano Mendes da Costa, Fernando Antonio  
Lourenço, Maria Teresa Kerbauy.**

**Data da defesa: 28-05-2009**

**Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de  
Doutorado, em sessão pública realizada em 28 de maio de 2009,  
considerou a candidata **KATIA MIKA NISHIMURA** aprovada.

1. Profa. Dra. Rachel Meneguello (orientadora) \_\_\_\_\_

2. Profa. Dra. Vera Lúcia Michalany Chaia \_\_\_\_\_

3. Prof. Dra. Maria Teresa Kerbauy \_\_\_\_\_

4. Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço \_\_\_\_\_

5. Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira da Costa \_\_\_\_\_

suplentes:

Profa. Dra. Elizabeth Balbachevsky

Prof. Dr. Julian Borba

Profa. Dra. Luciana Tatagiba

*Aos meus pais, Yoshihiro e Albertina,  
com amor e eterna gratidão;  
ao Vitor, meu companheiro de vida, e  
às minhas queridas Lara e Laís,  
com esperança, pela alegria de todos os  
dias!*

## **AGRADECIMENTOS**

É com sentimento profundo de gratidão e com muito carinho que gostaria de registrar aqui meus agradecimentos às pessoas que me acompanharam ao longo desse período em que desenvolvi este trabalho. Agradeço à Professora Dra. Rachel Meneguello, pela oportunidade de trabalhar no CESOP e por sua orientação rigorosa e dedicada. Seu empenho, sua dedicação à pesquisa e seriedade na condução do trabalho acadêmico serão sempre lembrados como modelo do trabalho intelectual. Seu apoio e motivação foram muito importantes para o desenvolvimento deste estudo.

Este trabalho não teria sido possível, nem se tornado uma realidade, sem o apoio da minha maravilhosa família. Minha eterna gratidão aos meus queridos pais, Albertina e Yoshihiro. Esta conquista também é de vocês. Ao Vitor, meu querido companheiro de vida, seu apoio em todos os momentos tornou esse trabalho uma possibilidade. A você e as nossas queridas Lara e Laís agradeço a alegria de todos os dias e a compreensão por todos os momentos de ausência. Aos meus irmãos Érika, Sussumu e Bárbara agradeço todo apoio e as palavras de incentivo que, mesmo de tão longe, sempre tiveram efeito certo. Às minhas queridas Isabelle e Gabriela, agradeço a doce companhia nos meus primeiros anos de doutorado, foi muito bom tê-las conosco. Aos meus pequenos Raul e Anita, agradeço os momentos de alegria que passamos juntos. Agradeço todo o apoio do Ronaldo, da Tia Ida, do Machado, da Célia, do Gustavo e da Isabela. À Tatiana agradeço o apoio, a amizade, por dividir e compartilhar as angústias, as dificuldades, as conquistas e também as alegrias desses anos de doutorado.

Não posso deixar de mencionar meus queridos amigos e agradecê-los pelo apoio em diferentes momentos desse trabalho: Ana Paula Moraes da Silva Maccaffani, Fabíola Brigante Del Porto, Gabriela Copello Levy, Daniela Moreti Mendonça e Samuel Mendonça, Fábio Yoiti Hirano, Simone da Silva Aranha, Márcio Rodolfo Nogueira, Carolina Raquel Duarte de Melo Justo, Carolina Cantarino Rodrigues, Joice Melo Vieira pela amizade e companhia no MQ de BH, e ao Douglas Mansur da Silva e à Luíza pelo apoio nesse momento final. À Jane Melo pela sua colaboração e sua amizade, tão prontas sempre. A ela e à Célia Barletta Machado agradeço o suporte técnico nessa etapa final de redação da tese.

Aos colegas do CESOP com quem trabalhei também sou muito grata pelo apoio profissional e amigo da Rosi, o suporte estatístico do Vitor Cooke Vieira e do Clécio da Silva Ferreira.

Meus agradecimentos também ao Professor Valeriano Mendes Ferreira da Costa, pelas leituras, contribuições e por sua participação nas minhas bancas e exames que sempre contribuíram no desenvolvimento do meu trabalho.

Agradeço finalmente o apoio da FAPESP sem o qual a realização dessa pesquisa certamente não teria ocorrido nesse período.

## RESUMO

O contexto pós-eleitoral de 2002 fornece os dados para o estudo da presença de atitudes e valores conservadores nas relações sociais e da adesão ao regime democrático e aos seus procedimentos. Tal paradoxo caracteriza a experiência brasileira democrática dos últimos anos.

A partir dos dados do ESEB - Estudo Eleitoral Brasileiro - procurou-se identificar opiniões e atitudes dos brasileiros relativos às questões do âmbito sociocultural e sobre as instituições políticas. A análise dos dados apontou elementos no sentido de compreender o conservadorismo presente na dinâmica social como um fenômeno multidimensional. Para os brasileiros, a dimensão sociocultural, em que se verificaram posicionamentos conservadores, e a dimensão do mundo da política são dimensões distintas. No mapa de valores dos brasileiros, a adesão normativa à democracia é forte, mas a democratização mantém os traços de uma sociedade autoritária definida por preconceitos fundados em traços de hierarquia social e que tem nas suas bases socioeconômicas os seus principais fundamentos.

Palavras-chave: democracia – atitudes; conservadorismo – Brasil

## **ABSTRACT**

The 2002 post election context gives us the data to the study of the attitude and values of conservator people about the social relation and the democratic system adhesion and its procedures. This paradox characterizes the Brazilian democratic experience of the last years.

The studies of ESEB - Brazilian Election Study - tried to identify opinion and attitudes of the Brazilian people concern to the question of the social cultural ambit and concern to politics institutions. The analyses of the data show us elements in order to comprise the conservatism that exists on the social dynamic as a multidimensional phenomenon. To the Brazilian people, the social cultural dimension, where it could be found conservatory emplacement, and the political word dimension, are two distinct dimensions. On the value map of the Brazilian people, the normative adhesion to the democracy is very strong, but the democratization keeps the authoritarian society lines determined by preconceptions based on the social hierarchy lines and which has on your social economics bases its principal grounds.

Keywords: democracy – attitudes; conservatism – Brazil

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E MODELOS

TABELA 1 – Opinião sobre homossexualismo	78
TABELA 2 – Opinião sobre programa que defende o casamento entre homossexuais	79
TABELA 3 – Opinião sobre a divisão do trabalho de casa e o cuidado dos filhos	82
TABELA 4 – Atitude que uma mulher agredida deve tomar	82
TABELA 5 – Opinião sobre aborto	85
TABELA 6 – Opinião sobre aborto segundo a filiação religiosa	86
TABELA 7 – Opinião sobre a reforma agrária	88
TABELA 8 – Opinião sobre a invasão de terras como meio de pressionar o governo a fazer a Reforma Agrária	89
TABELA 9 – Valores e Opiniões sobre Hierarquia Social I	91
TABELA 10 – Valores e Opiniões sobre Hierarquia Social II	91
TABELA 11 – Valores e Opiniões sobre Hierarquia Social III	91
TABELA 12 – Discriminação e Preconceito Racial	95
TABELA 13 – Opinião sobre medidas de Segurança Pública	99
TABELA 14 – Opinião dos entrevistados que apontaram a violência como maior problema e opiniões dos entrevistados que apontaram outros problemas, com relação aos seus posicionamentos acerca das medidas punitivas	99
TABELA 15 – Opinião sobre democracia I	113
TABELA 16 – Opinião sobre democracia II	113
TABELA 17 – Opinião sobre a melhor atuação para resolver os problemas do país	113
TABELA 18 – Opinião sobre as eleições presidenciais	115
TABELA 19 - Opinião sobre a influência do voto no que acontece no Brasil	117
TABELA 20 – Atitude em relação ao voto obrigatório	119
TABELA 21 – Opinião sobre os partidos políticos I	123
TABELA 22 – Opinião sobre os partidos políticos II	123
QUADRO DA ANÁLISE FATORIAL 1	104
QUADRO DA ANÁLISE FATORIAL 2	127
MODELO 1 – Conservadorismo sociocultural – controle da ordem social	

MODELO 2 – Preconceito e Discriminação racial  
MODELO 3 – Hierarquia Social  
MODELO 4 – Papel da Mulher  
MODELO 5 – Homossexualismo e Aborto

# **SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO 01**

**CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS TEÓRICOS 05**

**1. A Cultura Política como perspectiva teórica 05**

**2. Conservadorismo – referenciais para pensar o caso brasileiro 25**

**CAPÍTULO 2 – DEMOCRATIZAÇÃO E CONSERVADORISMO NA SOCIEDADE  
BRASILEIRA 43**

**1. A construção da ordem democrática 43**

**2. O conservadorismo na sociedade brasileira 53**

**CAPÍTULO 3 – CONSERVADORISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS E  
DEMOCRACIA POLÍTICA – PARADOXOS DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA  
BRASILEIRA DOS ÚLTIMOS ANOS 75**

**CAPÍTULO 4 – PERFIL SOCIAL DOS POSICIONAMENTOS CONSERVADORES  
NA SOCIEDADE BRASILEIRA 139**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS 163**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 171**

**FICHA TÉCNICA: ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO 183**

**ANEXO – Tabelas das variáveis socioeconômicas e demográficas 185**

## INTRODUÇÃO

O estudo de um dos aspectos do paradoxo da experiência democrática brasileira dos últimos anos, que se caracteriza pela coexistência do apoio à democracia e aos seus procedimentos e da presença de atitudes e opiniões conservadoras na dinâmica das relações sociais, se baseou nos dados do ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro – survey nacional realizado em várias cidades brasileiras no contexto pós-eleitoral de 2002.

Esta pesquisa de doutorado tinha como objetivos identificar valores e atitudes dos brasileiros relativos ao âmbito sociocultural e opiniões e atitudes em relação às instituições políticas. O desenvolvimento da análise dos dados procurou verificar a relação entre o conjunto dos valores e atitudes que remetiam ao conservadorismo e as atitudes relativas à avaliação das instituições do mundo da política. A hipótese era a de que as posturas conservadoras acerca de questões do âmbito sociocultural estariam associadas às atitudes e opiniões não-democráticas referentes às instituições políticas. Essa hipótese se fundamentou na discussão da bibliografia temática nacional que destacou as características de uma dinâmica social marcada por preconceitos e uma visão hierarquizada da sociedade.

A análise dos dados revelou que o conservadorismo presente no cotidiano das relações sociais é um fenômeno de caráter multidimensional. Os posicionamentos conservadores observados acerca das questões do âmbito sociocultural pertencem a dimensões distintas da dimensão da avaliação das instituições do mundo da política. Esses

resultados refutaram a hipótese originalmente elaborada acerca da associação entre os posicionamentos conservadores e as atitudes não-democráticas, não obstante, forneceram elementos para pensar a natureza da relação dos brasileiros com o mundo da política que se caracteriza pelo distanciamento. Os dados apontaram elementos que permitem delinear um perfil socioeconômico e demográfico dos posicionamentos conservadores na sociedade brasileira. A partir desses dados pode-se dizer que esses posicionamentos têm idade, sexo, escolaridade e renda. As atitudes e opiniões conservadoras, hierárquicas e preconceituosas são encontradas majoritariamente entre o público masculino, de maior idade, de menor renda e com menos anos de estudo.

Desses resultados pode-se dizer há uma adesão significativa por parte do público brasileiro ao regime democrático e aos seus processos, no entanto, a democratização convive e mantém características de uma sociedade autoritária marcada por preconceitos, que se baseiam em traços de hierarquia social e que tem nas suas bases socioeconômicas os seus principais fundamentos. Dados que reforçam os elementos do paradoxo mencionado.

Essas idéias são desenvolvidas e os resultados são apresentados neste texto em quatro capítulos. No primeiro capítulo são apresentados os referenciais teóricos que orientaram o desenvolvimento desse estudo. Trata-se da abordagem da cultura política e dos referenciais do conservadorismo. No capítulo dois, que também se encontra dividido, a primeira parte trata da construção da ordem democrática e a segunda traz uma discussão da literatura nacional que destaca os elementos conservadores, autoritários e hierárquicos presentes na dinâmica da sociedade brasileira. Os elementos desenvolvidos nessa discussão levaram à decisão de trabalhar com a categoria conservadorismo para designar o

conjunto de manifestações verificadas no cotidiano da sociedade, como as atitudes hierárquicas, preconceituosas e os valores conservadores; e, reservar as categorias autoritarismo e autoritário para fazer referência aos fenômenos observados no mundo da política, em oposição à idéia de democracia e democrático. A adoção da categoria conservadorismo se fundamentou na idéia de que as atitudes hierárquicas, autoritárias e de preconceito, de certo modo, têm também como finalidade conservar, manter uma determinada situação ou organização social.

No capítulo três as hipóteses originais são testadas através de análises e procedimentos estatísticos. Esse capítulo trata do desenvolvimento da análise dos dados do ESEB. A revelação dos resultados da análise é precedida pela apresentação das variáveis utilizadas, cujos temas são contextualizados e discutidos. São dois os modelos de análise desenvolvidos e apresentados que destacam os principais resultados da pesquisa sobre o conservadorismo e sobre a relação dos posicionamentos referentes ao âmbito sociocultural e aqueles relativos à avaliação das instituições do mundo da política. O último capítulo completa a análise sobre o fenômeno do conservadorismo na sociedade brasileira delineando os elementos que constituem o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos posicionamentos e atitudes conservadoras no período estudado.

## **CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS TEÓRICOS**

### **1. A Cultura Política como referencial teórico**

A sociedade brasileira caracteriza-se pelo paradoxo da experiência democrática do apoio ao regime democrático e aos seus procedimentos e da presença de posicionamentos e opiniões conservadoras no âmbito das relações sociais. Para tratar de tal questão, buscou-se a abordagem teórica da cultura política. Uma explicação fundada nesta perspectiva considera uma longa corrente de fatores em que estão presentes elementos do contexto atual do indivíduo, bem como características e elementos históricos advindos das suas experiências passadas adquiridas ao longo de um processo de socialização cumulativa, no qual os aspectos subjetivos têm papel significativo. O tratamento do peso dos valores e opiniões sobre assuntos do âmbito sociocultural, na avaliação dos brasileiros acerca das instituições do mundo da política, toma como referência dados do contexto mais recente e também elementos socioculturais do seu passado histórico. Para a cultura política, as escolhas políticas são produto da avaliação que os atores fazem do seu contexto e das orientações apreendidas durante o processo de socialização pelo qual passaram, em que diversas experiências incidiram.

Da perspectiva deste trabalho, importa a interpretação e a avaliação dos diferentes atores inseridos na realidade social brasileira sobre o mundo da política, pois a existência de uma democracia

pressupõe mais do que simplesmente a constatação de regularidades institucionais. A abordagem da cultura política privilegia, em sua análise, os aspectos subjetivos das orientações políticas dos indivíduos. A noção de cultura política diz respeito ao universo dos valores e crenças e ao conjunto de atitudes e orientações presentes nas avaliações dos indivíduos sobre o processo político no qual estão inseridos.

A lacuna entre a existência formal das instituições democráticas e a incorporação da democracia nas práticas cotidianas dos agentes políticos leva à suposição da existência de duas culturas políticas em disputa no interior do sistema político brasileiro (AVRITZER, 1995). Assim, a idéia de que é preciso compreender que existe um entrelaçamento de uma cultura política não-democrática com a institucionalidade democrática, em que as práticas que dominam não se caracterizam por ser exclusivamente democráticas ou completamente autoritárias, parece apontar a perspectiva que se deve ter ao tratar de uma questão nesse contexto. Da perspectiva deste trabalho, esta é a óptica mais indicada para abordar o processo de democratização. No tratamento do caso brasileiro parece igualmente importante considerar a ocorrência de eleições e a vigência de direitos assegurados por uma Constituição, como também destacar a análise da atitude dos sujeitos sociais com relação a esses direitos e o entendimento do motivo de a ação cotidiana de atores políticos relevantes, como governo, membros do judiciário, e até da polícia brasileira, não se orientarem pela normatividade existente (AVRITZER, 1995). O foco desta pesquisa se concentrou nas tendências de atitudes dos brasileiros observadas em um contexto pós-eleitoral (2002), e seus resultados podem contribuir para o debate acerca da democratização e da cultura política brasileira na

medida em que buscou o sentido intersubjetivo incorporado pelos sujeitos acerca da sua realidade social.

Ao tomar essa abordagem como referencial teórico cumpre trazer para a discussão deste trabalho elementos do debate em torno do conceito de cultura política que contribuem para a fundamentação teórica da pesquisa<sup>1</sup>.

A expressão cultura política foi criada em meados dos anos sessenta por Almond e Verba, que tinham como meta discutir o papel da cultura política no funcionamento dos regimes democráticos (ALMOND & VERBA, 1967, p.13). Assim como *A democracia na América* de A. de Tocqueville é considerada pela bibliografia temática obra pioneira nesta área – e apontada por Almond e Verba como tratamento mais sofisticado dos temas da cultura política – *The civic culture* é referência contemporânea obrigatória nesse debate, muito embora, esta tenha sido uma obra muito criticada e os próprios autores tenham realizado uma revisão dos seus principais argumentos em uma segunda obra intitulada *The civic culture revisited*.

### **The civic culture e cultura política – definição do conceito e críticas**

Nesse estudo de Almond e Verba, a elaboração da noção de cultura política valeu-se da contribuição de trabalhos de diversas áreas do

---

<sup>1</sup> A discussão aqui apresentada tem por objetivo destacar os elementos do debate acerca do conceito de cultura política que orientam o referencial teórico da pesquisa, não tem a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema.

conhecimento, da antropologia, da sociologia, da filosofia, da história e da psicologia, que enfatizaram o estudo das dimensões subjetivas da política. Dentre as referências mencionadas, a influência dos conceitos sociológicos e de seus aspectos subjetivos, de Max Weber e de Talcott Parsons, é destacada como sendo decisiva na confecção das principais categorias analíticas empregadas no estudo. Para além de definir o conceito de cultura política, Almond e Verba buscaram elaborar um método para estudá-la nas sociedades contemporâneas onde a vida social tornava-se cada vez mais complexa (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999). Os autores tinham à sua disposição a metodologia da pesquisa de survey, que tornava possível a especificação exata e a elaboração das dimensões subjetivas da democracia política estável que almejavam analisar. Essas características tornaram *The civic culture* um estudo pioneiro nesta área.

Cultura política foi definida por Almond e Verba (1967) como expressão dos sentimentos, percepções e avaliações da população de uma sociedade em relação ao seu sistema político. Em sua formulação inicial na década de sessenta, a definição foi adaptada à análise das propriedades culturais associadas à estabilidade democrática. Nessa formulação, cultura política consistia nas orientações cognitivas, avaliativas e afetivas de uma determinada população em relação ao fenômeno político. Nessa elaboração do conceito estão incluídas a idéia de conhecimento e habilidades políticas, de sentimentos e orientação de valores em relação ao processo político e em direção ao sistema político como um todo, incluindo partidos políticos, burocracias e a própria atuação do indivíduo como participante.

Anos mais tarde, em *The civic culture revisited*, ao tratar das críticas do conceito de cultura política algumas contribuições de outros autores e de suas investigações foram consideradas (PYE & VERBA, 1966; ALMOND & POWELL, 1966), os diferentes modos pelos quais a noção poderia contribuir ao explicar processos e problemas políticos foram discutidos e o foco ficou sobre os temas do desenvolvimento político. Importantes dimensões da cultura política foram definidas como o sentido de identidade nacional e atitudes em relação à própria participação e em relação aos outros cidadãos; expectativas e atitudes em relação ao desempenho governamental e conhecimento acerca das atitudes com respeito aos processos de tomada de decisão política.

O conceito de cultura política, apresentado nesta obra, foi elaborado tendo em vista três aspectos que deveriam ser considerados em uma análise baseada nessa perspectiva: o conteúdo substantivo, a variedade de orientações e a relação sistêmica entre estes componentes. De modo resumido, pode-se dizer que o conteúdo substantivo se referiria ao sistema cultural, ao processo cultural e à orientação política de um grupo social, sendo que o sistema cultural consistiria na distribuição das atitudes em relação à idéia de comunidade nacional, ao sentido de identidade, atitudes relacionadas à legitimidade do regime e das suas instituições, e atitudes referentes à legitimidade e efetividade dos vários papéis políticos. O processo cultural de um grupo social incluiria as atitudes em relação à própria participação do indivíduo na política e também às atitudes em relação aos outros atores políticos (em que pode se verificar ou não a presença de noções de confiança, competência cooperativa e hostilidade). A orientação política consistiria na distribuição das preferências no que diz respeito aos resultados da política e à ordem que

determinados valores políticos ocupariam para diferentes grupos da população. As orientações em relação ao sistema e processo políticos poderiam ser de caráter cognitivo, constituída de crenças, informação e análise; de caráter afetivo, que consistiria em sentimentos de adesão, aversão ou indiferença; e de caráter avaliativo, consistindo em julgamentos morais de um tipo ou outro. O caráter sistêmico desses componentes é o terceiro aspecto da cultura política, mencionado pelos autores; ou seja, as orientações, os valores políticos e as atitudes estão inter-relacionados, há uma consistência interna que uniria estes elementos (ALMOND & VERBA, 1980, p. 28).

O conceito formulado por Almond e Verba foi inicialmente adaptado à cultura cívica, ou seja, foi elaborado para análise das propriedades culturais associadas à idéia da estabilidade democrática, ao modelo de democracia liberal. A cultura cívica consistiria no conjunto de atitudes e orientações presentes em uma sociedade de democracia estável, que se destacaria pelo equilíbrio entre posicionamentos condicionados e atitudes participativas dos cidadãos, uma *“combinação de atividade política, envolvimento e racionalidade com passividade, tradicionalidade e comprometimento com os valores locais”* (ALMOND & VERBA, 1980, p. 24-25). Nesse sentido, a cultura cívica seria a cultura política democrática (PATEMAN, 1980), derivada de uma concepção específica de democracia, aquela advinda do modelo teórico liberal. Assim, na sua origem, o conceito de cultura política esteve ligado à idéia do modelo político de democracia participativa, e segundo esse parâmetro, somente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha se adequavam ao modelo.

Embora a reflexão de Almond e Verba tenha seguido na mesma direção que os estudos antropológicos que buscavam o caráter nacional<sup>2</sup>, importando o conceito de cultura da antropologia, o projeto em *The civic culture* consistia em entender de que modo a cultura democrática estava sendo ou não absorvida em outras sociedades. Apesar da influência de correntes da antropologia, em que a noção de cultura traz um caráter de relativização, a cultura cívica foi apresentada pelos autores como conquista das sociedades americana e britânica (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999).

O viés liberal democrático anglo-americano que marcou o conceito de cultura política inicialmente foi um dos aspectos em que se concentrou parte das críticas ao estudo pioneiro de Almond e Verba.

Para Pateman (1980), um dos aspectos problemáticos do estudo de Almond e Verba reside justamente na ausência de uma discussão acerca da concepção de democracia utilizada. Dada a centralidade dessa noção no estudo, em que os autores pautaram a análise dos dados e a elaboração do conceito de cultura política, Carole Pateman (1980) argumenta que o estudo trazia dados empíricos novos que possibilitariam uma reflexão acerca da noção de democracia que considerasse as diferentes clivagens presentes em uma sociedade, as relações entre classes, o status socioeconômico e a ocupação dos indivíduos, as diferenças de gênero, a orientação e envolvimento político, bem como o impacto desses elementos na cultura política. A consideração de tais elementos poderia explicar as diferenças marcantes

---

<sup>2</sup> Kuschnir e Carneiro (1999) mencionam os estudos de Margareth Mead, Ruth Benedict e Edward Sapir, vinculados a Franz Boas, que, nos anos pós-guerra, influenciados pelo contexto histórico e político, direcionaram suas pesquisas para a compreensão da cultura e das questões relacionadas ao caráter nacional.

no interior das culturas políticas dos países modelos no estudo, que no caso americano, são significativas a ponto de se poder falar em uma cultura política dividida (PATEMAN, 1980). A adoção e o não questionamento do paradigma liberal e da igualdade formal institucionalizada impedem o reconhecimento dos problemas internos dos modelos americano e britânico. As diferentes inserções dos indivíduos na sociedade, que incidem nas visões de competência e participação política dos cidadãos, não são tomadas no estudo de Almond e Verba como problema, mas apenas como indicativos do caráter pluralista dessas sociedades.

Anos mais tarde, na década de noventa, quando estudos de cultura política tomam fôlego com a publicação de artigos em periódicos e livros (RENNÓ, 1998), Almond (1990) apresenta uma definição de cultura política não propriamente vinculada ao modelo liberal democrático, que marcou inicialmente a noção. Essa definição realizada pela teoria da cultura política, segundo o autor, seria composta por quatro partes que diriam respeito ao seu conteúdo e também às suas relações. Cultura política consistiria, então, em um conjunto de orientações subjetivas de um grupo social, que poderia ser uma população nacional ou subgrupo desta, acerca do seu sistema político. Seu conteúdo resultaria do processo de socialização iniciado na infância, com a educação formal e informal, com a exposição aos meios de comunicação e experiências adultas com a avaliação do desempenho governamental social e econômico. A cultura política poderia afetar a estrutura política governamental restringindo-a, mas não a determinando.

## **Cultura política – socialização política e importância dos aspectos subjetivos**

Uma das características de uma explicação baseada na teoria da cultura política é a consideração de uma longa e complexa corrente de fatores, que focaliza grupos sociais<sup>3</sup> e envolve suas experiências históricas transmitidas através do processo de socialização, iniciado na infância e continuado por toda a vida do indivíduo. Este processo de socialização permite que uma resposta específica seja dada considerando um conjunto corrente de circunstâncias políticas (WHITEFIELD & EVANS, 1999).

Na noção de cultura política utilizada por Almond e Verba, como também em muitos estudos posteriores ao *The Civic Culture*, o processo de socialização tem importância significativa na definição das atitudes políticas dos atores. O estabelecimento da relação entre o processo de socialização e as atitudes políticas dos indivíduos nos modelos de cultura política implica no reconhecimento de que componentes subjetivos intervêm nos posicionamentos tomados frente às situações sociais objetivas. As posturas e respostas dos atores a essas situações se concretizam através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva que realizam. Nos modelos da cultura política, os atores se posicionam e tomam atitudes levando em consideração um complexo conjunto de fatores em que os aspectos subjetivos também estão presentes (ECKSTEIN, 1988; ALMOND, 1990).

---

<sup>3</sup> A cultura política, como componente na explicação de um fenômeno político, deve ser tomada primeiramente como propriedade de uma coletividade, que pode ser uma nação, região, classe, comunidade étnica, organização formal, partido ou qualquer outra coletividade. Os indivíduos têm crenças, valores e atitudes; mas cultura é algo coletivo. ELKINS & SIMEON, 1979.

A importância significativa dos aspectos subjetivos no processo de definição das atitudes dos atores políticos é enfatizada e desenvolvida em um conhecido artigo de Eckstein (1988). Segundo o autor, a teoria da cultura política segue alguns postulados e critérios, como o da ação orientada; no qual os atores respondem às situações através de “orientações mediadas” - que são disposições gerais que moldam as ações dos atores para determinadas situações. A ideia de “*orientações para ação*” segue um modelo particular psicológico de estímulo-resposta e não um simples modelo comportamentalista em que o subjetivo não intervém entre a experiência das situações e as respostas para a ação. Trata-se de modelos mediacionais em que as respostas para os estímulos são consideradas resultados da experiência das situações objetivas e do processo de experiência subjetiva dos atores. As orientações fazem o processamento dessas experiências. “*Orientações não são atitudes*”, destaca Eckstein (1988). Atitudes são específicas enquanto orientações são disposições gerais. As atitudes derivam das orientações e as expressam, embora as atitudes possam, através de seu modelo, auxiliar na busca pelas orientações, explica o autor.

Nesse sentido, uma outra ideia que se deve ter como ponto de partida em uma análise fundada nessa perspectiva é a de que as orientações variam e não são meros reflexos subjetivos das condições objetivas. Não são adquiridas automaticamente, são apreendidas na experiência social e cultural, no processo de socialização cultural. Esse processo de socialização é cumulativo, a ideia é a de que o aprendizado se dá continuamente durante toda a vida do indivíduo. Segundo Eckstein, as suposições da teoria da cultura política levam a uma expectativa de continuidade, mesmo nos casos de mudança nos contextos objetivos das

ações políticas. Essa expectativa de continuidade das orientações agregadas resulta do pressuposto de que as orientações não são reflexos superestruturais das estruturas objetivas, pois também envolvem estruturas e comportamentos com significado cognitivo e normativo. A continuidade cultural resulta também do pressuposto de que as orientações são formadas através dos processos de socialização. No âmbito da socialização direta, a continuidade geracional ocorre através do que se pode chamar de socializadores formados; no âmbito da socialização indireta, que se dá através da experiência, a continuidade geracional também é verificada, posto que a experiência com a autoridade ocorre primeiro na família, depois na escola, e em outros ambientes em que socialização também se dá (ECKSTEIN, 1988, p. 792).

As instituições educacionais e a mídia desempenham um importante papel, como “*transmissores de cultura*”, junto ao processo em que a cultura e os valores de uma sociedade são passados de uma geração para outra. Para Inglehart e Baker (2000), a permanência de um conjunto de valores tradicionais em determinadas sociedades pode ocorrer, a despeito de mudanças de outra ordem, devido ao peso de sua herança cultural. As diferenças entre as sociedades no que diz respeito à persistência de certos valores se devem às especificidades históricas e às circunstâncias de cada localidade (INGLEHART & BAKER, 2000). O caso brasileiro é ilustrativo desse quadro, em que se verifica, apesar da ocorrência de alterações na ordem econômica, social e política, a presença de valores tradicionais que não acompanharam a modernização da sociedade brasileira.

### **Cultura política – a dimensão endógena da formação de valores**

Para a abordagem teórica da cultura política, a origem das preferências dos indivíduos está nas relações sociais, no processo de socialização. Os valores que são compartilhados pelos indivíduos e suas diferentes trajetórias de vida legitimam as relações sociais como geradoras de diversas preferências. As preferências advêm dos interesses que as pessoas têm, e estes interesses são produtos da relação social. Os indivíduos avaliam a situação, distinguem interesses opostos e separam os interesses dos outros dos seus próprios. Através da interação social, os significados são divididos e conferidos aos eventos e objetos. As preferências são formadas através da organização das relações sociais, devem vir de dentro dos arranjos institucionais – *“quando os indivíduos tomam importantes decisões, estas escolhas são, simultaneamente, escolhas da cultura – valores compartilhados que legitimam padrões diferentes de práticas sociais”* (WILDAVSKY, 1987, p. 05). A cultura é construída no processo de tomada de decisão e as preferências políticas são formadas através do apoio ou da oposição às instituições (WILDAVSKY, 1987).

As atitudes e preferências políticas dos indivíduos, nessa perspectiva, resultam de valores e orientações que estes trazem consigo, da sua experiência sociocultural, ou seja, originam-se no sistema em que os indivíduos estão inseridos, e, neste sentido, são internos a ele. A cultura política considera que os valores de uma determinada cultura resultam da convergência normativa dos indivíduos através do processo de socialização com experiências históricas e símbolos comuns. Ora, a

existência das instituições não pode ser explicada somente com referência ao auto-interesse material dos indivíduos. E o cálculo da ação social e política do indivíduo não tem como desconsiderar o contexto cultural em que está inserido, seus interesses são condicionados pelo ambiente cultural. A relação custo-benefício não é realizada no vazio, é definida pelas possibilidades culturais. Na explicação da estrutura e da legitimidade política, os valores compartilhados entre um grupo social, bem como suas práticas e experiências históricas, são elementos que têm peso significativo. Em uma explicação do fenômeno político, elementos culturais não competem com fatores de ordem econômica ou institucional, a reunião desses fatores pode antes contribuir à medida que se complementam e combinam os resultados encontrados (ECKSTEIN, 1988; WILDAVSKY, 1987; ALMOND, 1990; INGLEHART, 1988, 1993; INGLEHART & BAKER, 2000; WHITEFIELD & EVANS, 1999). Como ressaltaram Reis e Cheibub (1995), ao destacarem a importância de se conhecer o conjunto de valores e atitudes das elites brasileiras para compreender o processo de democratização em curso na sociedade brasileira, incluir a dimensão ideológica-cultural no contexto das escolhas torna a análise mais precisa; é nessa dimensão que os valores e as crenças tomam forma.

Há pesquisas que apresentam evidências empíricas com a indicação de que a emergência e a viabilidade da democracia está relacionada com o desenvolvimento econômico, mas esses resultados dependem de mudanças culturais específicas (INGLEHART, 1988). Com base nos resultados dessas pesquisas, Inglehart afirma que, embora um certo desenvolvimento econômico seja necessário para uma democracia se estabelecer, o desenvolvimento econômico por si só não produz a democracia. A menos que mudanças específicas ocorram na estrutura

social e cultural, o resultado pode não ser uma democracia, mas uma variedade de alternativas. Dados de surveys realizados em vários países indicam que diferenças culturais duradouras existem e, embora essas diferenças possam estar relacionadas ao nível de desenvolvimento econômico de um determinado país, elas são relativamente independentes das mudanças econômicas de curto prazo. Esses fatores culturais têm grande importância na durabilidade da democracia que parece resultar de uma complexa inter-relação de fatores institucionais, culturais e econômicos, destaca Inglehart (1988).

Para a perspectiva da cultura política, há uma dinâmica na qual a causalidade opera nos dois sentidos, a cultura seria esse complexo de interações em que os valores e as atitudes têm peso sobre o estabelecimento e desenvolvimento das instituições, e o desempenho destas influenciam a definição das atitudes. As orientações para a ação não são adquiridas automaticamente, são aprendidas nas experiências social e cultural. Um dos supostos da abordagem da cultura política, justamente, é o da socialização cumulativa, segundo o qual o aprendizado é um processo que se dá continuamente durante toda a vida do indivíduo, de modo que o aprendizado inicial funciona como um filtro para o aprendizado mais recente. Verifica-se uma tendência em que partes do aprendizado cognitivo, afetivo e avaliativo, adquiridos durante toda a vida social e cultural do indivíduo, formam um todo consistente e coerente (ECKSTEIN, 1988).

Assim, deve-se considerar que cultura é processo social, e, portanto, é dinâmica, o argumento da importância do sentido da causalidade para a validade do conceito de cultura política, se são as

estruturas que influenciam as atitudes ou se são estas que sustentam as instituições, torna-se vazio e pouco convincente. No processo de socialização cultural cumulativa, elementos novos se somam aos já existentes, inclusive aqueles de caráter avaliativo. Os pressupostos da teoria da cultura política, como o da socialização cumulativa, conforme a argumentação de Eckstein (1988), levam a uma expectativa de continuidade cultural, mesmo nos casos em que se trata de mudanças nos contextos objetivos das ações políticas.

(...) a familiarização cultural processa a experiência na ação através das predisposições gerais cognitivas, afetivas e avaliativas; os padrões de tais predisposições variam de sociedade para sociedade, de segmento social para segmento social, eles não variam por causa da situação objetiva ou da estrutura social, mas variam devido ao aprendizado culturalmente determinado. ECKSTEIN, 1988, p. 792.

### ***Cultura política e estrutura política – cultura política brasileira pós-1985: uma cultura política em mudança***

A relação entre cultura e estrutura política foi uma das questões mais destacadas no debate da teoria da cultura política. Sem dúvida o posicionamento dos autores do *The civic culture* com relação a essa questão foi um dos focos mais questionados pelas críticas que se dirigiram a um certo determinismo culturalista implícito nas hipóteses originais do estudo de Almond e Verba (1967), que trataram o fenômeno dos valores políticos como um dado, como algo que prescindiria de uma explicação teórica para a sua origem. Ao supor que a estabilização de um regime democrático depende da ocorrência de um conjunto de disposições político-culturais favoráveis, os autores adotaram uma

perspectiva que toma a cultura política como uma variável que independe de qualquer outro fator. Esse posicionamento dos autores, foi bastante questionado. Questionava-se se o regime democrático seria produto da disseminação de valores, orientações para ação e atitudes democráticas ou se seria a existência da democracia como regime, com suas normas e o seu funcionamento, que levaria ao envolvimento dos cidadãos à política e, por conseguinte, geraria entre eles a sensação de que poderiam influenciar nas importantes decisões políticas com sua participação. A argumentação da crítica se concentrou na afirmação de que a cultura política deve ser tomada como produto da interação social, portanto, não há espaço para qualquer determinismo cultural (PATEMAN, 1971; BARRY, 1970).

Como destacou Moisés (1992, 1995), é problemático o posicionamento que sustenta que a cultura política não é influenciada pelo modelo de funcionamento das instituições políticas. Do mesmo modo, identificar e restringir a origem dos valores políticos simplesmente à existência das instituições não explica o motivo que leva os atores políticos a construir certas instituições e darem a elas determinado sentido e não outro. A adesão dos indivíduos a determinadas atitudes e opiniões deve constituir uma explicação em si, o que remete ao fenômeno da formação de interesses, identidades e concepções acerca da relação entre sociedade e política; diz respeito aos interesses econômicos e sociais de indivíduos e grupos, às identidades sociais, sexuais, religiosas e partidárias. Enfim, remete às concepções sobre o papel do poder público, às relações entre o Estado e a sociedade, dos grupos sociais e entre os próprios atores políticos. Essas dimensões implicam em valores e orientações intersubjetivas que resultam em posicionamentos e influenciam as decisões concernentes

à formação de instituições políticas (MOISÉS, 1995; INGLEHART, 1990).

Inglehart sustenta que sociedades que apresentaram consistentemente níveis relativos de uma cultura cívica, um conjunto coerente de atitudes e posicionamentos em relação à satisfação com a vida como um todo, a confiança entre as pessoas, a satisfação política e o apoio à ordem social existente apresentaram uma maior tendência de sustentar um quadro de estabilidade democrática comparativamente àquelas com baixos índices em relação a esse conjunto de questões. Esta síndrome cultural relacionada à democracia pode estar também associada aos índices de desenvolvimento econômico das sociedades, ou seja, os fatores econômicos e as variáveis culturais estão associados à viabilidade de uma democracia. Não obstante, afirma o autor, dada a complexidade dessa relação entre a estrutura (no sentido social e econômico, e especificamente político) e os fatores culturais, e considerando a limitação dos dados e informações, conclusões definitivas podem ser precipitadas; muito embora esses resultados indiquem o papel de destaque dos fatores culturais no desenvolvimento político e econômico (INGLEHART, 1988). Para Muller e Seligson (1994), há um efeito unidirecional da democracia sobre a cultura cívica. Para os autores, que trabalharam com dados de surveys realizados em países da América Central e Europa, os resultados da análise sobre os vínculos causais entre os níveis de atitudes de cultura cívica e mudança no nível da democracia não sustentam a tese de que as atitudes de cultura cívica são a principal ou mesmo a maior causa da democracia (MULLER & SELIGSON, 1994).

Essa idéia da inversão do sentido da causalidade do regime para cultura política, de certo modo, ressalta a importância das análises

dos processos de democratização com atenção aos fatores culturais como elementos significativos na análise, à medida que se pode observar os efeitos da mudança do regime na avaliação, opinião e atitudes das pessoas que vivem em tal sociedade.

Para Lamounier e Souza (1990), a cultura política pode ser tomada como causa e consequência do funcionamento do sistema político. Os autores sustentaram esse posicionamento ao discutir o cenário político brasileiro nos primeiros anos seguintes ao fim da ditadura. Naquele contexto, elementos de uma cultura política marcada pela ordem patrimonialista e elementos de uma cultura política que indicavam uma valorização do regime democrático e de seus procedimentos poderiam ser identificados junto à população (LAMOUNIER e SOUZA, 1991). As eleições diretas para o executivo e legislativo ocorriam com regularidade e o ato de votar e escolher o governo através de eleições era apontado, por parte significativa da população, como o procedimento mais associado à democracia (MOISÉS, 1990, 1992, 1995). Ainda que algumas das expectativas com o novo regime eram frustradas na medida em que os índices de desigualdades sociais persistiam, havia indicadores de uma certa adesão dos brasileiros à democracia e uma valorização dos seus procedimentos.

O papel da cultura política na elucidação das decisões políticas, das escolhas e linhas de ação e das percepções do alcance e significados do estabelecimento de uma ordem democrática específica é destacado pelos estudos brasileiros sobre o que identificaram como *consolidação democrática*. Esta seria uma fase posterior à democratização em si, na medida em que os resultados das pesquisas em que basearam seus estudos apontaram que para segmentos da

sociedade brasileira a ordem democrática já estaria implantada (REIS e CHEIBUB, 1995; LIMA e BOSCHI, 1995; LIMA e CHEIBUB, 1996). A cultura política é tomada como variável interveniente, como variável que, articulada conjuntamente com outros elementos e variáveis estruturais, contribui decisivamente para a explicação acerca da consolidação de um regime político, da sua continuidade no tempo e de sua estabilidade. Longe de ser a única responsável pela mudança de um regime político, a cultura política se apresenta nesse debate da democracia como elemento indispensável no processo de sua construção social (MOISÉS, 1995), na medida em que os valores são tomados como base para as escolhas políticas dos cidadãos (REIS e CHEIBUB, 1995).

Resultados de pesquisas realizadas no final dos anos oitenta e início dos anos noventa permitem afirmar que transformações na cultura política brasileira não devem ser menosprezadas, pois indicam o surgimento de uma valorização da democracia quanto aos seus procedimentos junto à população brasileira. Como bem destacou Moisés (1995) essas transformações estão na *“base da nova atitude dos brasileiros de valorizarem a democracia como idéia normativa”*, que significa valorizá-la devido à *“superioridade de suas regras de procedimento”*. Essa base de apoio atitudinal ao regime é indispensável para o surgimento de novas atitudes democráticas. Diante da sobrevivência dos estilos políticos tradicionais no interior da democracia, essas novas atitudes por parte significativa da população brasileira emerge como base fundamental a partir da qual *“a tradição antidemocrática pode ser rompida”* - suposição que se apóia na experiência de outras sociedades que passaram por experiências do autoritarismo e passaram por mudanças na sua estrutura e cultura política (MOISÉS, 1995, p. 266).

Não obstante, as mudanças na cultura política brasileira se deparam com os limites impostos pelas consequências das desigualdades sociais e pelos resultados das ações insuficientes das lideranças políticas que conduziram o processo de democratização. Se esses fatores não impediram o desenvolvimento das transformações político-culturais, pode-se afirmar que obstaculizaram sua generalização na sociedade e enfraqueceram elementos da cultura política democrática em formação, de modo que parcelas mais pobres foram afastadas das atividades políticas mais importantes. Assim, embora esse processo seja marcado por significativas mudanças, verificam-se tendências favoráveis a continuidades, como a pouca participação da vida política por parte de segmentos mais pobres da população, seja por não captarem ou por não terem clareza do sentido das transformações na ordem política. O caráter da participação desses segmentos destaca a importância da educação no exercício da cidadania no Brasil, em que aquelas parcelas da população que não têm acesso à escolarização apresentam grandes dificuldades em lidarem com elementos básicos da vida em uma democracia, como buscar informações e se posicionar frente as alternativas políticas apresentadas. Assim, tendo em vista elementos como a herança política e a sobrevivência das desigualdades sociais, econômicas e regionais parece mais apropriado apontar o surgimento de tendências distintas na formação de diferentes subculturas políticas, na medida em que diferentes inserções sociais se traduzem em percepções, avaliações e atitudes políticas distintas. Nas palavras de Moisés (1995), estes elementos consistiriam o próprio *paradoxo da legitimidade democrática*.

Neste sentido, Lima e Boschi (1995) salientam que o processo

de institucionalização seria o próprio processo no qual determinados valores se generalizariam entre as elites políticas. Do mesmo modo que a estabilidade das regras políticas só é assegurada através do seu exercício continuado, pode-se pensar que a eliminação de valores não identificados com a democracia requer também um processo de longo prazo. Desse modo, é possível que a valorização das instituições de competição política seja compatível com a prevalência de valores como o privilegiamento da hierarquia e do elitismo. O que significaria admitir a possibilidade da convivência da democracia, enquanto institucionalidade, com uma cultura política não totalmente democrática. A relação entre a aceitação das regras e as dimensões normativas da democracia não é necessariamente positiva e linear.

O contexto da democratização pode ser caracterizado como um cenário em que segmentos da sociedade não têm dúvidas da institucionalização da democracia, mas no plano das relações sociais não se verifica um conjunto de valores em sintonia com o plano institucional, à medida que valores indicativos de uma visão hierárquica e elitista da organização social estão presentes. É nesse campo que se questiona sobre os valores presentes na sociedade brasileira nesse contexto e sua associação com as atitudes em relação às instituições democráticas.

## **2. Conservadorismo – referenciais para pensar o caso brasileiro**

Antes de abordar os diferentes aspectos do conservadorismo

na sociedade brasileira cumpre apresentar o referencial teórico que orienta essa reflexão. Tendo em vista que são muitas as vertentes do pensamento conservador e que se trata de um fenômeno que se desenvolve de modo particular em cada localidade em que se apresenta, procurou-se destacar os seus principais referenciais e temas que constituem parâmetros para a análise do impacto do conservadorismo presente na sociedade brasileira nas atitudes e opiniões dos seus atores sociais no que diz respeito às instituições políticas democráticas.

Um primeiro aspecto importante a destacar diz respeito ao caráter relacional do conservadorismo. Os conservadores, em uma determinada localidade, podem defender instituições e práticas recusadas por conservadores de um outro contexto. O conservadorismo deve ser compreendido como uma resposta a uma situação social específica, sua manifestação em um determinado tempo e lugar pode ter pouca relação com uma manifestação em outro tempo e lugar. Tendo em vista esses elementos, deve-se considerar que, embora algumas instituições específicas, que os pensadores conservadores buscam conservar e defender, tenham variado no tempo e no espaço, um conjunto de suposições, temas e imagens conservadoras permanecem (MULLER, 1997).

O aspecto relacional da perspectiva conservadora é algo que se deve ter em mente ao buscar o entendimento das características do contexto onde o fenômeno do conservadorismo se desenvolve, como no caso brasileiro aqui estudado que apresentou diferentes dimensões. Mais do que simplesmente conservar algo que existe, é importante para o conservadorismo a perspectiva voltada para o passado, pois a origem do sentido e significado do que hoje existe foi antes lá firmado. Essa idéia está

presente em uma passagem de um texto de Mannheim (1986), que bem traduz a perspectiva conservadora, nela o autor afirma que “*ver as coisas autenticamente como um conservador, é viver os acontecimentos em termos de uma atitude nascida de circunstâncias e situações presas ao passado*”. É nesse sentido que se destaca a noção mais básica do conservadorismo, a tradição. A importância da tradição para o conservadorismo reside justamente na vinculação que faz do presente com o passado. A idéia é a de que a tradição se refere não somente aos costumes e cerimoniais passados de uma geração de indivíduos a outra, mas que contém todo um conhecimento e uma sabedoria acumulados. Não é o passado que é consagrado na tradição, mas a sabedoria que pode ser incorporada. A característica que distingue a tradição do hábito e do costume reside no fato de ela pressupor uma idéia de verdade ritual; a fonte da sua autoridade reside nesse traço definidor. Essa verdade ritual seria mostrada na repetição da fórmula prática. Aqueles que protegem a tradição, que a “guardam” teriam um acesso privilegiado à verdade ritual, à sabedoria da tradição. Assim, a razão de o passado ser essencial para a tradição está no fato de que a sabedoria tradicional deve ser passada adiante de modo prático, como em um aprendizado (GIDDENS, 1996, p. 58). Lealdade e autoridade, dois outros conceitos vitais para o pensamento conservador, guardam uma importante relação com a idéia central de tradição. A autoridade que interessa ao conservador seria aquela informada e legitimada por símbolos tradicionais. Já a idéia de lealdade estaria relacionada a uma filiação a grupos que estão organizados mais devido aos vínculos da tradição do que a uma associação racional (GIDDENS, 1996).

O caráter orgânico da sociedade, na perspectiva

conservadora, é expresso através da lealdade que os membros de uma coletividade devem a uma autoridade, seja a família, uma comunidade corporativa ou o Estado. Os pequenos grupos ou os grupos intermediários são muito valorizados neste sentido por carregarem consigo a idéia dos laços sociais de comunidade. Segundo esta concepção, os indivíduos somente conseguem agir como tal, ou seja, preservando sua individualidade, à medida que podem se “identificar” com coletividades maiores. Este peso significativo dos laços sociais entre os indivíduos e também entre eles e uma comunidade maior pode ser atribuído às noções herdadas da Idade Média, em que estava presente a idéia de uma cadeia hierárquica na qual os grupos e associações partiam do indivíduo à família, passando pela paróquia, Igreja, Estado e chegavam por fim a Deus (NISBET, 1987).

O peso dos laços sociais de comunidade e da cadeia hierárquica que parte do indivíduo e finaliza no divino remete a uma das suposições do conservadorismo mais recorrentes que diz respeito à imperfeição humana. Para os conservadores, um traço característico da espécie humana é a dependência dos homens um dos outros; essa indicaria a necessidade da existência das instituições para orientar, dirigir e impor limites. O argumento dos conservadores é o de que os impedimentos impostos pelas instituições são necessários para guiar e constranger as paixões humanas. Assim, os conservadores estão dispostos “*a proteger a autoridade e a legitimidade das instituições existentes porque a sua crença na sociedade humana não pode florescer sem elas*” (MULLER, 1997, p. 11). As instituições sociais humanizam os homens, através delas e da cultura inculcada nelas, dos hábitos e costumes passados por elas, os homens se tornam decentes, segundo a perspectiva conservadora. A

importância política das instituições sociais reside justamente no fato de que elas transmitem as maneiras e costumes tão necessários à ordem social (MULLER, 1997)

A valorização de instituições como a família e a Igreja na perspectiva conservadora está relacionada a essa idéia da preservação da ordem social. Segundo esta orientação, família e Igreja são comunidades morais e devem ter seus direitos e autonomias preservados por garantirem a continuidade da ordem social, sua estrutura social interna integra a tradição e os valores morais compartilhados. A valorização dos pequenos grupos e comunidades também advinha da idéia de que a relação entre os membros do grupo não levava a uma tirania, mas reforçava a liberdade dos indivíduos (NISBET, 1987). Para a perspectiva conservadora há uma incompatibilidade entre os valores da liberdade e da igualdade. Enquanto o objetivo da igualdade consiste em redistribuir ou nivelar os valores imateriais e materiais de uma comunidade, a finalidade da liberdade é proteger os indivíduos e a propriedade da família. Vale transcrever aqui a descrição de Nisbet (1987) acerca desta incompatibilidade pois resume bem o ponto de vista conservador:

Além disto, sendo o vigor individual do espírito e do corpo diferente nos indivíduos desde o nascimento, todos os esforços para compensar esta diversidade de forças por meio da lei e do governo só podem prejudicar as liberdades dos interessados; especialmente as liberdades dos mais fortes e mais brilhantes. NISBET, 1987, p. 83-84.

Essa crença dos conservadores na importância da diferenciação social e da hierarquia é bastante marcante deste pensamento. É percebida em diferentes contextos socioculturais e históricos, como foi destacado na pesquisa conduzida por Pierucci (1987, 1999) na cidade de São Paulo, em que a crença na desigualdade inerente

e incontornável entre as pessoas foi expressa de modo significativo. Para os conservadores, igualdade remete ao nivelamento e à uniformidade, à ausência de diferenciação vital que remete ao caráter de massa, que a igualdade desordenada pode provocar em uma sociedade. A maioria dos mecanismos utilizados para se alcançar a igualdade parecem, aos olhos do conservador, uma ameaça às liberdades individuais e do grupo. A ameaça legal, configurada por meio da tributação ou redistribuição, de tirar do domínio da família a propriedade foi uma das questões mais combatidas frente aos liberais e socialistas por este pensamento. Segundo esta concepção, as potencialidades niveladoras e igualitárias da lei, formal e estatuída, destruiriam os costumes e traria conseqüências devastadoras para a diversidade e hierarquias da sociedade. Verifica-se nessa perspectiva uma crença na legitimidade da desigualdade, o conservador acredita na necessidade da existência de elites políticas, culturais e econômicas (NISBET, 1987).

Assim, nessa concepção conservadora que aponta a diferenciação social e a hierarquia como aspectos imprescindíveis para manutenção da ordem social, o preconceito desempenha uma importante função na maneira de conhecer, compreender e sentir. Já que as maneiras advindas com o Iluminismo ameaçavam destruir devido à busca individual da verdade contra o que estava consagrado pela experiência e pela tradição. O preconceito poderia ser de grande valia em uma situação de emergência e em um momento de decisão, dada a sua pronta aplicação, pois poderia apontar previamente um caminho estável de sabedoria e virtude a ser seguido. O preconceito “*é um resumo, na mente individual, da autoridade e da sabedoria contidas na tradição*”. (BURKE, 1982). A valorização do preconceito por parte da perspectiva

conservadora estaria relacionada a um tipo de conhecimento cuja essência seria o aspecto prático. Seria o conhecimento concreto, adquirido através da experiência, em oposição à idéia do conhecimento apresentado sob a forma de princípios abstratos e generalizações. Subjacente à crítica conservadora a todo tipo de utopismo e reforma política estaria presente essa distinção entre os tipos de conhecimento. Na concepção conservadora, a devoção a regras, a princípios e abstrações poderia levar à tendência de lidar com o povo como “massas”, perdendo-se o elemento social de sua função na sociedade. O povo, assim, deveria ser visto como pais, trabalhadores, consumidores, eleitores, etc.. *“somente o preconceito pode manter os cidadãos unidos, ao contrário da tirania que o racionalismo governamental às vezes impõe ao povo”*. (NISBET, 1987, p. 64). Nesse sentido, o preconceito seria a força que motivaria a luta pela liberdade, e não os direitos abstratos, pois os preconceitos sobre religião, propriedade, autonomia nacional e participação na ordem social teriam sido implantados lentamente nas mentes de um povo.

A idéia de que liberdade e propriedade estão inseparavelmente ligadas é também uma convicção do conservadorismo. A propriedade é muito valorizada nessa concepção e consiste em um elemento muito importante da política conservadora. É tomada pelos conservadores como a própria condição de sua humanidade, responsável pela superioridade do homem em relação ao mundo natural. A ameaça à propriedade privada, sua destruição por meio de alguma medida de regulamentação se configuraria como algo muito sério, que equivaleria ao crime praticado contra a cristandade (NISBET, 1987, p. 98).

Embora o estabelecimento divino da ordem social não se configure mais uma proposta, a religião ainda tem um peso significativo

para o conservadorismo. Na concepção conservadora, a religião estabelecida seria como um sistema com duas funções principais: conferir um determinado caráter sagrado às funções vitais do governo e a todo aparelho político ou social; a segunda função, controlar o poder do Estado e das suas ações de poder arbitrário. Nessa perspectiva, uma igreja estabelecida e fortemente vinculada com sua comunidade poderia atuar dessa forma. Embora a atuação da igreja católica na América Latina não tenha se dado nos termos referidos acima, a religião católica se estabeleceu com fortes vínculos de modo que é expressiva a herança cultural dos valores religiosos nas sociedades latino-americanas marcadas pelas características do desenvolvimento do conservadorismo católico (Fennochio, 2002).

A religião ainda é tomada como básica para as visões de muitos conservadores da atualidade, seu conjunto de valores tradicionais e morais são revalorizados. O neoconservadorismo, movimento de idéias que retomou e valorizou alguns dos temas do conservadorismo, e se desenvolveu na Alemanha e nos Estados Unidos com características distintas, defende em sua proposta preservar instituições como a família e a igreja, comunidades que carregam algum significado moral e que estão fora das esferas da economia e da política (GIDDENS, 1996).

A ordem burguesa é vista pelos neoconservadores como nociva aos símbolos e práticas tradicionais que dão base a uma existência social significativa, mas a influência que o capitalismo e a democracia liberal passaram a ter na vida social passou a ser aceita por eles. O crescimento econômico é tomado como algo conveniente e acreditam que seja necessário para a estabilidade social e política nas condições

sociais atuais. A economia de mercado é vista como condição necessária, mas não suficiente para uma “boa sociedade”. Os neoconservadores, no caso específico norte-americano, fazem oposição ao liberalismo devido principalmente à sua postura em relação aos costumes e à moral que acompanha os programas de intervenção econômica.

Nos últimos anos, a força política conservadora seria a Nova Direita, cujas idéias podem ser melhor descritas como neoliberalismo do que como neoconservadorismo (GIDDENS, 1996). A partir de meados dos anos setenta, a ocorrência de um conjunto de fenômenos permite falar em uma “guinada conservadora” – um movimento de todo o espectro político, ideológico e cultural do Ocidente para a direita (CUEVA, 1989). Em resposta à crise dos modelos econômicos do pós-guerra, como o Estado do bem-estar social, desenvolveram-se em diferentes localidades do mundo, temas e políticas públicas, idéias propostas com posicionamentos bem definidos e justificados a partir de um arcabouço teórico. Algumas dessas correntes de idéias foram desenvolvidas em centros universitários, influenciaram o debate acadêmico, orientaram políticas públicas, programas partidários e a formação da opinião pública. Muitas dessas correntes, como as frentes de extrema-direita européia, participaram atuando no campo político eleitoral, através de organizações de pressão parlamentar, constituindo partidos políticos, ou atuaram em partidos políticos estabelecidos, como é o caso da Nova Direita norte-americana e sua atuação no interior do Partido Republicano. A colaboração de intelectuais neoliberais e neoconservadores também foi verificada em programas dos partidos conservadores e em governos como de M. Thatcher no Reino Unido e de R. Reagan nos Estados Unidos, que incorporaram vários elementos desse ideário em suas plataformas políticas

nos anos oitenta (ALVES, 1999). Houve uma retomada dos valores tradicionais em reação às reivindicações dos movimentos sociais e políticos, que apresentavam novos temas como a luta pelos direitos iguais das mulheres, a questão da liberalização do aborto, o movimento pela igualdade de direitos das minorias étnicas e culturais, associado às idéias sobre a expansão de mercado (MOUFFE, 1981). Verificou-se assim, uma fusão entre os valores tradicionais como o respeito à família, as virtudes do trabalho e autoridade, e os valores do capitalismo competitivo (HUNTER, 1981).

O discurso coerente e articulado do neoliberalismo sobre a sociedade consistiria em um discurso sobre o político fundado no econômico, cujo lema poderia ser descrito como *“a liberdade até o limite de seu abuso, a desigualdade até o limite do tolerável, a flexibilidade até o limite da insegurança”* (THÉRET, 1994, p. 56). Para o neoliberalismo, é o conjunto articulado desses três elementos: liberdade, desigualdade e flexibilidade, que garantiria, no plano doutrinário, a eficiência econômica do mercado e levaria a um considerável crescimento da produção material e ao progresso social. A ordem social para o neoliberalismo seria assegurada pelo funcionamento de um mercado auto-regulador e pelos efeitos mecânicos do comportamento mercantil e competitivo dos indivíduos.

O neoliberalismo reconhece a qualidade orgânica da sociedade; não obstante, para os neoliberais, essa característica da sociedade estaria ligada à coordenação espontânea e involuntária dos indivíduos que atuariam por suas próprias motivações. O mercado com bom funcionamento seria apontado como principal exemplo dessa ordem

social espontânea, sua principal âncora institucional. Para a Nova Direita estaria em curso a decadência moral da vida familiar, considerada nociva, pois a família deve ser uma instituição forte. E, para tanto, os laços familiares devem ser restabelecidos. O declínio da família, nessa concepção, estaria relacionado com alguns fatores, como a permissividade sexual iniciada pelos movimentos liberais dos anos sessenta, a indulgência dos pais em relação aos seus filhos, a difusão pública do homossexualismo e a visibilidade crescente do feminismo. No entanto, por trás dos discursos e posicionamentos em favor do fortalecimento da família e do restabelecimento dos seus valores, verifica-se um movimento em direção à defesa da eliminação de alguns direitos, considerados nocivos ao bom funcionamento da sociedade de mercado.

O elemento caracterizador da Nova Direita nos Estados Unidos consistiu na combinação dos posicionamentos defendidos pelo neoconservadorismo, com ênfase na recuperação dos aspectos moral e cultural, com as idéias defendidas pelo neoliberalismo no plano econômico, como a crítica à intervenção estatal e o planejamento econômico. A expansão das idéias conservadoras se deu em um contexto de enfraquecimento do Partido Democrata, em que o Partido Republicano adota um discurso crítico sobre as questões nacionais combinando com temas como a homofobia e assuntos de conteúdos substantivos do fundamentalismo religioso e da moralidade familiar (MAIRA, 1981; WOLFE, 1981). O desenvolvimento do movimento *The American New Right*, que se contrapunha à intervenção estatal na economia, defendia a economia de mercado, o capitalismo competitivo, a liberdade individual, algumas características do liberalismo clássico; e, no plano dos valores, pregava o resgate do conservadorismo tradicional e do

moralismo puritano, foi emblemático do movimento da Nova Direita naquele país. Com a defesa dos interesses da classe média branca, se posicionava fortemente contra os movimentos que apresentavam novos temas como o movimento negro, de mulheres, feminista, de homossexuais e também o movimento pacifista e dos jovens hippies. Esse movimento pioneiro da Nova Direita americana era formado basicamente por militantes de causa, oriundos da pequena burguesia, que tinham participado de grupos da velha direita ou do Partido Republicano. Os meios de comunicação de massa foram utilizados por esse movimento como principal veículo para disseminar suas idéias e símbolos na opinião pública (ALVES, 1999). O movimento, que no início se caracterizou pela ação direcionada a questões específicas voltadas a moralidade familiar, parte, em meados dos anos setenta, para a atuação em organizações conservadoras centrais. A existência desses grupos e organizações da Nova Direita americana foi imprescindível para a sobrevivência desse ideário, sem a atuação desses grupos o sentimento de reação permaneceria latente sendo canalizado somente pelos candidatos em época de eleições (HUNTER, 1981). A mobilização populista de temas vinculados a assuntos familiares e culturais fortaleceu o apoio necessário para a introdução do programa econômico e da política externa por parte das forças políticas conservadoras (MAIRA, 1981).

Na Europa, no final dos anos setenta e durante os anos oitenta, as idéias conservadoras da Nova Direita encontraram lugar no governo britânico de M. Thatcher, com as privatizações e as medidas neoliberais de redução das políticas públicas do Estado de bem-estar social. Esse conjunto de idéias se expandiu com a crise econômica que afetava não somente a Grã-Bretanha, mas outros países ocidentais que lidavam com as

incertezas geradas naquele contexto da crise do petróleo. A origem da crise econômica, para os líderes dos grupos conservadores, estaria relacionada à intervenção do Estado na economia. Assim, as principais medidas tomadas pelos grupos conservadores quando o governo foram a redução da ação do Estado e adoção de regras de liberalização dos mercados, e uma política externa de combate a União Soviética. De modo um tanto similar ao ocorrido nos Estados Unidos nesse contexto, na Inglaterra, o programa radical de mudanças do governo Thatcher, implementado na economia, veio acompanhado do reconhecimento da importância das tradições. A retomada dos valores do conservadorismo pode ser verificada nas idéias apresentadas acerca do programa de regeneração moral e das virtudes ativas do thatcherismo<sup>4</sup>. Um dos pontos de ligação entre as virtudes ativas e os temas estabelecidos pelo conservadorismo resulta no modo de pensar sobre a família. Para a Nova Direita, para o neoliberalismo, o fato de a família ser reduzida a uma relação de propriedade representa justamente a fonte de sua força, pois acredita-se que a posse de propriedade proporciona à família continuidade, através da sua transmissão ao longo das gerações. Outro importante elemento é o sentimento de solidariedade encontrado em uma família que possui interesses conjuntos em propriedade de posse comum (GIDDENS, 1996).

A crítica ao modelo igualitário surgido no pós-guerra nas

---

<sup>4</sup> “O thatcherismo é uma cruzada para libertar as “virtudes ativas” da autoconfiança e da iniciativa individual das mãos enjoativas da burocracia e do *establishment*”. A privatização de indústrias estatais, por exemplo, ajuda a aumentar a eficiência econômica; porém, e mais importante, as “virtudes ativas” são promovidas pela privatização, que torna a propriedade de ações uma possibilidade para milhares de pessoas. A difusão da posse de propriedade amplia “a energia pessoal e a ousadia, componentes fundamentais das virtudes ativas”. Destaca Giddens, a partir do trabalho de LETWIN, S. R. (1992) *apud* GIDDENS, 1996, p. 48. (grifos do autor).

democracias ocidentais constitui a problemática geral que une as várias vertentes sob o rótulo da Nova Direita, a revitalização do antiigualitarismo seria o ponto central do debate da Nova Direita. Historicamente, o igualitarismo tem sido o elemento que melhor caracteriza os movimentos de esquerda, como tendência a favorecer as políticas que tornam mais iguais os desiguais “e não como uma utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo”, defende Bobbio (1995, p. 110). Não obstante, para a Nova Direita o ideal do igualitarismo representa uma ameaça cultural às diversidades de cada povo e sua cultura, a medida que as identidades coletivas não são respeitadas.

Nos últimos anos, a Nova Direita tem apresentado, principalmente em território francês, um movimento com reivindicações centradas nas questões das identidades culturais com desdobramentos racistas e xenofóbicos. Em um contexto de crise econômica e desemprego o discurso direitista xenófobo antiimigrante tem encontrado apoio eleitoral principalmente entre o público mais jovem, como mostrou a votação no candidato de extrema-direita francês Jean-Marie Le Pen nas eleições presidenciais em 2002<sup>5</sup>. O *Front National*, partido criado em 1972 por J.M. Le Pen, inicialmente contou com o apoio de uma pequena parcela da burguesia e registrava uma votação pouco significativa. Mas, nos últimos anos, com os altos índices de desemprego em toda a Europa, o partido tem aumentado sua base eleitoral de caráter popular com o discurso

---

<sup>5</sup> “Cada povo deve encontrar a solução de seus problemas dentro das fronteiras geográficas e históricas de seu país. A nacionalidade francesa é herdada ou merecida. Se nós não defendermos nosso espaço seremos submergidos pela miséria que os estrangeiros vão nos trazer.” J.M. Le Pen em entrevista à Folha de S. Paulo, 28 de fevereiro de 2000. No primeiro turno das eleições francesas de 2002, J.M. Le Pen obteve 16,9% dos votos (a taxa de abstenção foi de 28,4%) defendendo questões como a preferência de emprego para o trabalhador francês, a devolução dos imigrantes ilegais e sem emprego para seus países e o restabelecimento da pena de morte, entre outras medidas. Superou L. Jospin 16,1% e disputou o segundo turno com J. Chirac que obteve 19,9%.

nacionalista. Esse discurso tem sido, de certo modo, fomentado pelo movimento de caráter intelectual, surgido em meados dos anos sessenta, que defende o que é identificado como civilização europeia ocidental. O centro de estudos sobre a civilização europeia, *GRECE (Groupement de Recherche et d'Etudes pour la Civilisation Européenne)*, fundado em 1968 e liderado pelo intelectual Alain Benoist, defende o direito à diferença e a civilização europeia que na sua concepção são ameaçados pelo ideal igualitarista. O grupo argumenta em favor de um modelo político focado na questão das identidades culturais, na preservação das identidades coletivas (TAGUIEFF, 1994). Essa argumentação em defesa do respeito às diferenças tem se tornado a justificativa teórica para as manifestações racistas que apontam os imigrantes como responsáveis pelo desemprego na França. O discurso nacionalista francês é absorvido principalmente pelo público jovem de baixa renda e escolaridade que encontra dificuldades em conseguir uma colocação de trabalho e acredita que a presença do imigrante implica na redução das oportunidades de emprego.

Os efeitos do que foi chamado de “*direitização do Ocidente*” nos países latino-americanos foram significativos tendo em vista que os custos da crise internacional recaíram diretamente sobre os países mais pobres. Esses sofreram ainda o desmantelamento das políticas públicas de Estado em nome do grande capital e das forças de mercado. Levados por esse contexto internacional os Estados latino-americanos tornaram-se ainda mais conservadores repreendendo os movimentos populares que viviam sob a ameaça do retorno de um governo militar. O conservadorismo apareceria de forma dissimulada nas aberturas dos regimes, antes ditatoriais, para a democracia que, apesar de configurarem uma realidade, traziam um caráter conservador que

combinava a razão democrática com a razão capitalista-imperialista (CUEVA, 1989).

No Brasil, a transição do regime autoritário para a “Nova República” foi um processo em que se verificou não somente o surgimento de novas instituições, mas a permanência e a recriação de outras instituições aos moldes antigos, como destacou Ianni (1989). A economia nacional permaneceu organizada segundo os interesses da empresa privada e do grande capital, das multinacionais e dos bancos credores da dívida externa. E foi nesse cenário que o neoliberalismo apareceu na economia e na política, ficando ainda mais evidente no discurso do poder, em que o presidente recém-empossado falou da importância da liberdade econômica, da liberdade política e da participação da iniciativa privada em um contexto em que se desejava “construir uma grande democracia” (IANNI, 1989, p. 116).

A direita tradicional, autoritária, passaria a conviver com a direita contemporânea, mais democrática, ambas veriam a democracia como um compromisso estratégico que poderia assegurar a sobrevivência naquele cenário político (SOUZA, 1992). Embora no Brasil não tenha se desenvolvido uma Nova Direita em termos daquelas organizações ou partidos políticos existentes nos Estados Unidos e na Europa, foi possível verificar semelhanças nos discursos, nas demandas e nas formas de atuação dos políticos, partidos e governos a partir dos anos noventa. O que caracterizou propriamente a Nova Direita no Brasil foi a negação do modelo estatista de governo que vigorava no país até então. A Nova Direita defendia a substituição do modelo de administração com intervenção do Estado por um modelo que se aproximasse mais das idéias

do neoliberalismo, em que a preocupação não estivesse centrada na distribuição de renda, mas no crescimento econômico. A campanha das eleições de 1989 foi emblemática, neste sentido, da convergência dos discursos dos partidos políticos sobre a necessidade de reestruturar o Estado brasileiro. Muito embora essas forças conservadoras reclamem da tutela do Estado nos assuntos econômicos e defendam sua postura mínima, contraditoriamente usufruem dos seus anéis burocráticos que lhes rendem influência clientelística (SOUZA, 1992).

Os novos partidos de direita, cuja maioria de seus componentes eram oriundos de governos militares, passaram a defender abertamente uma agenda neoliberal no governo democrático com o objetivo de passar ao público uma imagem progressista e desvinculada do passado autoritário. O neoliberalismo passa a ser, nos anos noventa, o eixo unificador da agenda política de direita. Questões de âmbito social como o aumento dos encargos sociais, leis de proteção ao meio ambiente, direitos trabalhistas e reforma agrária são apontadas pelos conservadores como restrições ao crescimento econômico e, portanto, não desejáveis nesse cenário (MAINWARING, MENEGUELLO & POWER, 2000). O conteúdo programático da Nova Direita brasileira, como em outros países, está fortemente associado ao neoliberalismo. No campo cultural e moral, a Nova Direita se caracterizou pelo posicionamento conservador, com ênfase na autoridade e na importância do seu papel, com posturas mais inflexíveis em relação aos crimes e menos propensa à crítica às violações dos direitos humanos de suspeitos de crimes; com posicionamentos opostos à legalização do aborto e à igualdade de direitos para os homossexuais (ALVES, 1999; MAINWARING, MENEGUELLO & POWER, 2000; NISHIMURA, 2002).

Esses posicionamentos em relação às questões do âmbito sociocultural são parte do fenômeno do conservadorismo que também se destaca no contexto brasileiro da construção democrática. O próximo capítulo busca tratar do processo da construção da ordem democrática, com ênfase em sua dimensão política, e, na segunda parte, discute os aspectos do conservadorismo na sociedade brasileira tratados pela literatura nacional.

## **CAPÍTULO 2 – DEMOCRATIZAÇÃO E CONSERVADORISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

### **1. A construção da ordem democrática**

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 foi um marco para a história política brasileira e não somente para a esquerda. Para todo o processo democrático iniciado há mais de vinte anos, sua ocorrência indicou a consolidação das regras e procedimentos de alternância de governo por meio de eleições livres e diretas, com participação significativa da população atestada pelo comparecimento às urnas e pela taxa de votos válidos. Embora o voto seja obrigatório, os dados sobre a participação nas eleições indicam que essa prática democrática é bastante valorizada pelos brasileiros e faz parte de sua cultura política (MOISÉS, 1990, 1995; ELKINS, 2000). Para a história eleitoral da esquerda brasileira sem dúvida significa uma grande conquista, o Partido dos Trabalhadores que vinha seguindo uma tendência ascendente nos últimos anos, com a conquista de vários governos municipais de grandes cidades<sup>6</sup>, alcança o posto executivo mais importante do país depois de seu principal candidato ter disputado as últimas três eleições presidenciais pós-1985 (MENEGUELLO, 2002). Esta tendência ascendente

---

<sup>6</sup> Nas eleições municipais de 2000, o Partido dos Trabalhadores elegeu prefeitos em 187 cidades, que concentravam 28,8 milhões de habitantes (e 19,6 milhões de eleitores). Dentre os municípios, constavam importantes cidades da região Sudeste como São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Guarulhos, Niterói e São José do Rio Preto. Em Belém e Porto Alegre o partido foi reeleito. Fonte: Revista Teoria e Debate, no. 46, 2001.

da esquerda não é característica somente brasileira, como mostram os significativos resultados eleitorais nos países latino-americanos. Desde os anos noventa, os resultados eleitorais apontam um crescimento substantivo das esquerdas, que demonstram uma força política nunca antes vista, com a possibilidade concreta de alcançarem governos centrais através de eleições. Paradoxalmente, essas forças eleitorais das esquerdas latino-americanas contrastam com uma forte hegemonia das idéias conservadoras, dos projetos neoliberais de organização da agenda econômica e também da sociedade (GARCIA, 1994). A força desse conservadorismo ficou patente nos resultados das urnas fora da América Latina, com a eleição e reeleição do republicano G. W. Bush nos Estados Unidos em 2000 e 2004 e com o notável crescimento dos partidos políticos de direita na Europa (NORRIS, 2005).

Para a esquerda brasileira e latino-americana a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores reforçou a tendência de crescimento registrada há alguns anos e para a história eleitoral democrática brasileira os resultados dessa eleição suscitam uma série de questionamentos acerca da cultura política dos brasileiros. Não somente devido à regularidade com que vêm ocorrendo as práticas democráticas tratando-se da quarta eleição presidencial após o fim do regime autoritário, mas também devido às características individuais da trajetória do candidato. Teria a escolha do candidato de um partido de esquerda, com uma trajetória que remete a uma origem humilde e cuja agenda de governo traz propostas distributivas, implicações na dinâmica das relações sociais dos brasileiros no que diz respeito a atitudes menos pautadas pela hierarquia social e pelo preconceito? Qual o impacto dos valores e das atitudes com relação aos temas do cotidiano no modo como os brasileiros

vêm e avaliam as instituições democráticas? A eleição de Lula em 2002 parece ser um cenário bastante instigante para o estudo da cultura política dos brasileiros e é o pano de fundo para o tratamento da questão que se pretende desenvolver acerca do paradoxo da experiência democrática brasileira. Com o objetivo de contextualizar a questão da pesquisa nesse cenário, a parte inicial deste capítulo procura destacar aspectos do processo de construção democrática, entendendo que o fenômeno da democratização é múltiplo.

No capítulo anterior foi destacado o caráter de mudança presente na cultura política brasileira nos últimos anos, no contexto da democratização. Esse processo foi também caracterizado por elementos de continuidade, com manutenção das desigualdades sociais, sobrevivência de estilos políticos tradicionais e o avanço das idéias conservadoras na organização social e na agenda econômica neoliberal. Como era de se esperar, tendo em vista as diferenças de desenvolvimento socioeconômico e regional no interior do país, mas não somente devido a elas, as transformações na cultura política não se deram de modo homogêneo em toda sociedade. Resultados de pesquisas do tipo survey apontam os elementos de mudança e de continuidade no que diz respeito ao conjunto de valores e atitudes dos brasileiros nesse período (MOISÉS, 1995; REIS e CHEIBUB, 1995; LIMA e BOSCHI, 1995; LIMA e CHEIBUB, 1996). Esses dados, de certo modo, fornecem pistas para entender o processo de construção da ordem democrática no Brasil pós-1985, revelando que a valorização dos procedimentos democráticos por parte da população vinha em uma tendência crescente desde meados dos anos setenta e foi se reforçando com a prática eleitoral continuada (MUSZYNSKI e MENDES, 1990).

Durante a transição verificou-se uma tendência crescente de valorização dos procedimentos e atitudes democráticas entre a população brasileira, observada na comparação dos resultados de pesquisas realizadas em fins dos anos oitenta, com informações coletadas em pesquisas em meados dos anos setenta, como aprovação de eleições diretas, legalização do partido comunista, direito de greve como forma de pressão dos trabalhadores, por exemplo. Verificou-se também um fortalecimento dos partidos políticos que, de certo modo, se deve ao quadro partidário de dicotomia forçada do regime autoritário, decisivo para a valorização da instituição partidária de forma geral (MUSZYNSKI e MENDES, 1991). No entanto, se no final do regime autoritário verificou-se uma crescente identificação partidária (LAMOUNIER, 1978), no período seguinte, já no governo civil, com um sistema pluripartidário o prestígio antes verificado deu sinal de desgaste. Não obstante, nesse contexto de valorização dos procedimentos democráticos verifica-se o surgimento de um envolvimento político que trazia novos personagens à cena política.

A experiência de atuação dos novos movimentos sociais, que constituíram um espaço público para além da representação política, alargando as fronteiras da política com suas formas de organização e luta, sem dúvidas, se configura como expressão da construção democrática, a medida que os novos movimentos sociais se constituem também como elemento da transição política. Esses novos movimentos, que politizaram as várias esferas do cotidiano dos brasileiros, se apoiaram nos valores da justiça contra as desigualdades, nos valores da solidariedade entre os pobres e os trabalhadores, expressaram a distância gigantesca existente entre os mecanismos políticos instituídos naquele contexto e as formas de vida social. Nesse sentido, não substituíram os partidos políticos, mas

revelavam que estes não cobriam todo o espaço da política e perdiam substância ao não darem conta dessa nova realidade que se apresentava. E indo além, esses movimentos se constituíram como fatores que aceleram a crise do regime autoritário a medida que apontavam o sentido de uma transformação social, pois traziam a promessa de uma renovação radical da vida política (SADER, 1995).

Ao trazer as reivindicações de segmentos penalizados pelos processos de concentração de riquezas ocorridos na década de setenta, nos grandes centros urbanos, e colocar também na cena pública questões distintas, como reivindicações por direitos civis, de mulheres, negros, homossexuais, indígenas e reivindicações pela preservação ambiental e pelos direitos humanos, além de chamarem atenção para a valorização de novos temas, os movimentos sociais convidaram, não somente a esquerda, mas toda a sociedade, para realizar uma reflexão substantiva sobre a democracia. Esta passava então a ser pensada também como um espaço de criação de novos direitos (GARCIA, 1994). A luta pelo reconhecimento dos direitos possibilita a construção de vínculos civis entre indivíduos e grupos como forma de sociabilidade e regra de reciprocidade. É na constituição de espaços públicos que os argumentos se articulam, os valores se apresentam e as opiniões se formam, as diferenças podem se expressar e se representar, onde *“a dimensão ética da vida social pode se constituir em uma moralidade pública através da convivência democrática com as diferenças e conflitos que carregam”* (SILVA TELLES, 1994, p. 92). Nessa perspectiva, para que essa construção se desenvolva, deve haver uma cultura pública democrática que esteja aberta ao reconhecimento da legitimidade dos conflitos, da diversidade dos valores e interesses.

Nesse sentido, considerando que a inserção de práticas democráticas leva à disputa entre duas culturas políticas diferentes (AVRITZER, 1995), a democratização deve ser entendida, sobretudo, como um processo em que duas culturas políticas estiveram, constantemente, em disputa por espaço e predomínio na sociedade brasileira. A cultura política conservadora, autoritária, com elementos que remetem ao regime político anterior e a cultura política democrática referida nos esforços de grupos sociais em construir espaços de discussão, participação e deliberação, em que passam a organizar seus interesses e transformá-los em demandas políticas. A construção da ordem democrática é um processo que não se limita somente à implantação de instituições, mas que diz respeito, sobretudo, à percepção dos atores sociais e políticos envolvidos, bem como suas práticas com relação a essas instituições.

O processo de elaboração da Constituição brasileira, promulgada em 1988, e a campanha das eleições presidenciais de 1989 foram dois momentos em que a disputa entre essas duas culturas políticas, que caracterizaram o processo de democratização, ficou patente. Durante o período de atuação da Assembléia Constituinte muitos debates ocorreram e temas e questões foram abordados, alguns dos quais não haviam sido discutidos publicamente, como os direitos humanos. A ênfase dada ao crime de tortura se deveu ao impacto da experiência recente do regime militar em que essa prática provocou grande indignação por ter sido aplicada aos presos políticos, não obstante essa fosse uma prática policial usual, há muito tempo, contra os acusados de crimes oriundos das classes populares. Assim como o tráfico de drogas e o terrorismo, a prática da tortura foi considerada pelos legisladores constituintes crime grave sem direito a fiança ou anistia (MUSZYNSKI e MENDES, 1991). Nesse sentido, o

caráter democrático da então nova constituição brasileira pode ser tomado como algo além de uma simples resposta a demandas e pressões imediatas, mas antes como um esforço coletivo em rever procedimentos e arranjos, que implicou em desafiar “*atitudes profundamente arraigadas de hostilidade ou de ceticismo com relação ao regime democrático*” (LAMOUNIER e SOUZA, 1990, p. 101). Já na campanha das eleições presidenciais de 1989, a disputa entre as culturas políticas ficou evidente nos discursos dos candidatos que combinavam valores democráticos com promessas de conotação autoritária.

Há referência às eleições presidenciais de 1989 como se simbolizassem, de certo modo, o final da transição política para o regime democrático (MOISÉS, 1990; MUSZYNSKI e MENDES, 1991). A possibilidade da escolha da Presidência da República através do voto direto, depois de mais de vinte anos de um governo autoritário que havia suspenso esse direito político, entre outros, representava uma conquista muito valorizada pelos brasileiros<sup>7</sup>. Em meados dos anos noventa, para alguns segmentos da sociedade, a ordem democrática já estava implantada, à medida que algumas de suas regras estavam estabelecidas (REIS e CHEIBUB, 1995; ). De fato, a idéia de consolidação democrática é definida com relação à perspectiva temporal (LAMOUNIER e SOUZA, 1991). No curto prazo, a idéia estaria ligada ao cumprimento de determinadas fases institucionais da transição do regime militar autoritário para a democracia, como a concessão da anistia, a devolução do poder político para os civis, a elaboração de uma nova Constituição e a realização de eleições presidenciais diretas. Em uma perspectiva de longo prazo, poderia ser

---

<sup>7</sup> O movimento pelas eleições diretas, *Diretas já!* mobilizou parte significativa da população e se tornou emblemático daquele período de transição política.

tomada como o processo no qual os procedimentos democráticos são valorizados devido à sua própria natureza, mesmo frente a resultados substantivos desfavoráveis.

Se no início do processo de transição democrática, as expectativas com relação ao novo regime estavam relacionadas ao aspecto do desempenho econômico dos governos, como estabilidade da economia e controle da inflação; nos últimos anos, a relação entre a aprovação da democracia e estabilização da economia deixou de ser tão requerida. O país viveu dois períodos presidenciais (1995-1998 e 1999-2002) que enfatizaram a reorganização e a estabilização econômica. Assim, nas eleições de 2002, o temor de uma crise econômica deixou de ser a questão mais importante na pauta nominalmente apontada pelos eleitores, dando lugar ao problema do desemprego e da segurança pública<sup>8</sup>, obviamente ligados ao problema das desigualdades social e econômica.

O problema da violência e da segurança pública, principalmente, nos grandes centros urbanos, tem tomado grandes proporções e se tornado o centro das preocupações da população que reside nas grandes cidades e também de seus governos. Embora a partir da Constituição de 1988, a tortura tenha passado a ser considerada crime grave, não deixou de ser uma prática constante das delegacias de polícia como se poderia esperar com o fim do regime autoritário. A esperança de que o retorno do governo civil traria maiores garantias à preservação dos direitos humanos e a extensão dos direitos adquiridos pelos oponentes do regime militar a todos os cidadãos, em especial, aos grupos mais

---

<sup>8</sup> Como mostram os dados do ESEB em 2002.

vulneráveis, foi frustrada. O desrespeito aos direitos humanos por parte dos órgãos policiais e a falta de controle por parte do Estado e da sociedade em relação a essa questão, aumentam a insegurança por parte da população, que passa a considerar a possibilidade de aceitar meios não legais de proteção. A persistência da violência endêmica e ilegal e as altas taxas de violação de direitos humanos contrastam paradoxalmente com o crescente comprometimento do Estado e da sociedade com a democratização e com os registros do funcionamento regular dos aspectos formais da democracia (PINHEIRO e POPPOVIC, 1995).

Com efeito, a participação nas últimas eleições nacionais e a adesão aos procedimentos democráticos, principalmente o voto direto, sinalizam o reconhecimento da democracia como melhor regime político por parte da população. Elementos de aprovação e valorização do regime são apontados por resultados de pesquisas recentes. Embora o voto seja obrigatório não se pode negar seu efeito catalisador de envolvimento e participação política (ELKINS, 2000) e o processo eleitoral, o voto direto, é apontado como o fator mais associado à idéia de um regime democrático. A participação eleitoral figura como elemento central do engajamento político cívico dos brasileiros (MENEGUELLO, 2006).

Um outro aspecto da adesão dos brasileiros ao regime democrático diz respeito à sua avaliação quanto ao desempenho das instituições públicas e privadas. Análise de dados recentes do ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro – indicam que a satisfação com a democracia manifestada pelos brasileiros não está associada com as questões relacionadas à avaliação das instituições. Parece que nas orientações dos brasileiros um bom desempenho democrático é independente da

avaliação do desempenho das instituições, incluindo as instituições de representação política (MENEGUELLO, 2006). Para Moisés (2005, 2006) a falta de confiança nas instituições políticas aponta para o paradoxo brasileiro do apoio ao regime democrático e a desconfiança em suas instituições nesse cenário recente. O foco no aspecto de funcionamento das instituições do regime democrático aponta para a existência de um “ciclo virtuoso”, levando em consideração que fatores que anteriormente apresentavam um certo risco, como 'paralisia decisória' e tensões entre os poderes legislativo e executivo, não configuram ameaça à normalidade institucional no cenário político dos últimos anos. As instituições democráticas dão sinais de que funcionam relativamente bem e com significativa continuidade no tempo, as Forças Armadas têm desempenhado seu papel constitucional e mesmo o *impeachment* de um presidente no início dos anos noventa não resultou em um rompimento com a normalidade institucional. Não obstante, a desconfiança nas instituições do regime democrático<sup>9</sup> é um elemento desse cenário político recente que além de contrastar com o quadro geral, pode ter conseqüências na disposição dos cidadãos em participar do processo político (MOISÉS, 2005).

Considerando a importância dos vínculos entre as instituições e os cidadãos no que diz respeito à sua experiência e aprendizado, esse quadro de percepção negativa das instituições, de certo modo, pode vir a

---

<sup>9</sup> Moisés (2005) argumenta que uma explicação para o fenômeno da confiança nas instituições deve considerar que a fonte dessa confiança reside nas próprias instituições e nos vínculos que ela própria cria com os cidadãos e não na confiança interpessoal, pois diz respeito ao sentido ético e normativo da relação de mediação que as instituições estabelecem, para a qual foram criadas e se justificam. Nas palavras do autor, “*essa significação ético-política das instituições tem raiz no contexto social que lhes dá origem – do qual fazem parte as orientações intersubjetivas dos cidadãos –, mas isso não exclui que a permanente atualização dessa significação envolva, ao mesmo tempo, o aprendizado que decorre da avaliação que os cidadãos fazem do desempenho concreto das instituições a partir de sua experiência.*” (MOISÉS, 2005, p. 55).

se configurar um obstáculo para a efetivação da democracia na sociedade brasileira. A esses sinais de desconfiança nas instituições, encontrados em diferentes segmentos sociais, de renda, escolaridade e idade distintos, verificou-se também a persistência de valores como elitismo e hierarquia no plano das relações sociais entre segmentos da elite brasileira (REIS e CHEIBUB, 1995; LIMA e CHEIBUB, 1996; LIMA e BOSCHI, 1995).

Entendendo que a presença e a persistência de determinados valores e posicionamentos conservadores não se circunscrevem somente a esse período recente, mas têm raízes que remetem ao passado brasileiro, esta segunda parte do capítulo trata da discussão acerca dessas características da cultura política brasileira.

## **2. O conservadorismo na sociedade brasileira**

Muito distante do quadro brasileiro marcado pela regularidade e funcionamento das instituições políticas democráticas, o cotidiano das relações sociais na sociedade brasileira apresenta uma série de contradições que desafiam o processo de construção de uma efetiva ordem social democrática que seja de fato inclusiva. Na dinâmica social ditados populares, manifestações de racismo velado e atitudes preconceituosas não se limitam à discriminação racial, mas se estendem àqueles que também advêm de grupos sociais menos favorecidos economicamente. É o preconceito que considera o elemento da

“aparência” do indivíduo, além das características fenotípicas. É esse mesmo preconceito que orienta, muitas vezes, os posicionamentos favoráveis a uma penalidade mais severa para suspeitos de crimes, muitas vezes devido a sua origem social se encontrar entre grupos sociais desfavorecidos socioeconomicamente. Assim como as violações aos direitos humanos e a desconfiança nas instituições contrastam com a regularidade do cenário democrático brasileiro dos últimos anos, a presença de valores e atitudes que remetem ao conservadorismo representa obstáculos à construção de uma ordem democrática que inclua a dimensão sociocultural.

Considerando o caráter relacional do fenômeno do conservadorismo, o quadro brasileiro de construção da ordem democrática e, com intuito de buscar elementos que possam contribuir para o entendimento da questão do paradoxo da experiência democrática brasileira do apoio à democracia e do conservadorismo na dinâmica das relações sociais, esta parte do capítulo procura trazer elementos destacados pela literatura nacional a respeito das manifestações de conservadorismo no âmbito sociocultural.

### ***Conservadorismo e preconceito social***

Se, por um lado, o contexto urbano das grandes cidades, como São Paulo, abrigou nos anos oitenta o surgimento de movimentos sociais organizados, muitas vezes, em busca da igualdade de direitos, por outro, revelou a existência de redutos conservadores que reivindicaram o direito à diferença e ao tratamento desigual. Atitudes intolerantes,

discriminatórias e permeadas pelo preconceito social e racial combinadas a opiniões autoritárias e valores e crenças ligados à preservação da família e à moralidade privada, foram encontradas entre ativistas e eleitores da direita paulistana e também entre setores conservadores da cidade.

Para esse público, a presença do migrante pobre, advindo do norte ou nordeste do país, representava não somente o aumento da criminalidade, mas a ameaça aos seus valores e costumes, ao seu modo de vida<sup>10</sup>. Assim, constatavam o que para eles era um fato concreto: a diferença entre eles, paulistanos, e os migrantes; e rejeitavam veementemente qualquer menção à igualdade. Para eles havia uma *“inversão de valores em curso”*, uma crise que além de econômica, política e social era, sobretudo, cultural. Para esses eleitores declarados malufistas e janistas, localizados entre as camadas médias populares, o aumento da criminalidade e da desmoralização da vida social estavam diretamente relacionados ao número demasiado de migrantes nordestinos e de negros e mestiços na capital paulista. A demanda por mais autoridade, por uma política migratória e o apoio à política de desfavelamento implementada na cidade revelaram o teor autoritário das reivindicações desse grupo (PIERUCCI, 1987,1999).

---

<sup>10</sup> Adorno *et alli* (1965) destacam a interdependência significativa existente entre as características da personalidade do indivíduo e os aspectos sociais, da sociedade em que vive, na formação da visão de mundo do sujeito autoritário. Este tem uma visão rígida da estruturação hierárquica do mundo. O sujeito autoritário tende a apresentar atitudes reativas e tentativas de controle social frente às situações de mudança que pareçam ameaçadoras ao seu posicionamento social. Pauta sua conduta e a sua prática cotidiana por elementos do convencionalismo e dos valores morais, com uma tendência geral a depreciar àqueles que não seguem esta orientação ou que, do que seu ponto de vista, violam os valores convencionais. Por outro lado, os autores destacam que, no fundamento das posturas preconceituosas do sujeito autoritário apresenta-se uma disposição geral a glorificar, a subordinar-se e a não julgar as figuras de autoridade do seu próprio grupo e, em contrapartida, adota em nome de uma autoridade moral uma atitude de rechaço frente às figuras de um outro grupo que não seja o seu.

Embora eleitores declarados de Maluf e Jânio Quadros, esse grupo revelou-se despolitizado à medida que eram os temas da moralidade privada que mobilizavam seu voto. Nas reivindicações desses eleitores estavam presentes muitos dos elementos do conservadorismo, como a defesa dos valores tradicionalistas, o apelo à censura moral como forma de salvaguardar os bons costumes e preservar a família segundo os moldes patriarcais. As manifestações de autodefesa cultural não se direcionam apenas aos migrantes pobres, apresentavam uma ansiedade em conservar convenções e aparências frente à ameaça da destruição de seu mundo, uma urgência em conservar e defender o que acreditavam ser os “bons” costumes e os valores morais convencionais ameaçados pela figura das “mulheres liberadas”, pela permissividade sexual, pelo homossexualismo, pelos jovens que não respeitam a hierarquia das idades, etc. de toda a “inversão de valores em curso”. Nessa defesa dos valores da família, que segundo essa visão conservadora, “deveriam ser preservados contra o divórcio”, percebe-se a influência católica-conservadora. Esse elemento religioso pode ser notado também quanto ao peso significativo desempenhado na formação das atitudes e opiniões, como o respeito absoluto à vida e a oposição sistemática ao aborto (PIERUCCI, 1987, 1999).

Essas manifestações desse grupo social formado por eleitores da direita sintetizava a força do conservadorismo e seu caráter de “verdadeiro fenômeno social total”, segundo Pierucci (1999). Não se tratava apenas de uma combinação de idéias, mas de “práticas de ataque e autodefesa, de distinção e hierarquização, desprezo e humilhação, intolerância e agressão, profilaxia e higienização, discriminação e segregação”. O conservadorismo e “as direitas” se

propagam no campo das relações sociais cotidianas, dos modos de vida e da luta cultural, para além da constituição do campo político estrito (PIERUCCI, 1999, p. 18).

Elementos do discurso da intolerância e da insegurança foram apreendidos também entre setores conservadores da cidade que manifestaram apoio à pena de morte e atitudes discriminatórias contra alguns grupos sociais desprivilegiados como os negros, afrodescendentes e pobres. Esses setores rotularam o Movimento em favor dos Direitos Humanos de presos comuns de política de “privilegio para bandidos”. O posicionamento contrário à idéia humanitária da campanha pelos direitos humanos estaria relacionado à outra característica dos prisioneiros comuns: *“o fato de serem pobres e vítimas de toda uma série de preconceitos e discriminações na sociedade brasileira, que se associam aos estereótipos sobre os criminosos”* (CALDEIRA, 1991, p. 166). O estereótipo do criminoso foi estendido a outros casos, apesar de em grande parte destes não haver culpa comprovada, mas devido ao fato de não apresentarem o que designam - “boa aparência”. Caldeira (2000) sugere que os brasileiros articulam, por meio da questão da punição violenta e do crime, uma forma de resistência às tentativas de expandir a democracia e o respeito aos direitos para além dos limites do sistema político.

A presença de opiniões e atitudes conservadoras e autoritárias entre o público das grandes cidades brasileiras, nem sempre acompanhada do voto de direita, também tem sido destacada por resultados de pesquisas recentes. Analisando os conteúdos associados ao voto de direita na cidade de São Paulo na metade final da década de

noventa, Alves (1999) confirmou que o autoritarismo estava entre os conteúdos mais associados ao voto conservador, juntamente com os posicionamentos contrários às instituições democráticas. Em sintonia com os elementos apresentados na pesquisa realizada por Pierucci (1987) anos atrás, os dados dessa pesquisa apresentam posicionamentos que caracterizam a direita mais popular, localizada entre as camadas com baixa renda e pouca escolaridade, conservadora nas questões morais e autoritária na forma de ver a política.

As opiniões e atitudes conservadoras não configuram uma tendência encontrada somente entre o público paulistano e não estão necessariamente relacionadas ao voto conservador. Os posicionamentos autoritários apresentados em relação ao apoio à pena de morte e às outras soluções para a violência urbana não se encontram somente entre os eleitores dos partidos de direita. Mesmo cidades com uma história política eleitoral de esquerda, como Porto Alegre, apontam tendências autoritárias quando a questão é violência e segurança. Como no que diz respeito aos posicionamentos e opiniões em relação à pena de morte e às saídas para controlar a violência nos grandes centros urbanos. O investimento em equipamentos e maior policiamento, ao invés do investimento em educação e na criação de empregos, é indicado por parcela significativa das cidades independentemente da escolha política e eleitoral. Essas atitudes e opiniões indicam que as tendências conservadoras não passam necessariamente pelos delineamentos partidários (NISHIMURA, 2002).

***Sociedade autoritária, heranças do passado colonial, cultura política do***

## ***mando-subserviência e autoritarismo social***

Esses dados indicativos da presença de preconceitos e conservadorismos na dinâmica das relações sociais mostram que esse fenômeno não se limita a uma localidade em particular, tampouco é característica desse contexto histórico específico. Esses elementos presentes nas relações sociais remetem, antes, às características e especificidades da organização social brasileira, ao modo como a ordem social foi construída, remetem às heranças culturais do passado colonial e às representações que foram atualizadas e consolidadas ao longo dos anos. Dentre essas, a *“representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos”* figura como a que alimenta a crença na indivisibilidade da nação e do povo brasileiro, a crença generalizada de que o Brasil é um país sem preconceitos e pacífico, que desconhece qualquer tipo de discriminação e que pratica a *“mestiçagem como padrão fortificador da raça”* (CHAUÍ, 2000). Essa representação fornece substância ao caráter autoritário da sociedade brasileira e tem como tarefa legitimá-la.

A força persuasiva dessa representação transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida. É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças. (...) Essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o apartheid social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna. CHAUÍ, 2000, p. 08.

Essa idéia de que esses elementos presentes no convívio social

da sociedade brasileira não são características exclusivas da atualidade, mas dizem respeito ao modo como se deu a organização social no passado, foi desenvolvida, em certa medida, por Sales (1994) e também por Chauí (2000), que defende a tese de que é a sociedade brasileira que é autoritária e de que partem dela as mais variadas manifestações do autoritarismo político.

A sociedade brasileira conserva os traços da sociedade colonial escravista, a “cultura senhorial”, e se apresenta, ainda nos dias atuais, marcada pela estrutura hierárquica do espaço social. De modo que as relações sociais, assim como as intersubjetivas, se dão sempre como uma relação entre um superior e um inferior. Esta relação de mando-obediência é reforçada pelas desigualdades em que se transformam todas as diferenças e assimetrias (CHAUÍ, 2000). Essas relações desiguais sobreviveram às transformações sociais dos grandes latifúndios, à abolição da escravatura, se expressaram no compromisso coronelista e são ainda verificadas na atualidade. Sobre essas relações desiguais, que no Brasil predominantemente agrário se davam entre os senhores de terras e os trabalhadores livres nos favores que os primeiros concediam aos segundos, se assenta a cultura política da dádiva<sup>11</sup>. Esta se apresenta como um conceito-chave para se entender importantes traços constitutivos da nossa cultura política à medida que designa uma quase

---

<sup>11</sup> As relações sociais mediatizadas pela cultura da dádiva, se configuram numa situação em que há uma concessão de direitos ao que a autora nomeou como cidadania concedida. Este conceito tem o propósito de realçar as características da nossa cidadania “pretérita e atual” que são parte constitutiva dessa construção. Esta contradição em termos, a cidadania concedida, é o avesso da idéia da cidadania, pensada como algo a ser continuamente construído pela adição dos direitos conquistados e não acabada e outorgada. A cidadania concedida configura-se assim na gênese da construção da cidadania brasileira, indicando que os primeiros direitos civis dos homens livres foram outorgados através da concessão dos senhores de terras. SALES, 1992.

anulação da cidadania, em que a dádiva substitui os direitos básicos<sup>12</sup>, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades (SALES, 1994).

Com efeito, a matriz senhorial colonial que estrutura a sociedade permite que se opere de maneira exemplar o *“princípio liberal da igualdade formal dos indivíduos perante a lei, pois no liberalismo vigora a idéia de que alguns são mais iguais do que outros”*. Assim, as relações sociais entre aqueles que acreditam ser iguais se caracterizam pela cumplicidade e as relações entre os desiguais tomam a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação.

A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem. (...) as divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos), e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo). CHAUI, 2000, p. 89-90.

Essa naturalização desconsidera a origem histórica da desigualdade e da diferença e permite que todas as formas de violência não sejam percebidas como violência de fato. As desigualdades de salário entre homens e mulheres, entre brancos e negros são consideradas normais, assim como a exploração do trabalho dos idosos e das crianças. A distribuição desigual de renda também é tomada como algo normal e natural, apesar da disparidade dos índices que destacam a desigualdade

---

<sup>12</sup> “Os direitos básicos à vida, à liberdade individual, à justiça, à propriedade, ao trabalho; todos os direitos civis, enfim, para o nosso homem livre e pobre que vivia na órbita do domínio territorial, eram direitos que lhe chegavam como uma dádiva do senhor de terras.” SALES, 1994, p. 31.

entre ricos e pobres, é socialmente aceita e não percebida como forma dissimulada de *apartheid social*. Com efeito, essa desigualdade explica o motivo pelo qual um povo, que sustenta uma representação de “ordeiro e pacífico”, dispensa quantias significativas em segurança a cada ano. A esse cenário de desigualdade extrema se somam os impactos do neoliberalismo<sup>13</sup>, que na economia se traduz em uma forma de acumulação de capital, que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, desenvolvendo-se apesar do desemprego estrutural; e na política se expressa na privatização do público. “A política neoliberal recrudescer a estrutura histórica da sociedade brasileira, centrada no espaço privado e na divisão social sob a forma da carência popular e do privilégio dos dominantes<sup>14</sup>” (CHAUÍ, 2000, p. 94). O neoliberalismo, em uma sociedade como a brasileira, leva a forma social ao limite, pois implica na intensificação da polarização da sociedade entre a carência e o privilégio e em um aumento do bloqueio à “construção da cidadania como criação e garantia de direitos”. Configura-se uma situação de exclusão econômica e sociopolítica das camadas populares que, neste cenário, sofrem os efeitos do desemprego,

---

<sup>13</sup> É neste sentido que Souza (1992) afirma que a direita contemporânea brasileira tem se aproximado de um padrão de Darwinismo Social, em que a dominação das classes sociais mais organizadas se apóia no princípio segundo o qual os mais fortes se ajustam à nova realidade e sobrevivem, como se houvesse uma “seleção natural” em que os mais aptos são levados ao progresso contínuo. A competição de mercado é valorizada positivamente, assim como a agressividade nos negócios e o direito de uma minoria se impor a uma maioria são justificados pela sobrevivência dos mais aptos. No âmbito das relações sociais, esse Darwinismo Social tem se manifestado nas atitudes intolerantes e preconceituosas baseadas em idéias como as de que “todos têm as mesmas oportunidades”, cujas maiores vítimas são os pobres, os negros e as mulheres. Pois, nesses cenários, formas de respostas coletivas se constituem em expressões como racismos e fundamentalismos de diferentes tipos. BORÓN, 1995).

<sup>14</sup> Segundo Chauí, “a nova forma do capitalismo favorece três aspectos de reforço dos privilégios: a destinação preferencial e prioritária dos fundos públicos para financiar os investimentos do capital; a privatização como transferência aos próprios grupos oligopólicos dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com a ajuda substantiva dos fundos públicos; a transformação de direitos sociais (como educação, saúde e habitação) em serviços privados adquiridos no mercado e submetidos à sua lógica.” Chauí, 2000, p.94.

da desorganização e da despolitização da sociedade antes organizada em movimentos sociais e populares.

É nesse contexto do recrudescimento das desigualdades que o autoritarismo social se manifesta nas relações sociais. Para Marilena Chauí, que cunhou a expressão, o fenômeno faz parte do que identificou como “cultura senhorial” - um conjunto de elementos e formas de convívio social baseados na idéia da existência de um superior que manda e um outro inferior que obedece - e, enquanto tal, é responsável pela naturalização das desigualdades e exclusões econômicas e se exprime no modo de funcionamento da política brasileira. Mas, mais precisamente, a referência aqui é à noção de autoritarismo social desenvolvida por Dagnino (1994) a qual, de certo modo, guarda uma relação bastante próxima da expressão cunhada por Chauí (2000). Para Dagnino (1994), o fenômeno do autoritarismo social diz respeito aos obstáculos a uma efetiva democratização da sociedade brasileira e está de tal modo presente nas relações sociais que pode ser considerado parte de sua cultura. O autoritarismo social se desenvolve no conjunto das relações sociais marcado pelo quadro de crescente desigualdade econômica e é um dos aspectos mais visíveis de um ordenamento social pautado por uma organização hierárquica e desigual. Baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, estabelece diferentes categorias de pessoas com seus lugares na sociedade, a partir de uma espécie de código - um sistema de classificações. O código dos lugares sociais pode ser observado nas diferentes esferas em que as relações sociais se dão: privada, coletiva e pública. É visível até fisicamente no cotidiano das relações sociais, no “elevador de serviço”, “na cozinha que é lugar de mulher”, etc.. Enraizado na cultura brasileira, este fenômeno produz formas

de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que pode ser verificada no conjunto das práticas sociais, alimentando e reproduzindo a desigualdade nos diferentes níveis das relações. Em um contexto de agravamento das desigualdades econômicas, o autoritarismo social tem se transformado em violência e em *apartheid social* (DAGNINO, 1994). Essa crise política, crise do Estado que se projeta na dinâmica social, reatualiza os elementos mais persistentes da tradição autoritária e excludente brasileira (SILVA TELLES, 1994).

Um outro aspecto, considerado na defesa da idéia de que o autoritarismo está presente na dinâmica social, é o fato de a estruturação da sociedade brasileira estar fundamentada nas relações privadas. A dificuldade em lutar contra a opressão social e econômica por direitos substantivos e o não reconhecimento dos direitos civis em muitas situações residem nessa fundamentação. A origem da indistinção entre o público e o privado na sociedade brasileira é histórica e não uma característica de uma sociedade subdesenvolvida ou emergente. Essa origem remete ao passado colonial<sup>15</sup> e à forma herdada de fazer política e de organização do aparelho do Estado em que os políticos, governantes e parlamentares estabelecem com os cidadãos relações pessoais de favor e tutela.

Uma característica marcante do convívio social na sociedade brasileira diz respeito ao modo como se lida com o conflito no interior das

---

<sup>15</sup> Chauí observa que a Coroa sem recursos para realizar a tarefa colonizadora, vendeu e arrendou suas terras, dividindo essa tarefa com os particulares “que, embora sob o comando legal do monarca e sob o monopólio econômico da metrópole, dirigiam senhorialmente seus domínios e dividiam a autoridade administrativa com o estamento burocrático. Essa partilha do poder torna-se, no Brasil, não uma ausência do Estado (ou uma falta de Estado), nem, como imaginou a ideologia da “identidade nacional”, um excesso de Estado para preencher o vazio deixado por uma classe dominante inapta e classes populares atrasadas ou alienadas, mas é a forma mesma de realização da política e de organização do aparelho do Estado em que os governantes e parlamentares “reinam” ou, para usar a expressão de Faoro, são “donos do poder”...”. CHAUI, 2000, p. 90-91.

relações sociais. Para Chauí (2000), as práticas sociais se fundamentam em ideologias e construções, como a do “caráter nacional”<sup>16</sup>, que tentam bloquear o conflito no interior das relações sociais, à medida que este e as contradições sociais, econômicas e políticas vão contra a imagem que se procura propagar da “boa sociedade pacífica, ordeira e indivisa”. Os conflitos, por sua vez, significam desordem, crise e perigo; o que não quer dizer que sejam ignorados. A forma de lidar com o conflito depende de onde provém, as respostas àqueles advindos das camadas populares é a repressão policial. Nesse sentido, Sales (1994) argumenta que o fetiche da igualdade social se desenvolve com o intuito de encobrir as desigualdades sociais e, como mediador das relações de classe, este fetiche contribui para que as situações de conflito resultem em conciliação e não em conflito de fato. O mito da democracia racial e o “homem cordial” são elementos da cultura que expressam essa situação não conflituosa no cotidiano das relações sociais. O primeiro, como importante mediador das relações de classe, se interpõe como um dos fatores que tornam as diferenças sociais tão nebulosas no dia-a-dia. A aversão às distâncias que caracteriza o “homem cordial” expressa o dilema brasileiro da impossibilidade de romper com padrões particularistas e privatistas de convívio social fundados no sistema patriarcal. Para Sales (1994) a cordialidade e o mito da democracia racial, que dão substância ao fetiche da igualdade, mascaram as desigualdades e contribuem para a

---

<sup>16</sup> O caráter nacional, que segundo a autora pode ser entendido como “disposição natural de um povo e sua expressão cultural”, foi uma ideologia ou construção que corresponde ao período de 1830-1880 e de 1880-1918, períodos de vigência respectivamente do “princípio da nacionalidade” e da “idéia nacional”, tomando como referência a periodização do processo histórico de invenção da nação descrito por Chauí. Segundo Chauí, “na ideologia do “caráter nacional brasileiro”, a nação é formada pela mistura de raças – índios, negros e brancos – e a sociedade mestiça desconhece o preconceito racial. Nessa perspectiva, o negro é visto pelo olhar do paternalismo branco, que vê a afeição natural e o carinho com que os brancos e negros se relacionam, completando-se uns aos outros, num trânsito contínuo entre a casa-grande e a senzala. CHAUI, 2000, p. 27.

sua conservação na sociedade brasileira.

### ***Hierarquia social, desigualdade de tratamento, preconceito e discriminação racial***

Embora muito utilizada no convívio social, a expressão “*Sabe com quem está falando?*” remete a uma vertente não desejada na cultura brasileira, à medida que, como rito autoritário, indica uma situação de conflito. Como reveladora de tal situação, essa expressão para os brasileiros seria como o racismo e o autoritarismo, “*algo que está entre nós por acaso*” (DA MATTA, 1997).

O uso dessa expressão denuncia em níveis cotidianos uma característica básica de um sistema social extremamente preocupado com a hierarquia e com a autoridade, com a idéia do “cada qual no seu lugar”. Assim como outros famosos ditados, correntemente utilizados e atualizados, como “um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar”, “cada macaco no seu galho”, etc. revela uma preocupação substantiva com a posição social e uma consciência significativa das regras e recursos que visam a sua manutenção. Trata-se de uma “forma socialmente estabelecida” que não se restringe a uma época ou uma camada social e opera para além do eixo econômico. Seu uso revela uma estrutura social em que a comunicação dos grupos sociais se dá por meio de um sistema de relações entrecortadas que inibe, de uma certa forma, os conflitos e o sistema de diferenciação social e político que se fundam na dimensão econômica do sistema. As relações definem-se no plano de uma forte e permanente moralidade, podem ser no início marcadas pelo eixo

econômico, mas adquirem rapidamente uma tonalidade pessoal. Como o foco da expressão é o domínio básico das relações pessoais, ao invés do domínio das relações impessoais dadas pelas leis e regulamentos gerais, torna-se uma fórmula de uso pessoal, desvinculada de camadas ou posições economicamente delimitadas. Como instrumento de uma sociedade em que as relações pessoais formam o núcleo da moralidade, da esfera moral, tem um peso significativo no sistema atuando onde as leis não conseguem penetrar. Desse modo, é uma função da dimensão hierarquizadora e da patronagem que perpassa as relações diferenciais da sociedade brasileira permitindo o estabelecimento de ligações personalizadas em atividades e situações impessoais. Nas palavras de Da Matta,

numa sociedade assim constituída, em que as relações de trabalho se somam a um conjunto de laços pessoais regidos por valores como a intimidade, a consideração, o favor, o respeito e apreciações éticas e estéticas generalizantes (como as categorias de limpo, bem apessoado, correto, sagaz, bom, de fino trato etc.), existem possibilidades para uma hierarquização contínua e múltipla de todas as posições no sistema, mesmo quando são radicalmente diferenciadas ou formalmente idênticas. Desse modo, é possível compensar e complementar diferenciações sociais radicais e conflituosas, como a de patrão/empregado, operando-se por cima do eixo econômico (que é o eixo efetivamente básico) uma classificação de caráter moral que permite dividir patrões em bons e maus, felizes e infelizes, que consideram ou não consideram seus empregados, que são limpos ou sujos etc.. DA MATTA, 1997, p. 192.

Como outros instrumentos presentes na sociedade que demarcam as distâncias sociais, a expressão “*Sabe com quem está falando?*” também se inscreve como herança da cultura senhorial (CHAUÍ, 2000), à medida que ocupa espaço deixado por outros elementos fora de circulação na atualidade, como o anel de grau, que delimitavam a hierarquização tradicional. O uso da expressão contribui para que o

igualitarismo formal fique submetido a outras formas de hierarquização social (DA MATTA, 1997).

O campo das relações sociais se apresenta como domínio ambíguo pois, embora permita a hierarquização social, o conflito é evitado ou bloqueado e procura-se esconder as práticas que revelam preconceitos e discriminações.

Jamais chegamos a temer o negro livre, pois todo o nosso sistema de relações sociais estava fortemente hierarquizado. Apenas adaptamos a rede de relações sociais e passamos a atuar nas áreas internas do sistema (no corpo e na casa), zonas em que não devia haver discussão de que o critério moral ou pessoal se aplicava integralmente. DA MATTA, 1997, p. 201.

A hierarquia social e a desigualdade de tratamento, no caso brasileiro, guardam uma relação bastante estreita com a discriminação e o preconceito racial. Episódios de desigualdade de tratamento e de discriminação devido à cor da pele, ou à raça e à classe ou *status* social, ocorrem corriqueiramente nas relações sociais e nem sempre o foco da discriminação e do tratamento desigual é evidente. De modo que nem sempre é possível identificar se se trata de uma discriminação devido ao fenótipo do indivíduo ou ao seu *status* social, ou seja, se a discriminação ocorre pelo fato de a pessoa que sofre ser negra ou devido à sua condição de pobre e de menos prestígio social. O que contribui para o obscurecimento da questão do racismo e para a negação de sua existência na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1999).

Como fenômenos intrinsecamente relacionados à discriminação racial, a questão da hierarquia social e da desigualdade de tratamento, no contexto da sociedade brasileira, configuram-se como dimensões do conservadorismo, na medida em que as atitudes

hierárquicas e aquelas que expressam a desigualdade de tratamento parecem se justificar através do valor expresso na idéia de que as pessoas não são iguais e por isso devem ser tratadas diferentemente – como se existissem “tipos” de pessoas cujo tratamento deve obedecer a uma ordenação social na qual contam algumas características fenotípicas e de *status* social.

Na pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, no ano de 1995, em várias cidades brasileiras, muitos entrevistados que se auto-declararam não-brancos (de cor preta e parda, ou como negros e mulatos) disseram ter sofrido discriminação em várias situações sociais, ao procurar um emprego, no ambiente de trabalho ou da escola, faculdade, por parte de chefes, subordinados, colegas de trabalho, professores, funcionários; em ambientes de convívio social, festas, restaurantes, bares e até mesmo nos relacionamentos pessoais de família, namoro e amizade. Nesses vários casos mencionados, a discriminação é atribuída à cor da pele, também ao *status* social (à condição de pobre) e à aparência, ou ainda à falta da chamada “boa aparência” (DAMASCENO, 2000), que pode ser traduzida em determinadas situações como contendo características como “branco”, “bem vestido”, “com boa situação econômica”, “bem relacionado”, etc..

Dos múltiplos elementos que comportam a complexidade das questões da hierarquia social e do tratamento desigual, o racismo é o elemento mais expressivo. Deve-se levar em consideração, como destacou Guimarães, que na sociedade brasileira “*as relações raciais estão amparadas num sistema mais amplo de hierarquização social e de desigualdade de tratamento perante a lei que contamina todas as relações sociais.*” (GUIMARÃES, 1999, p. 107). De modo que o tratamento

desigual dos indivíduos perante a lei é prática corrente e informal no Brasil dos dias de hoje, assim como a segregação informal dos negros foi norma até pouco tempo. Assim, tratar a questão da desigualdade de tratamento nas relações sociais implica necessariamente entrar no terreno das relações inter-raciais ou inter-étnicas, da classificação racial, do racismo.

A idéia de “boa aparência” foi construída socialmente e remete ao processo de substituição das categorias raciais por noções carregadas de valores morais. Como metáforas da cor, em alguns momentos apareceu como sinônimo de “branco” e mais tarde serviu como eufemismo para atenuar outras características relacionadas à cor, mas a idéia de marcar as distâncias sociais sempre esteve presente. Nesses casos como uma espécie de compensação pelo fato de o indivíduo não ser branco, como que expressando a idéia “apesar de não-branco, mas de “boa aparência” ”. Damasceno acredita que a noção de “boa aparência” pode ser entendida como o modo de expressão mais convencional do racismo e como produto da combinação de valores que, apesar de externos ao mercado de trabalho, são reconstruídos em seu interior. *“Cedo aprende-se que as características fenotípicas são vitais na interpretação das regras culturais e, com elas, aprende-se a interpretar a “boa aparência” e os modos possíveis de se haver com ela para conseguir e manter um lugar de trabalho.”* (DAMASCENO, 2000, p. 171).

Outro elemento importante a ser considerado no tratamento da questão racial diz respeito ao caráter subjetivo e situacional das terminologias, que podem variar dependendo do contexto em que são mencionadas ou utilizadas<sup>17</sup>. Nesse sentido, apreende-se que o

---

<sup>17</sup> Sansone destaca que a terminologia popular inclui um conjunto de diferentes termos utilizados em contextos sociais diversos como a vida familiar, o grupo de amigos, as situações de namoro e a vida religiosa.

preconceito e a discriminação racial se manifestam de modo diverso dependendo de uma série de fatores como a situação, o local, o horário, o status envolvido na relação social, que podem caracterizar uma área como “leve” ou “pesada”, em que o racismo é pouco ou muito intenso<sup>18</sup> (SANSONE, 2004). Sansone afirma que o sistema de classificação racial é formado pela terminologia e pelas normas do sistema de relações sociais, é historicamente determinado e, por isso, é reformulado na prática cotidiana. Além de refletir a negociação e o conflito em torno da noção de cor<sup>19</sup>, o sistema de classificação racial, em linha gerais, reflete as maneiras variadas pelas quais a ideologia racial é vivenciada nos diferentes grupos e instituições sociais. Portanto, esse sistema faz referência à situação socioeconômica e ao desenvolvimento da identidade negra, assim como reflete, de certa forma, os discursos oficiais sobre as relações raciais produzidos por algumas instituições como o Estado, a Igreja Católica e também aqueles produzidos pelos políticos; como também reflete os “discursos do lazer, do turismo, da mídia e das ciências sociais”

---

A escolha dos termos é determinada pela idade, grau de instrução e nível de renda. Embora no momento da classificação racial se verifique uma tentativa de minimizar os efeitos do racismo, há dentro de cada contexto, termos relativos à cor que refletem uma preocupação mais intensa com as normas somáticas. Para o autor, o uso diversificado dos termos na auto-classificação não pode ser interpretado necessariamente como uma fuga da realidade da própria condição social ou como um desejo de se integrar “no mundo dos brancos”, pode antes representar uma “classificação do mundo de cada um em termos de cor”. O que parece ser fundamental em qualquer estudo, destaca Sansone, “é uma disposição em interpretar a terminologia fluida e complexa que se usa para descrever a “raça”, e uma disposição de reconhecer a importância dos múltiplos contextos na determinação do uso dos termos e das formas de classificação.” SANSONE, 2004, p. 76.

<sup>18</sup> “As áreas “pesadas” das relações de cor eram o trabalho, sobretudo a procura de emprego; o namoro e o casamento: e as interações com a polícia. O local de trabalho foi descrito por quase 70% de meus informantes como um espaço em que o racismo é extremamente acentuado. A esfera do casamento e dos encontros amorosos incluía a criação de preferências e idéias de beleza – nas salas de aula, nos círculos sociais, na família e na rua. As áreas “leves” das relações raciais são todos os espaços em que ser negro não constitui empecilho e, em certas ocasiões, pode até trazer prestígio.” SANSONE, 2004, p. 80.

<sup>19</sup> A cor é apontada como importante elemento na orientação das relações sociais e de poder em determinadas áreas e momentos mais do que em outros. Nesse quadro, as áreas “leves” foram assim identificadas devido ao fato de que nelas as distinções sociais eram vistas como estando ligadas a outras características que não a cor da pele, como à classe, à idade, à vizinhança e ao sexo. SANSONE, 2004.

(SANSONE, 2004, p. 60).

Para Sansone (2004), há nas relações sociais uma hierarquização dos espaços segundo a importância que a cor adquire e, a partir dessa ordenação, cria-se um *continuum* em que o racismo pode-se revelar com mais ou menos intensidade. Neste sentido, pode-se identificar algumas situações, como por exemplo a busca por trabalho, em que o racismo é mais intenso, devido, em especial, à exigência da “boa aparência”. Já nos espaços explicitamente negros, como os blocos afro, a capoeira, os terreiros de candomblé, etc. o racismo é menos manifesto.

Para Telles (2003), a especificidade do racismo à brasileira reside no modo como se dão as relações sócio-raciais, em que as relações verticais, entre grupos sociais de status socioeconômico distintos, mantém o distanciamento e a hierarquização; enquanto que as relações horizontais, que seriam relações de sociabilidade entre grupos sociais de raça ou cor diferentes, são mais frequentes e comuns – principalmente entre as classes sociais populares. O papel do Estado brasileiro nesta configuração foi decisivo, estimulando as relações raciais horizontais e mantendo as barreiras que propiciaram o distanciamento nas relações verticais. Nesse sentido, embora a desigualdade social no Brasil atinja brancos, negros e pardos, estes últimos são muito mais prejudicados devido à discriminação e o preconceito racial que existe. As profundas desigualdades raciais no Brasil são agora conhecidas menos como resultado de um passado de escravidão ou de desigualdade de classe, mas, sobretudo, como resultado de uma *“contínua prática social, de cunho racial, preconceituosa”*. Tendo em vista que *“a noção popular sobre raça é transmitida através de estereótipos, da mídia, de piadas, das redes sociais, do sistema educacional, das práticas de consumo, dos*

*negócios e pelas políticas do Estado”* (TELLES, 2003, p. 306) – de modo que não há como negar o peso, até em termos materiais, da noção de raça para a vida dos brasileiros.

O racismo e a desigualdade racial persistem na exclusão de pessoas negras e as impede de gozar as oportunidades surgidas com o desenvolvimento econômico brasileiro e a restituição dos direitos de cidadania. Esse é o paradoxo da miscigenação brasileira. TELLES, 2003, p. 312.

Assim, o paradoxo é evidente – o racismo é intenso o bastante para manter negros e mestiços nas camadas mais baixas do mercado de trabalho, mas é alto o grau de sociabilidade entre as categorias raciais. Há um racismo nas relações hierárquicas, mas que não se verifica na sociabilidade<sup>20</sup>. As interações de grande parte da classe média branca com os negros se caracterizam pelo tratamento cordial e pelo impedimento da inserção destes últimos em sua classe. Por outro lado, a extrema desigualdade existente no Brasil mantém a distância social entre a grande maioria negra e os brancos nas classes média e alta. A estrutura de classes altamente desigual reforça a hierarquia racial e limita a interação da classe média branca com os negros. *“Quando as interações inter-raciais ocorrem, há uma hierarquia social amplamente aceita, na qual “cada um sabe seu lugar”, que impede os brancos de classe média de ter interações de ordem igualitária com negros.”* (TELLES, 2003, p. 318).

Para Telles (2003), a reprodução pacífica do racismo e da desigualdade racial no Brasil se deve em grande parte à miscigenação. De certo modo, a fluidez das relações raciais horizontais facilitaram a

---

<sup>20</sup> “A cor ou raça ainda é um fator importante, que hierarquiza, divide e determina o valor do indivíduo. A miscigenação implica maior tolerância racial, mas não evita a discriminação, mesmo entre casais inter-raciais.” TELLES, 2003, p. 317.

dominação racial vertical e as boas relações horizontais têm sido utilizadas para acobertarem as péssimas relações verticais. A sociabilidade entre os grupos raciais, sobretudo no interior dos grupos de mesmo nível socioeconômico, possibilitou relações familiares e de amizade entre indivíduos de cores diferentes, e a ausência de regras de classificação e a “celebração do mestiço” tornaram pouco nítidas as categorias raciais. De um lado, esses fatores aliviaram a tensão racial, mas, por outro, enfraqueceram o potencial de solidariedade nesses grupos raciais contribuindo, assim, para a desmobilização na luta contra o racismo. Neste sentido, para Telles, o paradoxo da democratização brasileira, reside em ter de assegurar os direitos de cidadania para milhões de pessoas que são vítimas do racismo, mas que, por muitos motivos, não se mobilizam para lutar contra ele. O sistema de classificação brasileiro coloca desafios especiais, pois as relações raciais são dependentes da forma como as pessoas são categorizadas e de como aqueles que detêm o poder impõem essas categorias.

## **CAPÍTULO 3 – DEMOCRACIA POLÍTICA E CONSERVADORISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS – PARADOXOS DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA DOS ÚLTIMOS ANOS**

### **1. Introdução**

Uma observação atenta aos desdobramentos da democracia brasileira levará certamente à constatação de que este não é um processo que se constituiu livre de contradições. Nos últimos anos, os sinais de um dos paradoxos da democracia brasileira, expresso na adesão aos valores e procedimentos democráticos, de um lado, e na persistência de conservadorismos manifestos em atitudes e opiniões, de outro, têm se tornado ainda mais visíveis. As eleições de 2002 se colocam como um momento bastante oportuno para o estudo desse aspecto da experiência democrática brasileira, pois, de certo modo, os elementos que o configuram ficaram ainda mais evidentes naquele contexto de eleição nacional. De um lado, a ratificação dos procedimentos democráticos com a participação através do voto direto de parcelas significativas da sociedade e, de outro, a eleição de Lula que, se não despertou opiniões preconceituosas devido à sua trajetória pessoal e política, lembrou momentos da história recente da democracia brasileira em que essas características individuais foram ressaltadas por setores conservadores que a associavam com falta de experiência e capacidade para governar.

O desfecho do pleito de 2002, com a escolha de um

presidente com uma trajetória histórica singular, que havia sido líder sindical combatido pelo regime de ditadura militar, com uma origem social que remete a tantas outras conhecidas de famílias vindas do nordeste para o sudeste do país, que deixaram regiões precarizadas pela estiagem à procura de oportunidades e trabalho, e que talvez por isso desperte, de um lado, a identificação e o preconceito, de outro.

É nesse cenário pós-eleitoral de 2002 que se insere a questão a ser examinada neste capítulo, que trata de um aspecto dos paradoxos da experiência democrática brasileira: a **coexistência entre um quadro de apoio ao regime democrático e aos seus procedimentos e uma dinâmica social que tem o seu cotidiano significativamente marcado por manifestações e posicionamentos característicos do conservadorismo social.**

O ESEB 2002 – Estudo Eleitoral Brasileiro<sup>21</sup> –, além do conjunto de variáveis políticas eleitorais, que era o seu foco, trouxe um grupo de perguntas que abordavam temas do âmbito social e cultural que permitiu identificar posicionamentos e opiniões conservadoras na dinâmica social brasileira. De posse dos desses dados, procurou-se testar **duas hipóteses: 1) a presença dos elementos do conservadorismo na dinâmica social, expressos em atitudes e opiniões, se daria através de um bloco de posicionamentos coerentemente estruturado, de modo que um indivíduo que apresentasse um posicionamento conservador com relação a determinado tema do âmbito sociocultural tenderia a apresentar opiniões e atitudes também conservadoras para uma outra questão do mesmo**

---

<sup>21</sup> O ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro – foi uma pesquisa do tipo *survey* realizada logo após as eleições nacionais de 2002, em várias cidades e capitais de todas as regiões, contou com uma amostra de 2513 entrevistas representativas da população brasileira adulta (maior de 16 anos).

**conjunto; 2) assim como foi verificado no reduto conservador paulista estudado por Pierucci (1987, 1999) em meados da década de oitenta, os posicionamentos conservadores observados no cotidiano das relações sociais estariam associados às atitudes e opiniões não-democráticas sobre questões do mundo da política.**

Antes de apresentar o desenvolvimento da análise dos dados e discutir seus resultados, as variáveis utilizadas nos modelos de análise e os temas abordados são introduzidos e comentados com destaque para o que o ESEB traz a respeito de cada um deles. As variáveis foram agrupadas em dois grupos temáticos, identificados como dimensão sociocultural e dimensão do mundo da política, e organizadas em categorias de análise.

## **2. O conservadorismo nas relações sociais – dados do ESEB**

Os aspectos do conservadorismo abordados nesse trabalho, através da análise dos dados, foram temas contemplados no ESEB, a partir de um conjunto de perguntas incluído no seu questionário. Essas variáveis foram agrupadas em algumas categorias de análise que são apresentadas a seguir.

### *Conservadorismo sociocultural - âmbito privado*

Os temas do papel da mulher, do aborto e das opiniões e atitudes em relação ao homossexualismo são questões do mundo privado, identificadas como temáticas pertencentes ao conservadorismo

sociocultural à medida que remetem aos valores morais e tradicionais de preservação da família.

As opiniões e posicionamentos contrários à legalização do aborto, bem como aquelas que condenam o homossexualismo, estão historicamente vinculados à idéia da preservação dos costumes e modos de vida valorizados pelo conservadorismo. A família na perspectiva conservadora é tomada como uma das instituições fundamentais para a manutenção da ordem social (NISBET, 1987). A defesa dessas bandeiras também foi assumida pelas forças políticas do neoconservadorismo e pela Nova Direita (GIDDENS, 1996).

Na sociedade brasileira, mais precisamente entre um público da cidade de São Paulo, os posicionamentos em relação a esses temas estiveram no centro de uma visão da política que se pautava pelos valores da moralidade privada (SADEK, 1986; PIERUCCI, 1987, 1999). Como ficou patente entre o público conservador da capital paulista em que as questões políticas eram pensadas através desse viés apolítico. Entre eleitores malufistas e janistas, que formavam esse reduto conservador na capital paulista, questões ligadas à moralidade privada ou que, para eles, estivessem vinculadas à proteção da instituição familiar tinham peso significativo na agenda política pois, na sua perspectiva, tratava-se de uma inversão de valores em curso.

**Tabela 1**  
**Opinião sobre homossexualismo**

<b>Na opinião do(a) Sr(a), os homossexuais são ...</b>	<b>%</b>
Pessoas como quaisquer outras,	29,3
Pessoas que nasceram com esse problema e por isso devem ser aceitas OU	37,3
São pessoas com comportamento errado?	33,4
Total	100

*Tabela 2*  
*Opinião sobre programa que defende o casamento entre homossexuais*

<b>Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido.</b>	<b>%</b>
Discorda	36,0
Concorda	64,0
Total	100

Os dados que tratam das opiniões sobre homossexualismo são indicativos da presença do conservadorismo na sociedade. Os brasileiros entrevistados em 2002 sustentam posicionamentos significativamente conservadores quando são questionados sobre esse assunto relativo ao mundo privado. Para 37,3% dos entrevistados, os homossexuais são pessoas com “problemas de nascença”, para 33,4% são pessoas com “comportamento errado” e 64,0% concordam com a proibição de um programa de TV que defenda o casamento entre homossexuais.

Embora seja crescente nos últimos anos a visibilidade da união civil homossexual, o preconceito e o conservadorismo em relação a essa questão estão longe de desaparecer do convívio social. Desde meados dos anos noventa tem-se observado um aumento da visibilidade dos homossexuais na mídia, e até mesmo a criação de um mercado de bens e serviços específicos que se consolida, sendo bem aceito pelo seu público alvo ao possibilitar a promoção de espaços de sociabilidade e melhoria na auto-estima (RAMOS e CARRARA, 2006).

A ação de movimentos sociais organizados e ONGs, que promovem a discussão acerca dos direitos dos homossexuais e campanhas contra o preconceito, contam com o apoio do Ministério da Cultura e da Saúde, como as *Paradas do Orgulho Gay*. Essas vêm

ocorrendo, nos últimos anos, com uma mobilização significativa com muitos participantes. No entanto, tal mobilização e visibilidade não significa que o preconceito em relação a esse grupo não tenha sido observado em proporções também crescentes nesses anos recentes. Estudos mostram que o preconceito contra esse grupo social por muitas vezes chega aos limites da intolerância e desemboca em atos violentos. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm tomado a questão dos homossexuais e seus direitos no âmbito dos direitos humanos e a violência contra eles como uma questão de saúde pública, tamanha a incidência dos casos (RAMOS e CARRARA, 2006)<sup>22</sup>.

A tendência de atitudes acerca da questão dos homossexuais observada nos dados do ESEB que destaca o conservadorismo e o preconceito em relação a esse grupo também é verificada em outros países do mundo. Em oitenta países, o homossexualismo é considerado crime e, em sete deles, crime passível de condenação à pena de morte. Recentemente, Holanda e França levaram um documento à Assembléia Geral das Nações Unidas pedindo o fim da punição legal com base na orientação sexual. O documento que, a propósito do aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pleiteava que fossem garantidos os direitos civis aos homossexuais e que essa questão fosse encarada como uma questão de direitos humanos, gerou uma certa divisão entre os representantes dos 192 países membros da ONU. Alguns

---

<sup>22</sup> Em 1999, como resultado da articulação de vários atores da cidade do Rio de Janeiro (Secretaria de Segurança, todas as entidades do movimento homossexual da cidade, parlamentar do PT Carlos Minc, ISER, pesquisadores do Instituto de Medicina Social da UERJ) foi criado o Disque Defesa Homossexual no município do Rio de Janeiro, desde então tem sido expressivo o número de registros de casos de denúncias. As informações colhidas pelo Disque Defesa Homossexual têm se transformado em dados que fornecem elementos para estudos e políticas públicas. A partir dessas informações estudos concluíram que vítimas e agressores partilham as mesmas redes sociais e que a violência praticada contra homossexuais é mais heterogênea e complexa do que o modelo clássico de crime de ódio. RAMOS e CARRARA, 2006.

países – entre eles nações muçulmanas e também os Estados Unidos<sup>23</sup> – se negaram a assinar a carta sob a alegação de que caberia a cada país decidir sobre essas questões, consideradas de caráter interno<sup>24</sup>.

Parece que há um árduo caminho na luta pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais na sociedade brasileira e também fora dela. Ainda são poucas as cidades e países em que há uma regulamentação da união civil homossexual. A tendência de opiniões e atitudes apresentada pelos dados do ESEB no que diz respeito a essa questão é indicativa de que os direitos dos homossexuais estão longe de ser encarados pela população como uma questão de direitos humanos. Essa tendência apresentada pelos dados e o preconceito também expresso nas opiniões e atitudes dos entrevistados são elementos que dão substância às contradições da sociedade democrática.

O papel da mulher, os valores, opiniões e atitudes em relação à sua condição em uma sociedade pautada por uma organização hierárquica das relações sociais e que naturaliza as desigualdades, constitui uma outra temática, abordada na pesquisa, cujas variáveis também foram organizadas sob essa categoria de análise. A seleção das variáveis levou em consideração que essa temática do âmbito privado remete também aos valores do conservadorismo sociocultural. Neste sentido, a questão do papel da mulher, da discriminação e do tratamento

---

<sup>23</sup> Em março de 2009, o presidente eleito Barack Obama anunciou sua disposição em assinar o documento.

<sup>24</sup> “ONU se divide sobre discriminação do homossexualismo”, 18 de dezembro de 2008, [http://www.estadao.com.br/vidae/not\\_vid296171.0.htm](http://www.estadao.com.br/vidae/not_vid296171.0.htm) acesso em 05.01.2009. “Declaração contra homossexualismo divide países da ONU”, 19 de dezembro de 2008, [http://www.estadao.com.br/internacional/not\\_int296437.0.htm](http://www.estadao.com.br/internacional/not_int296437.0.htm) acesso em 05.01.2009.

desigual destinado a ela na sociedade brasileira se configura também como uma das expressões do autoritarismo social (DAGNINO, 1994; CHAUI, 2000).

Estudos recentes destacam o intenso movimento das mulheres em direção ao mercado de trabalho e também seu papel como co-provedora, e muitas vezes, provedora de famílias, não obstante, não se observa uma participação masculina equivalente na divisão do trabalho doméstico e persistem ainda alguns estigmas que reforçam a idéia da inferioridade ou incapacidade feminina para atuar em diferentes áreas, para além do espaço privado da casa. Apesar do movimento das mulheres na luta pela conquista dos seus direitos, a sociedade e suas instituições não têm acompanhado este desenvolvimento. As mulheres, ainda que se apresentem como sujeitos ativos da mudança nas relações de gênero, arcam com os custos dessas transformações como a reação violenta masculina à perda do poder, como tem ocorrido muitas vezes no âmbito familiar (VENTURI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004).

**Tabela 3**  
***Opinião sobre a divisão do trabalho de casa e o cuidado dos filhos***

<b>Na sua opinião:</b>	<b>%</b>
Os homens devem dividir com as mulheres o trabalho de cuidar da casa e dos filhos OU Essa é uma responsabilidade da mulher?	89,7
Total	100

**Tabela 4**  
***Atitude que uma mulher agredida deve tomar***

<b>Se uma mulher apanha do marido, ela deve:</b>	<b>%</b>
Dar queixa na polícia,	58,2
Separar-se do marido, mas não dar queixa OU	24,0
Não fazer nada para não desmanchar a família?	8,1
Dar queixa e separar-se do marido	9,7
Total	100

Os dados do ESEB sobre essa questão da divisão do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos revelam a presença de opiniões e posturas conservadoras de parcelas da sociedade brasileira com relação ao papel da mulher. Muito embora a maioria dos entrevistados (89,7%) tenha se posicionado favoravelmente à idéia de que estas são atividades que podem ser compartilhadas pelo casal, para 10,3% dos entrevistados, essas seriam responsabilidades exclusivamente femininas.

Com relação à questão da violência contra a mulher em um casamento, os dados apontam para um cenário de convivência com a agressão à mulher, em que parcela significativa da sociedade ainda se posiciona favoravelmente a atitudes mais brandas com relação a essa situação. Somente 9,7% dos entrevistados apóiam a atitude da mulher de dar queixa da agressão à polícia e separar-se. Enquanto que, para 8,1% dos entrevistados "a mulher nada deve fazer, sob pena de prejudicar a família".

Esses dados do ESEB são indicativos da postura conservadora de setores da sociedade, em que a preservação da família é o elemento que se sobrepõe aos direitos da mulher. Esses resultados seguem a tendência apresentada em outros estudos sobre a questão do papel da mulher que constatam que, apesar da visibilidade alcançada pelo problema e das conquistas do movimento de mulheres na busca pela efetivação dos direitos femininos, há ainda um caminho árduo pelo cotidiano das relações sociais na busca do reconhecimento das práticas violentas dirigidas às mulheres e das posturas sexistas que a sociedade brasileira sinaliza. O problema da discriminação e da agressão à mulher,

nesse sentido, parece sofrer do mesmo mal do “racismo à brasileira”, o comportamento velado. Com a visibilidade que a questão dos direitos da mulher tomou na sociedade não há um reconhecimento público dessas atitudes de discriminação e da convivência com as práticas violentas, no entanto, é no âmbito privado das relações que elas se concretizam.

O problema do aborto, que também pode ser tratado como um dos importantes aspectos do papel da mulher na sociedade, envolve aspectos legais do direito à vida, a discussão dos direitos femininos e valores morais e religiosos. Em um país significativamente religioso e de maioria católica como o Brasil, a discussão acerca do aborto geralmente ocorre em um cenário dividido de posicionamentos bem delimitados e defendidos vigorosamente. Grupos organizados da Igreja Católica opõem-se à liberalização do aborto, baseados na argumentação da defesa do direito à vida, já o movimento de mulheres reivindica o direito de a mulher escolher pela interrupção ou não da gravidez. Recentemente tem se discutido sobre a possibilidade de rever a legislação que vigora acerca do aborto considerando os casos em que se constata a anencefalia do feto<sup>25</sup>. Este debate mobiliza setores da sociedade e está permeado pelos valores morais e religiosos<sup>26</sup>. E, remete às idéias e políticas defendidas pelo conservadorismo à medida que estão diretamente ligadas aos valores tradicionais da família, considerada instituição básica da ordem social

---

<sup>25</sup> “Ministra Nilcéia Freire defende aborto em casos de anencefalia. Especialistas discutem caso em audiência pública no STF. Julgamento está previsto para novembro.” **Érica Abe** <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL761510-5598,00-MINISTRA+NILCEIA+FREIRE+DEFENDE+ABORTO+EM+CASOS+DE+ANENCEFALIA.html> acesso em 17.09.2008.

<sup>26</sup> Arcebispo de Recife e Olinda excomunga médicos e mãe envolvidos no aborto realizado em uma menina de nove anos grávida que havia sido estuprada.

conservadora (NISBET, 1987).

*Tabela 5*  
*Opinião sobre aborto*

<b>Com qual das frases o(a) Sr(a) concorda mais:</b>	<b>%</b>
O aborto deve ser proibido em qualquer situação,	37,4
O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro OU	51,0
O aborto deve ser permitido em qualquer situação?	11,5
Total	100

Sobre essa questão do aborto, os dados do ESEB indicam que 37,4% do público entrevistado posicionaram-se terminantemente contra ao aborto, independentemente da situação. A maioria, 51,0%, no entanto, concorda que “o aborto deveria ser permitido em algumas situações, como no caso de estupro” e defende, portanto, que a lei brasileira permaneça como está. Somente 11,5% dos entrevistados posicionou-se favoravelmente à permissão do aborto em qualquer situação. Apreende-se desses dados que os brasileiros sustentam posicionamentos conservadores quando se trata da questão do aborto, e os valores religiosos parecem ter peso considerável sobre essas opiniões.

**Tabela 6**  
**Opinião sobre o Aborto segundo a filiação religiosa**

Religiões	Opinião sobre o Aborto			Total
	Deve ser proibido em qualquer situação	Deve ser permitido se a mulher engravidou devido a estupro	Deve ser permitido em qualquer situação	
Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová	<b>65,4</b>	30,8	3,8	100
Evangélica Pentecostal	<b>46,8</b>	<b>47,1</b>	6,1	100
Evangélica não-pentecostal	32,1	<b>58,3</b>	9,5	100
Candomblé	18,2	<b>54,5</b>	27,3	100
Umbanda	33,3	<b>66,7</b>		100
Espírita Kardecista	21,9	<b>64,4</b>	13,7	100
Seicho-no-iê, Messiânica	50,0		50,0	100
Católica	37,6	<b>50,8</b>	11,7	100
Budista		<b>50,0</b>	50,0	100
Santo Daime, Esotérica, Outras	40,0	<b>46,7</b>	13,3	100
Não tem religião	24,3	<b>59,0</b>	16,8	100
<b>Ateu</b>		1	1	100

Qui-quadrado 92.450 significativo ao nível de  $p < .000$

Fonte: ESEB – Banco de Dados Cesop/Unicamp e FGV-Opinião

Os dados da tabela acima sobre a relação de associação entre opiniões acerca do aborto e filiação religiosa destacam que **37,6%** dos entrevistados que se declararam católicos, religião apontada pela maioria dos brasileiros entrevistados<sup>27</sup>, **são contrários ao aborto em qualquer situação; 50,8% defendem que o aborto deve ser permitido em casos em que a gravidez resulte de um estupro e 11,7% posicionam-se favoravelmente ao aborto.** Entre os posicionamentos mais conservadores, destacam-se o grupo religioso formado pelos entrevistados que se declararam Mórmons, Adventistas e Testemunhas de Jeová, em que **65,4% afirmam ser terminantemente contrários ao aborto.** Para 30,8% desse grupo, o aborto deve ser permitido em caso de estupro, e somente 3,8% são favoráveis à permissão do aborto em qualquer situação. O grupo

<sup>27</sup> Entre os brasileiros entrevistados 70,0% declararam-se católicos.

formado pelos entrevistados que se declararam evangélicos pentecostais também apresentou uma postura conservadora, porém apresentam-se mais divididos: 46,8% são expressamente contrários ao aborto, mas 47,1% permitiriam em casos específicos e 6,1% são favoráveis em qualquer situação.

Esses dados do ESEB indicam o peso da filiação religiosa nos posicionamentos acerca dessa temática. Para determinados grupos religiosos, as atitudes em relação a essa questão estão delimitados pelo universo dos valores morais colocados pela doutrina religiosa. O que reforça sobremaneira o caráter conservador desses posicionamentos.

### **Reforma agrária e propriedade privada**

Nessa categoria de análise estão as variáveis que tratam da questão da reforma agrária, que está diretamente relacionada à propriedade privada elemento significativamente valorizado pela política conservadora. Os valores, opiniões e atitudes envolvidos na questão da reforma agrária e da propriedade privada, remetem ao ideário do conservadorismo e têm um papel de destaque nas idéias defendidas pela Nova Direita e pelo Neoliberalismo. Reza a crença do conservadorismo que a propriedade constitui a própria condição da humanidade do homem, e sua divisão, neste sentido, seria vista como destruição e como um crime tão grave quanto o praticado contra o sagrado (NISBET, 1987). Para o neoconservadorismo e para a Nova Direita, a defesa da propriedade privada constitui parte de um programa de regeneração moral à medida que está vinculada aos valores de família. A idéia subjacente era a de que a posse de uma propriedade proporcionaria à

família sua continuidade ao promover a união em torno de algo que seria passado de geração a geração. Segundo esta visão, o fato de a família ser reduzida a uma relação de propriedade não seria algo danoso, ao contrário, seria justamente neste ponto que residiria sua força, pois uma família que possui em comum uma propriedade, poderia desenvolver importantes laços de solidariedade (GIDDENS, 1996).

Em um país de dimensões territoriais e cuja atividade agrícola desempenha papel importante no desenvolvimento econômico, como o Brasil, a discussão acerca da reforma agrária e da propriedade de terras remete a um conjunto de valores e opiniões identificados com o conservadorismo. A herança cultural do domínio territorial dos grandes latifúndios e a gama de valores a ele atrelados têm peso considerável quando a questão é a propriedade privada. Toda a rede de relações desiguais ligadas à *cultura da dívida* que se desenvolveu no Brasil agrário entre senhores de terras e trabalhadores livres, como muito bem ressaltou Sales (1994), ainda persiste em algumas localidades não atingidas pelo processo de modernização que se deu desigualmente no território brasileiro. E esses elementos presentes na organização social brasileira certamente repercutem nas opiniões sobre a reforma agrária.

**Tabela 07**  
**Opinião sobre a Reforma Agrária**

<b>Pensando agora na reforma agrária, na sua opinião:</b>	<b>%</b>
O governo deve desapropriar as terras sem uso OU	51,1
O dono da terra deve ter o direito de querer ou não cultivar suas terras?	48,9
Total	100

**Tabela 08**

***Opinião sobre a invasão de terras como meio de pressionar o governo a fazer a Reforma Agrária***

<b>O(a) sr(a). é contra ou a favor:</b>	<b>%</b>
<b>Da invasão de terras para pressionar o governo a fazer a reforma agrária?</b>	
Contra	72,6
A favor	27,4
Total	100

Embora uma das perguntas aplicadas no ESEB questione a respeito do posicionamento sobre a "invasão de terras como meio de pressionar o governo a fazer a reforma agrária", e não especificamente acerca da opinião favorável ou não à reforma agrária, sua seleção foi realizada levando em consideração que suas informações combinadas aos dados da pergunta sobre a reforma agrária poderiam trazer elementos para a análise. Assim, os dados indicaram que 72,6% dos entrevistados posicionaram-se contrariamente à invasão de terras com o propósito de pressionar o governo a realizar a reforma agrária. Esse é um dado que pode ser interpretado como uma postura legalista, mas, de certo modo, não deixa de ser indicativo do posicionamento conservador dos brasileiros com relação à questão da distribuição de terras no país.

Mas, o que os dados do ESEB trazem de central no que diz respeito à reforma agrária é que, quando a pergunta apresenta duas alternativas de resposta, os brasileiros entrevistados se dividem: 51,5% respondem que "o governo deve desapropriar as terras sem uso" para realizar a reforma agrária e 48,9% acreditam que "o dono da terra deve ter o direito de querer ou não cultivar suas terras". Os dados mostram que a reforma agrária ainda é uma questão que divide a sociedade e, sem dúvidas, destaca os posicionamentos conservadores que permanecem nela. Não obstante, esses resultados também indicam, de certo modo, a aceitação por parte da população da idéia da divisão de terras como

solução para o problema agrário do país. Embora 48,9% tenham se oposto à desapropriação de terras improdutivas, a opinião favorável da maioria dos entrevistados é sintomática da percepção da população brasileira com relação a essa questão e da aceitação da reforma como uma saída.

### ***Hierarquia social***

Como parte do conservadorismo presente na sociedade brasileira, o fenômeno da hierarquia social se traduz em atitudes e práticas discriminatórias que se desenvolvem a partir de um sistema de classificação pautado pela idéia dos *códigos e lugares sociais* explicitados em ditados populares tais como *“cozinha que é lugar de mulher”*, e que também podem ser percebidos fisicamente através do estabelecimento do *“elevador social”* e do *“elevador de serviço”* (DAGNINO, 1994). Esses códigos de classificação separam e hierarquizam as pessoas marcando as diferenças sociais. As manifestações da hierarquia social podem ser percebidas também no uso da expressão *“sabe com quem está falando?”* em que os indivíduos se diferenciam utilizando-se da posição social que ocupam ou da projeção social que assumem (DA MATTA, 1997). O uso dessa expressão se traduz como um dos modos de estabelecer diferenças e hierarquias em todos as situações, grupos e categorias sociais alimentando e reforçando os traços conservadores da sociedade brasileira.

As variáveis selecionadas e organizadas sob esta categoria de análise tratam da questão dos lugares sociais, de seus códigos de classificação e remetem às práticas sociais fundamentadas na desigualdade de tratamento cotidianamente verificada na sociedade

brasileira. Nessas variáveis o conteúdo dessa temática é tratado ao apresentar ao entrevistado três situações em que está presente a idéia de que devido ao seu *status social*, alguns indivíduos devem ser tratados diferentemente de outros, conforme a hierarquia social em vigor. E então, questiona-se qual a atitude que se deveria tomar.

*Tabela 9*  
*Valores e opiniões sobre hierarquia social I*

<b>O empregado trata o patrão de senhor, mas o patrão diz ao empregado que pode ser tratado de você, o que o(a) Sr(a) acha que o empregado DEVERIA fazer?</b>	<b>%</b>
Ele deveria continuar chamando o patrão por senhor OU	60,4
O empregado deveria passar a chamar o patrão por você?	39,6
Total	100

*Tabela 10*  
*Valores e opiniões sobre hierarquia social II*

<b>Os moradores de um prédio ou edifício, dizem para os porteiros e empregadas domésticas que eles podem usar o elevador social, o que o(a) Sr(a) acha que os empregados do prédio DEVERIAM fazer...</b>	<b>%</b>
Eles deveriam usar o elevador social OU	43,1
Eles deveriam continuar usando o elevador de serviço?	56,9
Total	100

*Tabela 11*  
*Valores e opiniões sobre hierarquia social III*

<b>O patrão diz ao seu empregado que ele pode tomar banho na piscina do edifício. O que o (a) Sr(a) acha que o empregado DEVERIA fazer:</b>	<b>%</b>
O empregado deveria agradecer e não deveria tomar banho na piscina OU	63,2
O empregado deveria tomar banho na piscina?	36,8
Total	100

Apresentada essas três situações aos brasileiros entrevistados, os dados do ESEB destacam que a maioria é a favor da hierarquia social. Para 60,4% dos brasileiros entrevistados, o empregado deve continuar tratando o patrão de senhor, mesmo que este tenha lhe dito que pode ser

tratado de você. Na situação do elevador que separa empregados e moradores de um prédio, 56,9% dos entrevistados são a favor de que empregadas domésticas e porteiros continuem a usar o elevador de serviço, mesmo que os moradores tenham permitido o uso do elevador social. 63,2% dos brasileiros entrevistados também concordam que o empregado deveria agradecer e não deveria tomar banho na piscina do edifício onde trabalham, ainda que o patrão tenha autorizado.

Esses dados podem ser interpretados como sinais claros de que para a maioria dos brasileiros entrevistados, as hierarquias e os lugares sociais devem ser mantidos. A dinâmica das relações sociais é caracterizada por esses elementos presentes em situações, como as acima descritas, em que a desigualdade de tratamento não é vista com estranheza, mas como parte da dinâmica social.

### ***Preconceito e discriminação racial***

O tema do preconceito e da discriminação racial também se configura como um dos aspectos do conservadorismo brasileiro, na medida em que se traduz no tratamento desigual na dinâmica das relações sociais e remete a uma organização social em que historicamente os negros foram integrados ocupando uma posição subalterna em relação aos brancos. Sales (1994) destacou que na sociedade brasileira, o *fetichismo da igualdade social* opera no sentido de mascarar as desigualdades sociais através dos elementos que lhe dão substância como o mito da democracia racial e a cordialidade. Assim como o mito de que *“somos uma nação una, indivisa e sem preconceitos”* (CHAUÍ, 2000), o mito da democracia racial operou no sentido de tornar

nebulosas as desigualdades sociais e camuflar os conflitos no interior da sociedade (SALES, 1994). Como ocorre com o fenômeno da hierarquia social expressa no uso do “*sabe com quem está falando?*”, as atitudes de discriminação que demonstram preconceito racial não são admitidas. Essas situações revelam os conflitos existentes em uma sociedade que alimenta a idéia de uma convivência harmônica e se afirma como tal, mas que naturaliza a hierarquia racial e as desigualdades sociais.

Como se sabe a *aparência* tem peso considerável na dinâmica das relações sociais na sociedade brasileira. As atitudes discriminatórias levam em conta traços fenotípicos, de modo que *aparência*, cor ou raça são características que fazem diferença e têm consequências na convivência social. Por isso, para entender o fenômeno do *racismo à brasileira*, parece imprescindível conhecer a classificação racial que vigora nessa dinâmica. As relações sócio-raciais dependem do modo como as pessoas são classificadas em categorias, que estão baseadas geralmente na cor da pele do indivíduo. E as várias tonalidades de cor, por sua vez, são racializadas; carregam atributos valorativos, geralmente, negativos da idéia de raça. De modo que a noção de cor equivale ao conceito de raça. Nas palavras de Telles, “*está associada à ideologia racial que hierarquiza as pessoas de cores diferentes. Independentemente do uso do conceito de cor ou raça, as pessoas são tipicamente racializadas e seu status depende de sua categorização racial ou de cor.*” (TELLES, 2003, p. 304). A importância da classificação racial nas relações sociais está longe de ser minimizada, considerando que a auto-identificação racial tende a se estabelecer conforme a identificação externa, feita pelos outros. Os significados sociais baseados na idéia de raça estão sempre presentes nessas classificações, embora o

pertencimento a uma categoria específica não seja determinado por uma estrutura fixa<sup>28</sup>.

Como parte dos mecanismos e instituições sociais “que permitem o funcionamento do racismo como sistema não reconhecido juridicamente e apenas apoiado no racismo de atitudes” ocorre a substituição da idéia de raça pela noção de cor no Brasil<sup>29</sup>. Essa substituição implica que muitas manifestações de discriminação pela cor sejam terminantemente negadas como tendo motivação racial, baseadas na argumentação de que “as raças não existem, somente as cores” (GUIMARÃES, 1999). A noção de cor é tomada como característica objetiva, concreta e independente da idéia de raça<sup>30</sup>. Com isso, as manifestações de racismo são reconhecidas como tendo uma motivação de classe – e como as classes, na sociedade brasileira, são consideradas “bases legítimas para a desigualdade de tratamento e de oportunidades entre as pessoas” (GUIMARÃES, 1999), a discriminação deixa de ter um caráter ilegítimo.

O uso da categoria cor na classificação racial em nada modifica a estereotipia negativa dos negros e exclui desta categoria parte

---

<sup>28</sup> Telles (2003), que estuda as relações raciais brasileiras comparativamente à americana, argumenta que as classificações raciais no caso brasileiro são bastante ambíguas e fluidas. A auto-identificação ou a classificação que o brasileiro faz de si e dos outros são, às vezes, inconsistentes e podem variar dependendo da condição social; os termos raciais utilizados, além de numerosos, são freqüentemente usados de modo inconsistente.

<sup>29</sup> Guimarães afirma que, no Brasil, o anti-racismo foi equiparado ao anti-racialismo – como se negar a existência das raças significasse negar o racismo como sistema. Assim, “reconhecer a idéia de raça e promover qualquer ação anti-racista baseada nesta idéia, mesmo se o autor é negro, é interpretado como racismo”. GUIMARÃES, 1999, p. 107-108.

<sup>30</sup> Como se sabe, a utilização da noção de cor levou um grande contingente da população de ascendência africana a não se classificar como negra ou de cor preta. Uma variedade de denominações e termos como a cor “morena” aparece de modo significativo nos levantamentos e estudos.

significa dos mestiços, que têm sua auto-estima perseguida por estes estereótipos. Essa estereotipia negativa dos traços somáticos negros fundamenta também o mecanismo de suspeição policial, no qual os negros são destratados graças ao arbítrio de policiais e de guardas de segurança de rua em vários ambientes de convívio social, como transportes coletivos, lojas, supermercados e bancos. São esses estereótipos raciais que, somados aos estereótipos de classe, produzem o mecanismo de seleção da “boa aparência” verificado em várias situações do convívio social, mas com atuação marcante no mercado de trabalho. Esse mecanismo pode ser responsabilizado por parcela significativa das desigualdades raciais de ocupação e renda (GUIMARÃES, 1999). Como uma norma geral da sociedade brasileira, a aparência, e em certa medida, o *status* social, podem determinar quem é preto, mulato ou branco (TELLES, 2003).

**Tabela 12**

**Discriminação e preconceito racial**

<i>Concorda ou discorda das frases, muito ou pouco?</i>	<i>Discorda muito</i>	<i>Discorda um pouco</i>	<i>Concorda muito</i>	<i>Concorda um pouco</i>	<i>Total</i>
<b>Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem.</b>	82,2	6,3	8,7	2,8	100
<b>As únicas coisas que os negros sabem fazer bem é música e esportes.</b>	48,8	11,3	25,9	14,0	100
<b>Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor de pele.</b>	2,3	0,9	90,6	6,2	100

Do questionário do ESEB foram selecionadas algumas das frases da bateria utilizada em dois outros estudos sobre o racismo no Brasil, a Pesquisa Datafolha de 1995 e a Pesquisa da Fundação Perseu Abramo

de 2003. Essas frases foram propositalmente elaboradas com linguagem coloquial com a finalidade de captar indícios de atitudes de preconceito racial veladas. O objetivo era medir as tendências de atitudes com relação a essa temática, que é tomada neste trabalho como parte do fenômeno do conservadorismo da sociedade brasileira. Desse conjunto de frases, duas apresentam um conteúdo preconceituoso e uma possui conteúdo não preconceituoso. Embora os dados do ESEB tenham apontado tendências de resultados semelhantes aos outros dois estudos realizados, observa-se uma tendência crescente de respostas menos preconceituosas nos dados do ESEB (2002) comparativamente aos dados de 1995 da Pesquisa do Instituto Datafolha.

Com relação à frase *“Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor da pele”* observa-se um aumento de posicionamentos de concordância com a frase, de 87,9% em 1995 para 90,6% em 2002; e uma ligeira diminuição dos posicionamentos discordantes de 3,0% em 1995 para 2,3% em 2002. Já com relação às frases formuladas com conteúdo propositalmente preconceituoso observa-se uma tendência de diminuição das posturas racistas. Na frase *“As coisas que os negros sabem fazer melhor são música e esportes.”* há uma diminuição de respostas concordam muito, de 30,6% em 1995 para 25,9% em 2002; e um ligeiro aumento de posicionamentos de discordância de 45,9% em 1995, para 48,8% em 2002. Essa mesma tendência é observada com relação aos posicionamentos acerca da frase *“Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem.”*, de 17,0% de respostas concordam muito em 1995, para 8,7% em 2002. As respostas que apresentam atitudes de discordância com a frase também aumentaram de 67,0% em 1995, para 82,2% em 2002.

Embora os dados do ESEB apontem essa tendência de uma

diminuição do preconceito comparativamente aos dados da pesquisa realizada em 1995, indicam ainda uma presença significativa das atitudes racistas na sociedade brasileira. Não se pode ignorar que 25,9% concordam muito e 14,0% concordam pouco com a frase que afirma “As únicas coisas que os negros sabem fazer bem é música e esportes.” em que fica evidente os estereótipos criados. Quase 40,0% de concordância com uma frase que tinha como objetivo captar a atitude de preconceito velado é um dado a ser considerado em uma sociedade que se propaga como harmônica, sem preconceitos e igualitária no seu convívio social.

### ***Conservadorismo sociocultural - Controle da ordem social***

Outro tema tratado diz respeito às opiniões e atitudes acerca da questão da segurança pública, ou seja, das medidas para conter a violência nas grandes cidades. Essa é uma questão que tem revelado posicionamentos e valores significativamente conservadores entre o público dos grandes centros urbanos (ALVES, 1999; NISHIMURA, 2002). Através da abordagem dessas questões pretende-se apreender valores e atitudes associados aos posicionamentos conservadores.

O problema da segurança e da violência que afeta os grandes centros urbanos tem desencadeado a busca por uma série de soluções conservadoras por parte dos públicos destas cidades que almejam manter a “ordem social” através de medidas punitivas mais severas. Verifica-se uma tendência em apoiar saídas como a pena de morte, a prisão perpétua, a diminuição da maioria penal para menores infratores e até mesmo o uso do exército no combate à violência urbana – medida antes questionada por setores da sociedade devido ao

recente passado brasileiro de ditadura militar. Essas medidas punitivas têm mobilizado uma parcela significativa da população de grandes cidades e também alguns setores conservadores já identificados anteriormente com estas propostas. A defesa dessas medidas vem geralmente acompanhada por certos preconceitos baseados em alguns estereótipos criados em torno da figura do criminoso (CALDEIRA, 1991, 2000), desencadeando um processo no qual as pessoas passam a ser discriminadas devido à sua aparência. Estudos têm destacado o acesso desigual que jovens negros e pobres têm à justiça e a todo o processo discriminatório que passam desde a abordagem policial ao encarceramento (ADORNO, 1995, 1996).

A inclinação de parcela substantiva da população à adoção de políticas punitivas mais severas combinadas à abordagem policial dispensada a certos grupos sociais, preferencialmente “suspeitos”, como negros e pobres, se enquadram no discurso do programa de combate à criminalidade conhecido como Tolerância Zero, implementado na cidade de Nova York nos Estados Unidos<sup>31</sup> e tomado como referência de modelo eficaz de combate ao crime por alguns setores da sociedade brasileira. Para Belli (2000) a aceitação dessa política no Brasil se deve muito mais à “eficácia simbólica no reforço dos estereótipos correntes na sociedade brasileira” do que com a sua suposta eficácia na redução da criminalidade, ao seu sucesso, de fato. Parece haver uma correspondência entre a dinâmica social brasileira, entre os enunciados do programa Tolerância Zero e o senso comum a respeito de como lidar com

---

<sup>31</sup> Estudos realizados a partir de dados de surveys com informações de três décadas destacam os fatores intervenientes na implementação da pena de morte nesse país. Nesse estudo observou-se que algumas características aumentam, a probabilidade de que a pena capital seja instituída em algumas localidades. Jurisdições em que a população negra e mestiça é maior, áreas com desigualdade econômica expressiva e onde é significativa a força política conservadora do Partido Republicano, que enfatiza a necessidade de punições mais severas no combate ao crime de rua, figuram entre os locais com maior incidência de aplicação da pena. JACOBS e CARMICHAEL, 2002, 2004.

o crime. O apoio à adoção de medidas como a pena de morte, prisão perpétua e prisão para menores de idade, segue a mesma linha da teoria das “janelas quebradas”, em que se baseou o programa Tolerância Zero, em que se verifica uma crença nas causas individuais da criminalidade e uma rejeição das causas coletivas e sociais na explicação de sua origem. Os altos índices de criminalidade, nessa perspectiva, não se devem a causas sociais, mas antes à degeneração moral dos indivíduos, à decadência dos valores tradicionais da família (BELLI, 2000).

**Tabela 13**  
*Opiniões sobre medidas de Segurança Pública*

O(a) Sr(a) é contra ou a favor:	<i>contra</i>	<i>a favor</i>	<i>total</i>
<b>Prisão Perpétua.</b>	31,9	68,1	100
<b>Pena de Morte</b>	55,0	45,0	100
<b>Prisão para menores de idade</b>	19,1	80,9	100
<b>Uso do exército no combate à violência nas ruas das grandes cidades</b>	19,8	80,2	100

**Tabela 14**  
*Opiniões dos entrevistados que apontaram a violência como maior problema e opiniões dos entrevistados que apontaram outros problemas, com relação aos seus posicionamentos acerca das medidas punitivas*

VIOLÊNCIA COMO MAIOR PROBLEMA	<b>CONTRA</b>	<b>A FAVOR</b>	<b>total</b>
<b>Pena de morte *</b>	53,9	46,1	100
<b>Prisão perpétua **</b>	28,7	<b>71,3</b>	100
<b>Prisão para menores de idade ***</b>	15,1	<b>84,9</b>	100
<b>Uso do exército no combate à violência urbana****</b>	20,7	79,3	100
OUTROS PROBLEMAS	<b>CONTRA</b>	<b>A FAVOR</b>	
<b>Pena de morte *</b>	55,2	44,8	100
<b>Prisão perpétua **</b>	32,5	<b>67,5</b>	100
<b>Prisão para menores de idade ***</b>	19,7	<b>80,3</b>	100
<b>Uso do exército no combate à violência urbana****</b>	19,7	80,3	100

\* Qui-quadrado observado .194 significativo para o nível de  $p < .70$

\*\* Qui-quadrado observado 1.874 significativo para o nível de  $p < .20$

\*\*\* Qui-quadrado observado 4.031 significativo para o nível de  $p < .05$

\*\*\*\* Qui-quadrado observado .195 significativo para o nível de  $p < .70$

Os dados do ESEB indicam que uma parcela significativa da população brasileira apóia a adoção de punições como a prisão perpétua e a diminuição da maioria penal. Apesar do posicionamento quase dividido em relação à pena capital, 45,0% dos entrevistados opinaram favoravelmente à implementação da pena de morte e 55,0% contra, os posicionamentos em relação às outras medidas não deixa dúvida do caráter conservador - 68,1% são favoráveis à implementação da prisão perpétua e 80,9% apóiam a prisão para menores infratores. E 80,2% dos entrevistados apóiam o uso do exército como polícia no combate ao crime nas cidades. O problema da violência e da segurança pública foi apontado no ano eleitoral de 2002 pelos entrevistados no ESEB como uma das grandes questões a ser enfrentada pelo governo que se iniciaria. Observa-se uma tendência de opiniões mais conservadoras, favoráveis às penas de prisão perpétua e prisão para menores, entre os entrevistados que apontaram a violência e a segurança como maior problema, comparativamente com os entrevistados que apontaram outros problemas. Ou seja, o público que identifica o problema da violência como um dos mais graves tende a ser também o mais conservador ao apontar a solução para esse problema.

Como destacou Alvarez (2008), os direitos fundamentais afirmados na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos em geral, são tomados nessa argumentação conservadora como "direitos de bandidos". Parece que as idéias conservadoras acerca das punições, verificadas em outros contextos culturais, têm também se propagado e encontrado espaço na opinião pública na sociedade brasileira na contramão das conquistas democráticas das últimas décadas.

### **3. As dimensões do conservadorismo na sociedade brasileira – os dados inter-relacionados**

#### *A construção do modelo de análise 1*

O modelo de análise foi construído considerando a hipótese de que os brasileiros entrevistados apresentariam posicionamentos conservadores para o conjunto de questões abordadas e que essas opiniões apresentariam algum grau de estruturação. Segundo a tese da estruturação desenvolvida por Converse (1964), o indivíduo que apresenta determinados posicionamentos com relação a algumas questões tende a apresentar opiniões no mesmo sentido para outras do seu mesmo conjunto, sustentando uma postura coerente neste sentido. Assim, conhecendo a postura conservadora de um indivíduo com relação à questão da pena de morte, por exemplo, se poderia supor que este tenderia a ter uma opinião conservadora também com relação ao papel da mulher na sociedade.

Desse modo, no modelo de análise elaborado foram consideradas **respostas conservadoras** as posturas favoráveis aos papéis tradicionais da mulher na sociedade, que tomam o cuidado dos filhos e o trabalho da casa como atividades exclusivamente femininas, como também foram considerados conservadores os posicionamentos contrários à legalização do aborto e ao homossexualismo. As respostas a favor da manutenção da hierarquia social, como nas situações colocadas aos entrevistados, a favor da existência do elevador de serviço, da manutenção do tratamento dispensado ao patrão por parte dos empregados e da preservação dos lugares sociais com a não utilização

da piscina do edifício por parte dos empregados, também foram consideradas conservadoras. As opiniões discriminatórias que indicaram preconceito racial também foram tomadas como posturas conservadoras. As opiniões contrárias à reforma agrária são reconhecidas historicamente como conservadoras. E as opiniões favoráveis às penalidades mais severas, como a pena capital, a prisão perpétua, o uso do exército no combate à violência urbana e a prisão aos menores de idade, no que diz respeito à questão da segurança pública e do controle da ordem social.

Para testar essa hipótese dos posicionamentos conservadores no âmbito das relações sociais como um conjunto de opiniões e atitudes coerentemente estruturado foi realizada uma análise fatorial, técnica estatística de análise multivariada, que permitiria identificar através da possível formação de fatores ou 'blocos', a presença de opiniões e atitudes articuladas entre si, indicando possivelmente conjuntos de expressões conservadoras. O modelo de análise elaborado apresentou 49,0% da variância explicada.

Refutando a hipótese originalmente formulada, os resultados da análise indicam que **o conservadorismo na sociedade brasileira não se apresenta coerentemente estruturado**. Os brasileiros posicionam-se e tomam atitudes consideradas conservadoras, mas estas atitudes e opiniões não se apresentam articuladas de forma congruente. Um indivíduo que apresenta uma opinião considerada conservadora acerca do homossexualismo e do aborto, por exemplo, não necessariamente apresenta atitudes conservadoras em relação ao papel da mulher e atitudes hierárquicas no que diz respeito aos lugares sociais.

A análise dos dados mostrou que não há uma coerência neste sentido.

Não há entre os brasileiros entrevistados na pesquisa, um conjunto de opiniões e posicionamentos coerentemente agregados e na mesma direção acerca dos temas abordados, que dizem respeito ao conservadorismo. Trata-se de um comportamento com múltiplos fatores, que se define a partir de dimensões específicas e não em blocos, e isso se assemelha a outros fenômenos como, por exemplo, a política. São fenômenos e comportamentos multidimensionais. Os resultados apontam para a presença na sociedade brasileira de diferentes aspectos do conservadorismo, de dimensões não necessariamente inter-relacionadas entre si. A análise fatorial fornece uma separação artificializada dos dados e produz uma hierarquia de dimensões, mostrando que há pesos distintos entre as variáveis. A partir da formação de fatores fornecida pela análise, foi possível identificar algumas dimensões do conservadorismo.

## Quadro da análise fatorial 1\*

### *Dimensões do Conservadorismo na sociedade brasileira*

Rotated Component Matrix

	DIMENSÕES					
	1	2	3	4	5	6
Prisão Perpétua	<b>.748</b>					
Pena de Morte	<b>.799</b>					
Prisão para menores de idade	<b>.465</b>					
Uso do Exército para controle da violência nas grandes cidades	.357					
Hierarquia Social (tratamento dado ao patrão)		<b>.634</b>				
Hierarquia Social (uso do elevador social)		<b>.728</b>				
Hierarquia Social (uso da piscina)		<b>.758</b>				
Papel da Mulher - atitude que uma mulher agredida fisicamente pelo marido deveria tomar			<b>.507</b>			
Papel da Mulher – divisão do trabalho doméstico e cuidado dos filhos			<b>.540</b>			
Preconceito e Discriminação Racial - “Toda raça tem gente boa e gente ruim, independente da cor da pele”			<b>.511</b>			
Preconceito e Discriminação Racial – “Se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem”			.334	<b>.615</b>		
Preconceito e Discriminação Racial – “As coisas que os pretos sabem fazer melhor são música e esportes”				<b>.526</b>		
Aborto					<b>.663</b>	
Homossexualismo					<b>.623</b>	
Reforma Agrária – invasão de terras						<b>.764</b>
Reforma Agrária – desapropriação de terras						<b>.663</b>

Total variance explained

#### Dimensões

	Total	% of variance	Cumulative %
<b>1</b>	2.127	12.509	12.509
<b>2</b>	1.651	9.714	22.223
<b>3</b>	1.290	7.586	29.809
<b>4</b>	1.160	8.821	36.630
<b>5</b>	1.090	6.409	43.039
<b>6</b>	1.047	6.157	49.196

\* Nesta análise consideramos como associações significativas entre as variáveis somente aquelas com coeficientes maiores que .5 ( $p > .5$ ).

### *dimensão da segurança pública - do controle da ordem social*

No primeiro fator aparecerem as questões relacionadas ao tema do controle da ordem social, das medidas de segurança pública, indicando que essa questão ocupa um status significativamente importante para os brasileiros naquele contexto pós-eleitoral, lembrando que o problema da violência e da segurança aparece como o segundo mais apontado pelo público. Os dados indicam que há uma forte associação entre as variáveis acerca da pena de morte e da prisão perpétua, que aparecem com altos coeficientes (.748 e .799 – prisão perpétua e pena de morte, respectivamente), mostrando que, para os indivíduos entrevistados, esta é uma dimensão inter-relacionada. Nesse mesmo fator aparecem outras duas variáveis sobre o tema do controle da ordem social, a partir das quais se apreendem opiniões conservadoras. Trata-se da questão da prisão para menores de idade e do uso do exército no combate à violência urbana. Embora apareçam com coeficientes mais baixos (.465 e .357 respectivamente), a presença dessas variáveis em um mesmo fator é um indicativo de como essas questões são associadas.

Os posicionamentos a favor da pena de morte, da prisão perpétua e as outras soluções para o problema da criminalidade que aparecem nesta dimensão como dados inter-relacionados reúnem alguns dos elementos do conservadorismo presentes na sociedade brasileira que não se restringem somente às posturas favoráveis ou não às medidas punitivas. De certo modo, essas posturas conservadoras acerca das medidas para o problema da criminalidade são carregadas de elementos que denunciam o preconceito e a discriminação racial nas relações

sociais e remetem à idéia dos lugares sociais. Os posicionamentos a favor da pena de morte e da prisão perpétua são carregados de significados, subjacentes a essas opiniões existe toda uma visão acerca do crime e dos grupos sociais nele envolvidos. A idéia do crime como uma decisão e escolha individual, é recorrente na discussão conservadora acerca das punições. “A crença sobre a responsabilidade pessoal fornece uma base para a visão sobre a moralidade e a efetividade da punição capital”, destacam Jacobs e Carmichael (2004). Na visão do conservador, o criminoso é um indivíduo livre que faz suas escolhas e, desse modo, deve ser responsável por seus atos. Nessa perspectiva<sup>32</sup>, a justiça consistiria em uma feira de negócios em que o ato do criminoso deve ser necessariamente equiparado por uma ação igualmente injuriosa por parte do Estado (JACOBS e CARMICHAEL, 2004). No Brasil, estudos têm mostrado como negros e afro-descendentes são vistos preferencialmente como suspeitos pela polícia brasileira (TELLES, 2003; SANTOS, 2005), como o estereótipo do criminoso foi construído sobre categorias sociais como a de pobre, negros, mestiços, nordestinos, etc. (CALDEIRA, 2001), e como o acesso à justiça se dá de modo desigual para negros e brancos (ADORNO, 1995).

#### *dimensão da hierarquia social*

Com enunciados que remetem às situações em que se explora junto aos entrevistados a idéia dos *lugares sociais* na sociedade, as

---

<sup>32</sup> Segundo Jacobs e Carmichael, embora os conservadores reconheçam que os efeitos da defesa de punições severas são limitados e não controlam a expansão do número de crimes violentos, apostam que a irreversibilidade da pena de morte poderá impedir que os criminosos mais depravados cometam mais crimes. Para os conservadores, algumas poucas execuções poderiam proteger muitas vítimas inocentes do crime brutal. JACOBS e CARMICHAEL, 2004, p. 252.

variáveis sobre hierarquia social aparecem em um mesma dimensão apresentando uma forte inter-relação. Com coeficientes relativamente altos, as questões sobre o *uso da piscina por parte dos empregados do edifício (.758)*, o *tratamento dado ao patrão (.634)* e o *uso do elevador social (.728)* destacam o peso da hierarquia social no convívio social nesse contexto, na medida em que aparecem no segundo fator.

Esse resultado expressa um dos aspectos do paradoxo da experiência democrática brasileira dos últimos anos, indica que o processo de democratização não avançou na dinâmica das relações sociais. Os posicionamentos hierárquicos verificados nessas questões que denunciam a desigualdade de tratamento nas relações sociais configuram barreiras ao desenvolvimento desse processo.

#### *dimensão do autoritarismo social – da desigualdade de tratamento*

No terceiro fator dessa análise fatorial aparecem, com coeficientes considerados significativos para a análise dessa pesquisa (atitude da mulher que sofre violência doméstica (.507); papel da mulher acerca do trabalho de cuidar dos filhos e da casa (.540) e preconceito e discriminação racial (.511)) questões que remetem ao fenômeno do autoritarismo social (DAGNINO, 1994), mais especificamente no que se refere à desigualdade de tratamento. As variáveis acerca do papel da mulher, embora remetam à condição da mulher em uma relação de âmbito privado fornece elementos para o entendimento das opiniões acerca do seu papel na sociedade brasileira. E muito embora nos últimos anos seja crescente o reconhecimento dos seus direitos no âmbito público, assim como ocorre com negros e afrodescendentes, ainda há muitas

situações em que se verificam discriminação e desigualdades de tratamento. Estudos têm mostrado como mulheres e negros são tratados de modo diferente no ambiente profissional com salários mais baixos do que de homens e brancos, desempenhando a mesma função (VENTURI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004; SANTOS, 2005). Como já foi mencionado, a análise fatorial apresenta uma hierarquia entre as variáveis envolvidas, destacando em ordem decrescente de importância, as variáveis de maior peso para os entrevistados. O fato dessas questões sobre as atitudes em relação ao papel da mulher e sobre o posicionamento frente a uma frase sobre discriminação racial aparecerem nessa terceira dimensão indica a associação entre essas questões e mostra que, de certo modo, esse aspecto do autoritarismo social, embora ainda tão presente no cotidiano da sociedade brasileira, não ocupa a centralidade dos posicionamentos conservadores.

#### *dimensão do preconceito e da discriminação racial*

As questões que aparecem nesse fator como variáveis inter-relacionadas dizem respeito ao fenômeno do preconceito e da discriminação racial na sociedade, as variáveis apresentam coeficientes .615 e .526. Dentre as variáveis que tratavam da questão da discriminação racial, essas duas apresentavam sentenças com conteúdo propositalmente preconceituoso, com o objetivo de captar atitudes de apoio, portanto, de discriminação ou opiniões contrárias, identificar posicionamentos perante frases que são parte da linguagem de uso corrente na sociedade. A questão da discriminação racial aparece no quarto fator indicando, portanto, que, comparativamente ao conjunto de

variáveis envolvidas na análise, não são as variáveis com mais força para explicar o fenômeno do conservadorismo. Merece destaque nesses resultados sobre a questão da discriminação que a variável cuja frase apresenta conteúdo menos preconceituoso aparece no fator anterior junto às questões sobre o papel da mulher e as variáveis que apresentavam um enunciado propositalmente preconceituoso apareceram em um mesmo fator como dados interrelacionados, mostrando que essas opiniões ainda persistem na sociedade brasileira.

#### *dimensão do conservadorismo sociocultural - valores morais e escolhas*

As variáveis sobre o aborto e sobre o homossexualismo aparecem inter-relacionadas com coeficientes considerados significativos para a análise (.663 aborto e .623 homossexualismo), indicando que as opiniões em relação ao aborto e a atitude a respeito de um programa de TV que defende o casamento entre pessoas do mesmo sexo, que remetem aos valores do conservadorismo, pertencem a um mesmo mapa de valores para os brasileiros entrevistados, correspondendo a uma dimensão desse fenômeno na sociedade brasileira. Esta foi designada aqui como dimensão do conservadorismo sociocultural. Vale lembrar que na perspectiva conservadora, a família e o conjunto de valores morais e tradicionais ligados a essa instituição são muito valorizados. E, de certo modo, o homossexualismo é visto como uma ameaça à estrutura familiar. A família é tomada como uma importante comunidade na manutenção necessária da ordem social (NISBET, 1987) e a sua proteção e a dos vínculos que proporciona são vistos como benéficos para a sociedade e defendidos vigorosamente pelos neoconservadores e pela Nova Direita

(GIDDENS, 1996).

### *dimensão da reforma agrária*

No último fator do quadro da fatorial aparece a variável sobre a reforma agrária com coeficiente .764. O enunciado questionava a respeito da opinião sobre a invasão de terras para pressionar o governo a fazer a reforma agrária, o que remete ao tema da propriedade privada. Esse é, sem dúvida, um aspecto do conservadorismo brasileiro. Os conflitos de terras sempre foram marcados pelas disputas políticas em que os posicionamentos contrários à reforma caracterizavam as opiniões dos setores conservadores da sociedade. No entanto, o aparecimento dessa variável no último fator pode ser sintomático da percepção dos entrevistados com relação à questão da reforma agrária. Essa, de certo modo, é percebida como meio de minimizar as desigualdades sociais, os posicionamentos da população se dividem com relação à sua implementação, como os dados mostraram.

De posse desses resultados que atestam a presença na sociedade brasileira de posicionamentos e opiniões com conteúdos marcadamente conservadores e apontam a existência de dimensões do conservadorismo, questiona-se se esses posicionamentos acerca de temas do cotidiano dos brasileiros teriam alguma influência sobre as opiniões e atitudes acerca das instituições políticas democráticas do Brasil dos últimos quase vinte e cinco anos. Estariam as opiniões sobre temas presentes no dia-a-dia associadas às atitudes relativas às instituições do mundo da

política? Com o objetivo de buscar respostas para essa relação entre o conjunto de valores e orientações dos brasileiros sobre questões socioculturais e sobre questões do mundo da política, foram selecionadas algumas variáveis políticas que dizem respeito, basicamente, à avaliação que os brasileiros fazem do regime político e das instituições políticas democráticas como as eleições, o voto e os partidos políticos.

#### **4. Apoio ao regime democrático e avaliação das instituições do “mundo da política” - os dados do ESEB**

As variáveis selecionadas e organizadas nessa categoria de análise dizem respeito às opiniões políticas dos brasileiros, isto é, ao posicionamento com relação ao regime democrático e à avaliação que fazem acerca das instituições políticas democráticas, como as eleições presidenciais, o voto e os partidos políticos.

Estudos com dados do final da década de oitenta e da década de noventa têm destacado uma tendência crescente da preferência por parte significativa da população brasileira pela democracia em detrimento de outros regimes. *“Um aspecto central da experiência brasileira de democratização dos anos oitenta e noventa é a adesão normativa dos públicos de massas à democracia”* (MOISÉS, 1995, p. 126). Essa tendência da aceitação da população brasileira da democracia como norma, como conjunto de regras e procedimentos se generalizou. Essa adesão ao regime por parte do público brasileiro estaria

mais associada com a dimensão procedimental da democracia, ou seja, aos aspectos relacionados aos procedimentos como as eleições e o direito de formar governos através deste meio. Para Moisés (1995), essa aceitação crescente do regime democrático pelo público de massas, também verificada entre as elites políticas (LAMOUNIER e SOUZA, 1991), significa que paralelamente às transformações democráticas da estrutura política ocorreram também mudanças substantivas na cultura política do público brasileiro.

Em relação ao regime democrático, os dados do ESEB 2002 destacam uma adesão significativa ao regime que fica evidente na opinião apontada por 76,5% dos entrevistados de que “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”; e também no apoio de 53,2% dos entrevistados que concordam muito e 27,1% que concordam um pouco com a idéia de que “a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.” Para 58,0% dos entrevistados, a melhor atuação para resolver os problemas do país consiste na participação da população nas decisões importantes do governo.

*Tabela 15*

*Opinião sobre a democracia I*

<b>A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) Sr(a) concorda ou discorda dessa afirmação?</b>	<b>%</b>
Discorda muito	5,2
Discorda um pouco	7,3
Nem concorda nem discorda	1,9
Concorda um pouco	27,1
Concorda muito	53,2
Não sabe o que é democracia	5,3
Total	100

*Tabela 16*

*Opinião sobre a democracia II*

<b>Na sua opinião...</b>	<b>%</b>
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo OU	76,5
Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia	20,8
Tanto faz / nenhuma das duas é melhor	2,7
Total	100

*Tabela 17*

*Opinião sobre a melhor atuação para resolver os problemas do Brasil*

<b>Para resolver os problemas do Brasil, é melhor...</b>	<b>%</b>
A atuação de um líder que coloque as coisas no lugar OU	42,0
A participação da população nas decisões importantes do governo?	58,0
Total	100

Instituições como eleições, voto e partidos políticos são centrais em uma democracia, muito embora a existência tão somente dessas instituições não garanta a efetividade de um regime democrático, como a experiência brasileira do governo militar autoritário 1964-1985 mostrou. É a continuidade no tempo de um processo de escolha de governos e projetos políticos através de eleições livres, com voto direto, organizada por partidos políticos, que configura uma democracia. Como bem destacou KINZO (2004) é a existência contínua de uma situação democrática que vai dar esse caráter a um regime.

O período pós-85 foi marcado pela ocorrência de eleições livres e diretas, em que um contingente cada vez maior de eleitores participaram votando<sup>33</sup>. Se, por um lado, as desigualdades sociais e econômicas não permitem falar em cidadania plena, considerando que as condições de acesso à participação são profundamente marcadas pela exclusão social, não se pode negar, por outro, a mobilização significativa que as eleições presidenciais provocaram na sociedade brasileira nesse período. A participação da população nessas eleições, medidas pelas taxas de comparecimento, de certo modo, atestam a adesão da população aos valores do regime democrático (MOISÉS, 1990).

Em um sistema político representativo, como o brasileiro, as eleições têm o papel de possibilitar não somente a alternância de maiorias no poder, mas de permitir que dois importantes aspectos de um governo representativo se desenvolva: a representatividade dos diferentes

---

<sup>33</sup> Com a universalização do direito ao voto em 1985, com a inclusão desse direito também aos analfabetos e, um pouco mais tarde, com a ampliação desse direito com a Constituição de 1988, através da redução da idade mínima para votar para 16 anos, o eleitorado brasileiro passou de 15,5 milhões em 1960, para 94,7 milhões em 1994 e para 115,5 milhões em 2002. De modo que, o eleitorado que em 1960 era formado por 43,0% da população adulta, saltou para 94,0% em 2002. Conforme Kinzo, 2004.

interesses presentes na sociedade, através do Poder Legislativo; e a responsividade, característica de um governo que responde às demandas de seu público e que é capaz de prestar contas junto a ele com competência e eficiência (SARTORI, 1987; KINZO, 2004). A participação eleitoral, nesse sentido, pode ser valorizada tendo em vista suas duas dimensões: a objetiva, que diz respeito aos resultados obtidos através da função de selecionar governos e a subjetiva, que está relacionada, nas palavras de Moisés (1990), “ao modo como os eleitores se sentem em relação à continuidade dessa participação e qual a sua atitude quanto aos outros objetos da política” (MOISÉS, 1990, p.157).

É essa segunda dimensão que mais interessa aqui, conhecer os valores e as atitudes que acompanharam a participação política nas eleições presidenciais de 2002. Uma das variáveis selecionadas nesse bloco sobre as percepções acerca das instituições políticas democráticas questiona justamente a opinião do público brasileiro acerca das eleições presidenciais.

*Tabela 18*

*Opinião sobre as eleições presidenciais*

<b>Na sua opinião as eleições presidenciais...</b>	<b>%</b>
Não ajudam a melhorar a vida da população	14,2
Ajudam um pouco a melhorar a vida da população	45,6
Ajudam muito a melhorar a vida da população	40,1
Total	100

Com relação à ocorrência das eleições presidenciais, a partir dos dados do ESEB, é possível afirmar que uma parcela significativa do público brasileiro avalia positivamente. Embora o número de entrevistados

que acredita que as eleições presidenciais *ajudam muito a melhorar a vida das pessoas* (40,1%) seja inferior ao daqueles que afirmam que as *eleições presidenciais ajudam um pouco a melhorar a vida das pessoas* (45,6%), não se pode dizer que a opinião seja negativa. Comparativamente, um número bem menor de entrevistados (14,2%) acredita que as eleições presidenciais *não ajudam a melhorar a vida das pessoas*. Esses resultados também podem ser interpretados como indicativos da importância do voto para a população.

Votar diz respeito a uma participação com significado, que pode estar associado à capacidade de influenciar junto à formação de governos como também à ação como meio de pressionar em direção a mudanças sociais e políticas (MOISÉS, 1990). Essa tendência de votar e utilizar o voto como meio de manifestar seu protesto com o desempenho do governo ficou conhecida como *tendência plebiscitária* e marcou as eleições ocorridas na metade final da década de setenta durante o regime militar autoritário (LAMOUNIER, 1975). Essa tendência também foi observada em momentos em que a população queria manifestar desacordo ou satisfação com o desempenho governamental, em especial no que diz respeito à capacidade do governo de solucionar problemas econômicos. Designada como *voto de protesto* na década de setenta, essa tendência plebiscitária se repetiu nas eleições de 89 (MOISÉS, 1990) e pode-se dizer também que esteve presente no *voto econômico* das eleições de 94 com o Plano Real (MENEGUELLO, 1996).

Como bem destacou Balbachevsky, o voto pode ser compreendido, sobretudo, como uma ação social, na medida em que os elementos subjetivos que estão por trás da escolha do eleitor podem variar

mas dentro de um padrão definido; e, para compreendê-lo, deve-se ter em mente três estratégias possíveis. A decisão do eleitor pode expressar uma identidade com o candidato ou com as forças políticas do seu entorno, como o partido político; pode ter levado em consideração o potencial de oposição do candidato e também a possibilidade que apresenta no que diz respeito à capacidade de realização dos objetivos que o próprio eleitor almeja (BALBACHEVSKY, 2004).

Tendo em vista esses elementos presentes no voto e considerando os vários significados que reúne no contexto brasileiro em que outras dimensões da cidadania se encontram bloqueadas pelas desigualdades que também caracterizam o convívio social, interessa aos propósitos da análise conhecer a opinião dos brasileiros entrevistados acerca da influência do voto sobre os acontecimentos no país.

*Tabela 19*  
*Opinião sobre a influência do voto no que acontece no Brasil*

<b>Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) sr(a). desse uma nota de 1 a 5. O 5 significa que o nosso voto influencia muito, e 1 significa que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. O que o sr(a). acha?</b>	<b>%</b>
1. O voto não influencia nada	9,3
2.	3,1
3.	8,7
4.	13,6
5. O voto influencia muito	65,3
Total	100

O que os dados do ESEB mostram sobre a questão da influência do voto é que uma parcela significativa da população não tem dúvidas da importância do voto e da sua influência no que ocorre no país. Em uma escala de importância que variava da nota 1, “o voto não

influencia nada" a nota 5, "o voto influencia muito", 65,3% dos entrevistados se posicionaram no extremo com a maior nota, indicando que acreditam na influência significativa do voto nos acontecimentos do seu dia-a-dia. Comparativamente, 9,3% apontaram a nota 1 oposta, indicando sua opinião de que "o voto não influencia nada" e, somente 3,1% indicaram a posição 2, mais próxima da opinião de que "o voto não influencia" o que ocorre no país; enquanto que 13,6% indicaram a nota 4, mais próxima à opinião de que "o voto influencia muito".

Um outro dado que traz elementos indicativos de uma valorização do direito ao voto e do reconhecimento da sua importância em um contexto democrático por parte dos entrevistados diz respeito aos resultados acerca da questão sobre o voto obrigatório. Mesmo levando em consideração que se trata de uma pergunta que coloca uma situação hipotética aos entrevistados, e, portanto tem implicações, considerando que o voto no Brasil é compulsório e que, portanto, a opção por não votar implica descumprimento de lei, é interessante destacar a atitude positiva de parcela significativa dos brasileiros em relação ao voto. Questionados sobre se votariam caso o voto deixasse de ser obrigatório, 52,4% dos entrevistados afirmam que votariam. Essa disposição em votar, participar do processo de escolha política que tem por fim definir os rumos da vida política, marca uma tendência que vem sendo apresentada em pesquisas realizadas anteriormente na década de noventa (MOISÉS, 1990). Esse pode ser um dado positivo para a democracia tendo em vista que o ato de votar pode proporcionar atitudes e habilidades, podendo desencadear um efeito educativo. A intenção de votar possibilita uma situação de exposição à informação política que pode ter efeitos positivos para a qualidade da democracia. Estudos indicam que a participação em

alguma atividade proporciona habilidades cívicas e senso de engajamento que pode levar à participação em outras atividades (ELKINS, 2000, p. 129).

Assim, ainda que se trate de uma situação hipotética, considerando que a retirada da obrigatoriedade do voto não está sendo discutida no Brasil, esses resultados não podem ser ignorados seja porque indicam uma disposição em participar das decisões, seja pelos efeitos educativos da prática do voto. Como bem destacou Elkins,

“fazer votar pode bem significar, com efeito, encorajar indivíduos marginalizados a propor idéias, definir políticos responsivos, e buscar fazer a diferença na forma como o governo funciona. Em uma sociedade como a brasileira, onde existem níveis extraordinariamente altos de desigualdade e onde a transição para a democracia não está completada, tal catalisador é altamente desejável.” (ELKINS, 2000, p. 130).

**Tabela 20**

*Atitude em relação ao voto obrigatório*

<b>O sr(a). votaria se o voto não fosse obrigatório?</b>	<b>%</b>
Sim	52,4
Não	45,5
Talvez/depende	2,1
Total	100

Em relação aos partidos políticos é importante destacar que sua atuação pode se dar tanto na arena decisória, constituindo governos, transformando demandas em políticas públicas, como também pode se dar na arena eleitoral, organizando o processo eleitoral, como canais de expressão e representação de interesses, propondo representar grupos sociais junto aos poderes executivo e legislativo.

É o papel dos partidos políticos na arena eleitoral que interessa à análise aqui desenvolvida tendo em vista que é nessa arena que se dá a relação dos partidos com o eleitorado, ou seja, seus vínculos com o público. O partido enquanto organizador do processo eleitoral, enquanto instituição que faz a intermediação das relações entre estado e sociedade. O partido é entendido aqui como instituição que reúne valores, organização com a qual o público pode compartilhar posicionamentos e atitudes políticas determinadas. Como uma organização que se reúne em torno de uma visão de mundo comum.

Em um regime democrático, o partido político desempenha a função de estruturar e facilitar a escolha eleitoral e, para tanto, como instrumento orientador de decisões junto ao eleitorado, é necessário que tenha visibilidade frente ao público e uma participação contínua em eleições, tornando possível a construção e manutenção de lealdades partidárias. Assim, no plano teórico, o partido político seria a entidade que poderia oferecer aos eleitores opções políticas diferenciadas, de modo que o eleitor pudesse construir sua identidade e criar lealdades. Para Lawson (2000), a sobrevivência dos partidos políticos está relacionada, justamente, à manutenção do vínculo com o eleitor. O partido é a instituição que sobrevive desempenhando essa tarefa de criar e manter vínculos com os eleitores. Enquanto muito dos movimentos sociais têm seus temas absorvidos por instituições ou políticas públicas e desaparecem do cenário enquanto instituição de vínculo, o partido é a instituição que pode oferecer esse vínculo democrático entre cidadãos e instituição de representação.

Desde 1985, embora tenha havido uma intensa atividade partidária seja na composição de governos (MENEGUELLO, 1998) como na

disputa eleitoral, não tem se observado um crescente aumento do vínculo entre partidos políticos e eleitores. Como é sabido, o vínculo de identidade e lealdade entre instituição e eleitor é algo que se desenvolve com a visibilidade do partido na competição eleitoral, mas também algo que é construído, desenvolvido através do trabalho realizado pelas lideranças partidárias junto ao seu público.

O fato de as campanhas eleitorais se voltarem muito mais à figura do candidato do que ao partido ao qual este está filiado é um outro fator que contribui para a fraqueza do vínculo partido-eleitor. Muitos eleitores não se lembram em que partido votaram nas eleições passadas. Essa dificuldade de se manterem os laços partidários com o eleitorado é alimentada de certa forma pela fragmentação do sistema partidário. A fragmentação partidária verificada nesses anos com a mudança de membros dos partidos depois de cada pleito ou no meio do mandato adquirido é também um outro elemento que contribui para a dificuldade que o eleitor tem de fixar a imagem do candidato ao seu partido político. As alianças eleitorais e os governos de coalizão provocam uma falta de nitidez partidária e torna difícil distinguir lideranças e propostas e estabelecer lealdades.

Dentre as várias agremiações partidárias que se formaram e atuam no cenário eleitoral brasileiro desde 1985, somente o PT se destaca pelo desenvolvimento de vínculos eleitor-partido com a manutenção de uma significativa identificação partidária, elemento que se deve ao seu caráter organizacional interno. A taxa de preferência de todos os partidos, com exceção do PT<sup>34</sup>, decresceu desde 1985. Os partidos brasileiros, de

---

<sup>34</sup> Mesmo com as denúncias de corrupção amplamente divulgadas pela mídia em 2005, a preferência pelos Partido dos Trabalhadores não foi significativamente abalada. Segundo Samuels (2008), o sentimento

modo geral, não têm criado estratégias para se diferenciar dos demais partidos perante o público. No entanto, não há um sentimento de rejeição política partidária, a pequena taxa de partidarismo pode antes ser atribuída à baixa capacidade cognitiva do eleitorado associada à disputa política-eleitoral, à dificuldade de se acompanhar tantas mudanças e reunir um volume suficiente de informações acerca do funcionamento da disputa eleitoral. Dados de estudo realizado nos últimos anos indicam que a percepção dos cidadãos sobre os partidos não é negativa. Os partidos políticos são considerados necessários para o funcionamento da democracia, por 57% dos entrevistados; e 67% são favoráveis a um sistema partidário com pelo menos dois partidos (KINZO, 2005).

De certo modo, pode-se dizer que os dados do ESEB sobre os partidos políticos embora não apresentem uma tendência majoritariamente de apoio a essa instituição, também não configuram uma avaliação que possa ser classificada como negativa. Mais da metade do número de entrevistados (54,4%) concorda que 'os partidos prestam um grande serviço ao país', na medida em que 'as discussões entre eles tornam os problemas mais claros à população'. Esse dado indica um posicionamento favorável aos partidos políticos, embora 45,4% tenha apontado a outra alternativa apresentada ('as discussões entre os partidos causam mais danos do que benefícios').

A outra variável sobre partidos políticos, aplicada no questionário do ESEB, não traz um posicionamento tão claramente favorável à instituição: "os partidos só servem para dividir as pessoas". Embora, a maioria dos entrevistados concorde com a afirmação de que

---

com relação à corrupção não se configura como elemento determinante do petismo.

“os partidos só servem para dividir as pessoas”, quase 40,0% discordam da sentença, o que não pode ser interpretado como uma avaliação negativa sobre os partidos políticos. Esses dados podem ser interpretados como expressão da situação da instituição representativa nesse contexto, em que a população reconhece a importância do papel dos partidos no regime, mas carece do estabelecimento de vínculos democráticos mais sólidos com eles.

**Tabela 21**  
*Opinião sobre os partidos I*

<b>Na sua opinião...</b>	<b>%</b>
As discussões entre os partidos causam mais dano do que benefício ao Brasil OU	45,6
As discussões entre os partidos tornam mais claro para o povo muitos problemas importantes, e por isso prestam um grande serviço ao país?	54,4
Total	100

**Tabela 22**  
*Opinião sobre os partidos políticos II*

<b>Algumas pessoas dizem que “os partidos só servem para dividir as pessoas”, o(a) Sr(a) concorda ou discorda? Muito ou pouco?</b>	<b>%</b>
Discorda muito	20,8
Discorda um pouco	18,9
Nem concorda nem discorda	2,6
Concorda um pouco	25,8
Concorda muito	31,9
Total	100

## **5. Conservadorismo nas questões do cotidiano e Democracia e instituições políticas como dimensões distintas**

Nesse período pós-1985, a regularidade com que vêm ocorrendo as eleições, o expressivo comparecimento às urnas, a escolha

dos representantes para executivo e legislativo a partir dos quadros apresentados pelos partidos políticos mostram práticas de acordo com a normalidade das regras democráticas. Não obstante esse cenário de estabilidade política e de funcionamento das regras democráticas, na dinâmica das relações sociais verifica-se a presença significativa de valores, opiniões e atitudes conservadoras no que diz respeito às questões socioculturais.

É precisamente desse aspecto do paradoxo da democracia brasileira que trata a análise aqui desenvolvida, que buscou a relação de associação entre os posicionamentos acerca de temas do cotidiano, que dizem respeito aos aspectos socioculturais, e as opiniões e atitudes sobre as instituições políticas democráticas. A hipótese era a de que posicionamentos conservadores observados acerca das questões socioculturais estariam associados às opiniões e atitudes não-democráticas no que diz respeito às instituições políticas.

#### *A construção do modelo de análise 2*

Com o objetivo de testar essa hipótese a partir dos dados do ESEB 2002, foi realizada uma análise fatorial. O modelo construído para essa análise reuniu um conjunto de variáveis que tratavam da avaliação do regime político e das instituições políticas democráticas e também de temas e assuntos do cotidiano do brasileiro, o mesmo conjunto de variáveis utilizados no modelo de análise 1 realizado anteriormente. A partir desse último conjunto de variáveis, cujas questões remetiam a aspectos socioculturais, como já mencionado, foi possível apreender opiniões, atitudes e posicionamentos próprios do conservadorismo. Nesse modelo

foram considerados posicionamentos **não-democráticos** as respostas que discordavam e discordavam muito da afirmação de que “*a democracia tem problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo*”; que apontaram a alternativa de que “*em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia*”; que indicaram a alternativa da “*atuação de um líder que coloque as coisas no lugar é melhor para resolver os problemas do Brasil*” em detrimento da opinião de que a participação da população seria preferível. Foram considerados também posicionamentos **não-democráticos** as opiniões de que o voto não influencia nada o que acontece no Brasil, a resposta de que não votaria se o voto deixasse de ser obrigatório, e que as eleições presidenciais não ajudam a melhorar a vida das pessoas, bem como as opiniões que concordaram e concordaram muito com a frase: ‘os partidos políticos só servem para dividir as pessoas’ ; e com a sentença: ‘as discussões entre os partidos políticos causam mais dano do que benefícios ao Brasil’. Em relação às variáveis sobre os temas socioculturais a partir dos quais se apreenderam posicionamentos conservadores, foram consideradas conservadoras as mesmas respostas incluídas no modelo de análise anterior.

Assim, foram tomadas como **respostas conservadoras**, as posturas favoráveis aos papéis tradicionais da mulher na sociedade, que tomam o cuidado dos filhos e o trabalho da casa como atividades exclusivamente femininas; os posicionamentos contrários à legalização do aborto e ao homossexualismo; as respostas a favor da manutenção da hierarquia social, ou seja, a favor da existência do elevador de serviço, da manutenção de um determinado tratamento dispensado ao patrão por parte dos empregados e da preservação dos *lugares sociais* como a não

utilização da piscina do edifício por parte dos empregados; as opiniões discriminatórias que indicaram preconceito racial também foram tomadas como posturas conservadoras; bem como as opiniões contrárias à reforma agrária e as opiniões favoráveis à pena de morte, à prisão perpétua, ao uso do exército no combate à violência urbana e à prisão aos menores de idade, conforme foi justificado no modelo de análise 1, elaborado anteriormente.

O quadro com fatores que resulta dessa análise fatorial, cujo modelo elaborado apresenta 48,0% da variância explicada, apresenta a melhor associação possível entre as variáveis presentes em cada fator. Os resultados dessa análise, que envolveu o conjunto de variáveis sobre questões socioculturais e políticas, apontou a existência de oito dimensões em que as questões do mundo da política aparecem em dimensões separadas das questões socioculturais. Ou seja, embora refute a hipótese originalmente formulada de que os posicionamentos conservadores acerca de questões socioculturais estariam associados a posturas anti-democráticas a respeito das instituições do mundo da política, a exemplo do que se observou junto ao público conservador da capital paulista em que as opiniões conservadoras acerca de assuntos do cotidiano se refletiam nas opiniões políticas, o dado importante a ser destacado dá algumas pistas a respeito da visão do brasileiro sobre o mundo da política.

Uma leitura que se pode fazer desses resultados é a de que ***para os brasileiros, a dimensão sociocultural, que diz respeito às questões presentes no seu dia-a-dia, é uma dimensão distinta da dimensão política, da avaliação do regime político e de suas instituições políticas democráticas.***

## Quadro da análise fatorial 2\*\*

### *Democracia e Dimensões do Mundo da Política e do Conservadorismo na Sociedade Brasileira*

Rotated Component Matrix

	<b>DIMENSÕES</b>							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Opinião sobre: “a <b>democracia</b> tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”	,667							
Opinião sobre a <b>democracia</b>	-,611*							
Opinião sobre as <b>eleições</b> presidenciais	,638							
Votaria caso o <b>voto</b> não fosse obrigatório	,494							
Opinião sobre a influência do <b>voto</b> no que acontece no Brasil	,493							
Opinião sobre a <b>melhor atuação</b> para resolver os problemas do Brasil								
Opinião sobre: prisão perpétua		,758						
Opinião sobre: pena de morte		,779						
Opinião sobre: prisão para menores de idade		,472						
Opinião sobre: uso do exército no combate à violência nas ruas das grandes cidades								
Atitude que um empregado deveria ter se o patrão diz que ele pode tomar banho na piscina do edifício				,750				
Atitude que um empregado deveria ter se o patrão lhe diz que pode ser tratado de você				,638				
Atitude que os empregados de um prédio deveriam ter se os moradores dizem que eles podem usar o elevador social				-,718				
Opinião sobre: “se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem”				,650				
Opinião sobre: “as únicas coisas que os negros sabem fazer melhor é música e esportes”				,597				
Opinião sobre: “toda raça tem gente boa e gente ruim, independente da cor da pele”							-,710	
Opinião sobre: “os <b>partidos</b> só servem para dividir as pessoas”						-,690		
Opinião sobre as discussões entre os <b>partidos</b> políticos						,646		
Opinião sobre o trabalho de cuidar da casa e dos filhos							,451	
Atitude que uma mulher agredida fisicamente pelo marido deveria tomar							,466	
Opinião sobre invasão de terras pressionar o governo								,702
Opinião sobre reforma agrária:								-,618
Opinião sobre proibição de um programa de tv que defende o casamento entre homossexuais								,458
Opinião sobre o aborto								,639

\* sinal negativo proveniente de codificações diferentes das variáveis.

\*\* Nesta análise consideramos como associações significativas entre as variáveis somente aquelas com coeficientes maiores que .5 (p>.5).

Total variance explained

**Dimensões**

	Total	% of variance	Cumulative %
1	1,862	7,759	7,759
2	1,622	6,759	14,518
3	1,583	6,597	21,115
4	1,478	6,158	27,272
5	1,344	5,602	32,874
6	1,291	5,381	38,255
7	1,217	5,070	43,326
8	1,183	4,929	48,255

Extraction method: Principal component analysis.

*dimensão do mundo da política – democracia, eleições e voto*

A primeira dimensão pode ser apontada como uma *dimensão do mundo da política*, levando em consideração que nesse fator somente aparecem com coeficientes significativos para a análise variáveis sobre as questões de avaliação do regime político e das instituições políticas democráticas. Nessa, as variáveis sobre democracia e sobre eleições presidenciais aparecem associadas da melhor forma possível entre elas. Ou seja, existe uma associação entre o apoio à democracia, caracterizado por duas variáveis: acerca da *preferência* entre este e outros regimes (-.611), através daquela que apontava a *melhor forma de governo* (.667), e a crença de que *as eleições presidenciais mudam a vida das pessoas* (.639). Essa dimensão indica que para os brasileiros a avaliação do regime político e das eleições presidenciais são temas correlatos. A idéia de um regime democrático é muito associada para os brasileiros com o direito de eleger o presidente do país. Essa associação entre democracia e eleição direta para presidente, que foi tão valorizada pelos movimentos sociais populares, como o movimento *Diretas Já!* no

período de abertura do regime autoritário, há 25 anos, ainda é algo bastante presente na visão política dos brasileiros. Entre as variáveis políticas selecionadas são essas que apresentam a melhor associação. Nessa mesma dimensão, com coeficientes não tão altos, mas suficientes para serem destacados estão as variáveis sobre o voto, sobre *sua influência na vida das pessoas* e sobre sua obrigatoriedade. Assim como a eleição direta para presidente, o direito ao voto, que também foi uma das bandeiras defendidas pelos movimentos políticos pró-abertura, é associado ao regime democrático.

*dimensão do conservadorismo sociocultural – controle da ordem social*

Novamente as variáveis sobre a questão da segurança pública aparecem reunidas em uma mesma dimensão, apresentando significativa associação com coeficientes altos: prisão perpétua (.758) e pena de morte (.779). A variável sobre prisão para menores também aparece nessa mesma dimensão, embora com um coeficiente não tão alto (.472), sua presença não pode ser minimizada pois indica sua associação com as outras variáveis sobre medidas de *controle da ordem social*. De modo que essa pode ser designada como dimensão do *conservadorismo sociocultural – controle da ordem social*.

Comparativamente ao quadro da análise fatorial sobre as dimensões do conservadorismo, essa dimensão aparece no segundo fator, mas indica que é uma dimensão distinta da dimensão propriamente política e ocupa uma posição de significativa importância entre as questões abordadas com o público brasileiro, lembrando que a análise fatorial organiza as variáveis hierarquicamente em fatores.

### *dimensão da hierarquia social*

Na terceira dimensão são as variáveis sobre atitudes e posicionamentos hierárquicos que se destacam devido à significativa associação entre elas. Designada como *dimensão da hierarquia social*, essas variáveis apresentavam três situações em que os entrevistados deveriam se posicionar. Essas situações remetem às relações sociais desiguais e aos *lugares sociais* estabelecidos pela hierarquia social como a existência do *elevador de serviço* e do *elevador social*, o *tratamento adequado que um empregado deveria dar ao patrão* e a *atitude que um empregado deveria adotar com relação ao uso da piscina do edifício onde trabalha*. A variável que diz respeito a essa última situação mencionada aparece nesta dimensão com coeficiente (.752); a variável sobre o tratamento dado ao patrão aparece com coeficiente (.638) e a situação do elevador social aparece associada a essas duas com coeficiente (-.699). A presença dessas três variáveis associadas em uma mesma dimensão, em uma análise que considerou outro conjunto de variáveis, reforça a idéia de que a hierarquia social se apresenta como uma das dimensões do conservadorismo na sociedade. E também revela como essa questão da hierarquia é relativamente independente da questão do mundo da política.

### *dimensão da discriminação e do preconceito racial*

Assim como na análise fatorial realizada anteriormente, somente com as variáveis de temas socioculturais, as variáveis sobre discriminação

racial que apresentam enunciados com conteúdo propositalmente preconceituoso aparecem em uma mesma dimensão com coeficientes .650 e .597 indicando que se trata da dimensão da discriminação e do preconceito racial. Também como no modelo de análise anterior, essas variáveis não aparecem como as mais fortes na explicação do modelo que buscou a associação entre as opiniões políticas e as atitudes em relação a questões socioculturais. Não obstante, nessa análise, comparativamente, o tema do preconceito e da discriminação racial ocupa uma posição de mais destaque, considerando que a análise fatorial organiza as variáveis hierarquicamente segundo sua importância.

#### *dimensão do mundo da política – partidos políticos*

Esta pode ser caracterizada como *dimensão dos partidos políticos*, na medida em que as duas variáveis que aparecem associadas tratam da opinião dos brasileiros acerca dessas instituições políticas. Uma das variáveis questionava sobre a atitude em relação à idéia de que “as discussões entre os partidos políticos tornam mais claros os problemas para a sociedade” e apresentou coeficiente (.646) e a outra indagava sobre a concordância ou discordância em relação à idéia de que “os partidos políticos só servem para dividir as pessoas”, coeficiente (-.690). Um dado importante a ser observado nessa análise é que as questões sobre os partidos políticos aparecem em uma dimensão distinta das outras questões políticas abordadas. Na avaliação positiva que os brasileiros fazem das instituições do mundo da política, como o apoio e a preferência ao regime democrático, os partidos políticos não são incluídos ou tomados como parte. As opiniões e atitudes dos brasileiros com relação aos partidos

políticos configuram-se como uma dimensão distinta do mundo da política. Uma tendência que também foi observada em outros estudos (MENEGUELLO, 2007). Esse dado pode ser sintomático da distância entre os brasileiros e as instituições de representação política.

Um outro elemento sobre a relação dos brasileiros com o mundo da política que se pode apreender desses resultados tem a ver com o não aparecimento da variável sobre *a melhor atuação para resolver os problemas do país* em nenhum dos dois fatores em que se concentram as variáveis políticas, a (primeiro fator) dimensão da democracia, das eleições e do voto e essa dimensão dos partidos políticos. Embora os entrevistados, em sua maioria, tenham apontado a alternativa de que a melhor atuação para resolver os problemas é *a da participação da população* ao invés da *ação de um líder*, a não-associação com as outras variáveis políticas pode ser interpretada como sintomática do modo como os brasileiros vêem o mundo da política, como algo distante do seu cotidiano.

#### *dimensão do autoritarismo social – desigualdade de tratamento*

Na sexta dimensão aparecem associadas as variáveis sobre o papel da mulher e uma variável sobre discriminação e preconceito racial. Esta pode ser identificada como a *dimensão do autoritarismo social – desigualdade de tratamento*, tendo em vista que nela aparecem as duas questões sobre o papel da mulher, que questiona a opinião sobre se o trabalho de cuidar da casa e dos filhos é algo que deva ser reservado somente às mulheres e outra que apresenta uma situação de violência doméstica e questiona qual a atitude que a mulher deveria ter. Como já

foi enfatizado anteriormente essas questões remetem a um dos aspectos do conservadorismo à medida que as soluções apontadas pelos entrevistados estão permeadas pelos valores tradicionais de preservação e respeito à estrutura familiar. Novamente, a variável sobre preconceito e discriminação racial aparece associada às questões do papel da mulher em uma mesma dimensão. Das variáveis sobre preconceito racial envolvidas na análise, somente esta que apresenta um enunciado de conteúdo menos preconceituoso "*Toda raça tem gente boa e gente ruim, independentemente da cor da pele*", aparece com coeficiente significativo (-.544).

A questão do preconceito e da discriminação racial é também tomada neste trabalho como uma dimensão do conservadorismo na sociedade brasileira, à medida em que remete ao passado colonial escravista e à organização social herdada em que aos negros e mestiços, assim como para as mulheres, era reservada uma posição subalterna. O aparecimento, em uma mesma dimensão, dessas variáveis sobre o papel da mulher na sociedade e sobre o preconceito e discriminação racial remete, neste sentido, aos elementos conservadores da estrutura hierárquica da organização social brasileira.

#### *dimensão do conservadorismo social âmbito público - reforma agrária*

Apresentando coeficientes .702 e -.618, as variáveis sobre a questão da reforma agrária aparecem como dados inter-relacionados no mesmo fator indicando uma dimensão do conservadorismo social. Assim como no modelo de análise anterior sobre as dimensões do conservadorismo na sociedade brasileira, as questões sobre a reforma

agrária nesse modelo de análise, que inclui variáveis políticas, também não apresentam posição de destaque, indicando se tratar de uma dimensão do conservadorismo relativamente independente das opiniões políticas aqui tratadas. Esses resultados reforçam a idéia de que se trata de uma questão que deixou de fazer parte das preocupações sociais centrais na sociedade brasileira nesse contexto recente.

#### *dimensão conservadorismo sociocultural – valores morais*

No último fator desse modelo de análise aparecem as variáveis a respeito das opiniões sobre o aborto (.639) e sobre o homossexualismo (.458), questões que remetem aos valores morais e que, no modelo de análise anterior, configuraram uma dimensão do conservadorismo sociocultural. A posição que essas variáveis socioculturais ocupam em um modelo de análise que buscava a possível associação das variáveis de opiniões políticas com as de conteúdo sociocultural reforça a idéia de que os posicionamentos conservadores constituem dimensões distintas das dimensões referentes às atitudes políticas. Com um coeficiente não muito significativo (-.517), aparece também uma variável que, no modelo de análise do conservadorismo, estava associada com outras questões de segurança pública, trata-se da variável acerca da opinião sobre o uso do exército no combate à violência urbana. Seu aparecimento nesse último fator indica, de certo modo, que não se trata de uma questão tão relevante quando se coloca em discussão a associação entre posicionamentos acerca de questões do mundo da política e questões socioculturais. Tendo em vista que é uma variável que remete a um recurso de segurança pública comum ao regime autoritário,

uma leitura que se pode fazer desse resultado é a de que essa é uma questão distante, para os brasileiros, da dimensão da valorização do regime democrático.

### ***Algumas considerações sobre os resultados***

Em relação à hipótese sobre a presença do conservadorismo nas relações sociais como um conjunto estruturado de opiniões e posicionamentos, a análise dos dados do ESEB mostrou que as opiniões e posicionamentos conservadores não podem ser tomados como um único “bloco” estruturado de posicionamentos e atitudes, são antes elementos de um complexo fenômeno constituído por algumas dimensões.

O conservadorismo que foi observado entre os brasileiros quando se questionou suas opiniões e atitudes sobre determinados temas apresentou características que apontam para um quadro diferente daquele encontrado por Piercucci (1987, 1999) na década de oitenta em bairros da capital paulista, cujo público ficou conhecido por pautar a escolha política pelo mapa de valores do âmbito privado e que sustentavam opiniões conservadoras para um conjunto de questões como a pena de morte, o homossexualismo, o aborto, etc. (SADEK, 1989; PIERUCCI, 1987, 1999). As opiniões conservadoras dos brasileiros entrevistados no ESEB 2002 não se apresentaram em bloco, como um conjunto estruturado e coerente. Os dados destacaram a existência de um fenômeno que se apresentou na dinâmica social com várias dimensões e aspectos expressos não necessariamente de modo congruente.

Os brasileiros entrevistados sustentam opiniões e posicionamentos conservadores com relação a alguns temas, mas não o fazem de modo estruturado para o conjunto de questões abordado, como se poderia esperar a exemplo do que foi observado outrora entre o público da capital paulista.

O teste da hipótese sobre a associação entre os posicionamentos conservadores em relação às questões socioculturais e as atitudes políticas mostrou que, também diferentemente do cenário observado no reduto conservador da capital paulista na década de oitenta (PIERUCCI, 1987, 1999), em que atitudes conservadoras, referentes a questões de âmbito sociocultural, se refletiam em posicionamentos políticos conservadores, o desenvolvimento da análise dos dados apontou para um cenário em que as opiniões e atitudes conservadoras presentes no dia-a-dia dos brasileiros e as suas opiniões e atitudes em relação ao mundo da política pertencem a dimensões distintas. A dimensão que diz respeito à avaliação que os brasileiros fazem das instituições políticas, suas opiniões sobre elas, é relativamente independente da dimensão sociocultural, que se revelou conservadora.

Os elementos fornecidos pelos dados alimentam a hipótese de que para os brasileiros, o mundo da política, das instituições políticas democráticas, constitui algo distante do seu cotidiano. Embora as eleições e, portanto, o exercício do voto ocorra a cada dois anos, o universo das instituições políticas é tomado como algo distinto das questões cotidianas, como se as opiniões e posicionamentos sobre eles pertencessem a um outro sistema de crenças e valores.

De modo diverso daquele encontrado no reduto conservador

paulista, parece que os valores relativos à moralidade privada não implicam, necessariamente, posicionamentos não-democráticos sobre as instituições políticas.

A relativa independência entre as dimensões dos posicionamentos acerca de questões do cotidiano e a da avaliação das instituições políticas diz algo sobre a visão que os brasileiros têm sobre o mundo da política. Esses dados são reveladores de como os brasileiros tomam as questões do mundo da política (da política institucional) como algo que não faz parte do seu cotidiano, que não está presente no seu dia-a-dia, como algo distante da sua possibilidade de atuação.

## CAPÍTULO 4 – PERFIL SOCIAL DO CONSERVADORISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

### **1. Introdução**

Com o propósito de melhor conhecer a natureza do fenômeno do conservadorismo, que caracteriza um dos paradoxos da experiência democrática nesse período recente, buscou-se tratar das características socioeconômicas e demográficas que constituem o perfil social dos posicionamentos conservadores.

Considerando que o contexto pós-autoritário é marcado pelo impacto dos efeitos desiguais do processo de modernização e pela continuidade das desigualdades sociais e econômicas que permitem falar na existência de distintas subculturas políticas, a análise que se propõe neste capítulo se orientou pela hipótese de que os posicionamentos que constituem as dimensões do conservadorismo sociocultural presentes nas relações sociais poderiam ser observadas em vários grupos sociais, mas se destacariam entre o público menos favorecido socioeconomicamente, a exemplo do perfil social dos conservadores da direita eleitoral paulista, identificada por Pierucci (1999) em pesquisa conduzida em meados da década de oitenta.

Os resultados da análise dos dados do ESEB 2002 confirmaram a hipótese acima mencionada. Os dados mostraram que, embora as dimensões do conservadorismo sociocultural possam ser observadas em

diferentes grupos sociais, esses posicionamentos e opiniões são mais expressivos entre os segmentos da sociedade de menor renda e de pouca escolaridade.

## **2. A caracterização socioeconômica do conservadorismo sociocultural**

Levando em consideração os elementos encontrados no desenvolvimento da pesquisa que dizem respeito ao conservadorismo do âmbito sociocultural como um fenômeno multidimensional, procurou-se, neste capítulo, identificar as características socioeconômicas do público que sustenta esses posicionamentos, com o objetivo de melhor conhecer esse fenômeno que marca as relações sociais no contexto brasileiro recente.

A análise dos dados orientou-se pela hipótese de que, embora o conservadorismo pudesse ser verificado de modo difuso em diversos grupos sociais, através de diferentes faixas de renda e escolaridade, seria mais expressivo entre o público menos favorecido socioeconomicamente. Um dos fundamentos dessa hipótese está em trabalhos que identificaram nos segmentos de baixa renda e escolaridade a identificação com propostas de direita, como é o caso dos trabalhos de Pierucci (1987, 1999), Chaia (1991), Moisés (1990) e Sadek (1986) para fenômenos da política nacional e paulista em especial.

O modelo de análise

O modelo de análise de regressão logística binária<sup>35</sup> elaborado utilizou variáveis socioeconômicas e demográficas e as variáveis antes organizadas em categorias designadas como conservadorismo sociocultural - controle da "ordem social" (questões sobre segurança pública: pena de morte, prisão perpétua, prisão para menores, uso do exército no combate à violência urbana), hierarquia social (sobre o questionamento acerca dos lugares sociais), preconceito e discriminação racial (sobre o posicionamento frente a frases de conteúdo preconceituoso) e conservadorismo sociocultural âmbito privado (papel da mulher, sobre aborto e homossexualismo). Nesse modelo as variáveis organizadas sob essas categorias de análise, acima mencionadas, foram tomadas como variáveis dependentes e as variáveis socioeconômicas e demográficas como independentes.

Para realizar a análise, as variáveis utilizadas passaram por um

---

<sup>35</sup> A análise de regressão logística binária permitiu verificar o quanto a variação na variável explicativa, ou seja, nas variáveis sociodemográficas, afetaria a chance de o entrevistado apresentar posicionamentos considerados conservadores. Essa análise buscou avaliar o impacto de determinadas variáveis explicativas sobre uma variável resposta binária (tipo 0 ou 1, em que 0 é a referência e 1 é o efeito). O parâmetro de explicação utilizado é o  $Exp(B)$  - *razão de chance* que mede a chance (a mais ou a menos) de um indivíduo naquela variável explicativa responder à característica de interesse (efeito). Existem dois tipos de variáveis explicativas, as categóricas (exemplo: sexo, raça, etc.) e as numéricas (idade, renda, escolaridade em anos de estudo, etc.). Tomando a variável sexo como exemplo, sendo *homem* a referência, a razão de chances vai dizer se *mulher* tem mais ( $Exp(B) > 1$ ) ou menos ( $Exp(B) < 1$ ) chance de responder à característica de interesse. Tomando a idade como exemplo de variável numérica, a razão de chance vai dizer para cada ano a mais de idade a chance a mais ou a menos de responder à característica de interesse. O valor nulo da razão de chance indicado por  $Exp(B) = 1$  significa inexistência de associação; valores acima de 1 representam maior chance; valores abaixo de 1 representam menor chance. Tomando o posicionamento em relação ao homossexualismo como exemplo, em que o efeito é "ser a favor da proibição de um programa de TV que defende o casamento entre homossexuais" as mulheres apresentaram uma razão de chances ( $Exp(B)$ ) de .794, ou seja, mulheres têm 20,0% de chance **a menos** de ser conservadora em relação aos homens. No caso da idade,  $(1,242 - 1) = 0,242$  aproximadamente 24,2%) a cada ano de idade a mais, o indivíduo tem 24,2% **a mais** de chance de ser conservador. Nessa análise o  $R^2$  indica uma medida de explicação do modelo e varia entre 0 e 1, quanto maior esse valor, maior a explicação. O principal objetivo nos modelos de regressão logística é avaliar quais conjuntos de variáveis têm poder de explicação sobre a variável dependente.

processo de **recodificação**, no qual foram definidas as respostas consideradas **conservadoras**. Assim, na categoria designada como **conservadorismo sociocultural – âmbito privado** (valores, opiniões e atitudes que dizem respeito aos valores morais), foi definido como resposta **conservadora** na pergunta sobre aborto a alternativa **“O aborto deve ser proibido em qualquer situação”**. Na questão sobre o homossexualismo, a resposta considerada **conservadora** estava na atitude de **concordar e concordar muito com a proibição de um programa de TV que defendesse o casamento entre homossexuais**. Nas questões referentes ao papel da mulher, que perguntavam sobre a atitude que uma **mulher** deveria tomar no caso de ser agredida fisicamente pelo marido e sobre o posicionamento em relação à divisão do trabalho de cuidar da casa e dos filhos; as alternativas de resposta definidas como **conservadoras** foram as seguintes: **“o trabalho de cuidar da casa e dos filhos é uma responsabilidade da mulher”**, e **“uma mulher agredida pelo marido nada deve fazer sob pena de desmanchar a família”**. Nas questões organizadas sob a categoria do **conservadorismo sociocultural - controle da “ordem social”**, que tratava da segurança pública e perguntava a respeito dos posicionamentos em relação à **pena de morte**, à **prisão perpétua** e à **prisão para os menores infratores**, as respostas consideradas conservadoras foram aquelas **favoráveis a essas três medidas**. Na categoria conservadorismo – **hierarquia social** estão as variáveis que questionavam os posicionamentos dos entrevistados acerca de algumas atitudes que poderiam traduzir a hierarquização presente na forma como vêm o mundo e as relações sociais. Na variável que perguntava qual a atitude que um empregado deveria ter se fosse autorizado a usar a piscina do edifício onde trabalhava, a resposta definida como conservadora dizia que **“O empregado deveria agradecer e não deveria tomar banho na**

**piscina**". Foi definida como conservadora, na pergunta sobre o posicionamento do empregado que passa a ser autorizado a tratar o patrão informalmente por você ao invés de senhor, **a atitude do empregado que continua a chamar o patrão de senhor**. E na terceira variável dessa categoria foi considerada conservadora a resposta favorável **à existência do elevador social para moradores e do elevador de serviço para os empregados**. Nas questões da categoria conservadorismo – **discriminação e preconceito racial**, foram consideradas como respostas preconceituosas a alternativa **discorda muito e discorda pouco com a frase "Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor de pele"** e a alternativa **concorda muito e concorda pouco com a frase "Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem"**.

Para cada conjunto de questões, de cada categoria de análise, foram elaborados modelos de regressão logística binária, em que as variáveis socioeconômicas (renda e escolaridade) e demográficas (idade, sexo e cor) foram as variáveis explicativas.

### **Conservadorismo sociocultural - controle da "ordem social"**

O elemento que mais se destaca nesse modelo de análise com as variáveis dessa categoria que trata da questão das medidas punitivas de segurança pública diz respeito aos resultados que envolvem a característica demográfica *cor*. Nos modelos de análise a cor branca foi tomada como *referência*. Em relação à pena de morte, os entrevistados que se declararam de cor preta (*Exp (B) .589*) apresentaram 41,1% de chance a menos de ser favoráveis e os de cor parda (*Exp (B) .782*)

apresentaram 21,8% de chance a menos de ser favoráveis que os indivíduos de cor branca, por apresentarem razões de chance menor que um ( $Exp(B) > 1$ ). Com relação à prisão perpétua, apresentam a mesma tendência. Indivíduos que se declararam de cor preta ( $Exp(B) .679$ ) apresentaram 32,2% de chance a menos de ser favoráveis e os de cor parda ( $Exp(B) .786$ ) apresentaram 21,4% de chance a menos de ser favoráveis comparativamente aos indivíduos de cor branca. Em relação à prisão para menores de idade, são os indivíduos que se declararam de cor preta ( $Exp(B) .635$ ) que apresentaram 36,5% de chance a menos de ser favorável frente ao posicionamento dos entrevistados de cor branca.

Em uma sociedade em que a *aparência* tem peso significativo na dinâmica social, esses dados não podem ser tomados como mera informação (DAMASCENO, 2000; CALDEIRA, 1991). Uma leitura que se pode fazer a partir desses resultados remete à questão da discriminação e do preconceito racial. Como se sabe, os episódios de discriminação racial são corriqueiros na dinâmica da sociedade brasileira, e estudos têm mostrado que o preconceito racial tem sido observado em outras instâncias que ultrapassam as relações sociais e atingem também o âmbito institucional, designado pela bibliografia temática como racismo institucional (SANTOS, 2005).

Considerando os muitos episódios de perseguição policial em que negros são preferencialmente considerados “suspeitos”, devido a sua característica mais “visível”, cor<sup>36</sup>, e levando em conta os dados que

---

<sup>36</sup> Resultados de um estudo estatístico e criminológico sobre as vítimas de homicídios no Brasil revelaram a relação entre a vitimização e a cor da pele. Dentre outras características como sexo e idade, a cor da pele se destacou pelos resultados da sua relação com as altas taxas de vitimização que se repetiram desde 1996 (ano em que se passou a ser registrado a cor da pele nos registros de vítimas de homicídios organizados pelo Ministério da Saúde). “A taxa (por 100 mil habitantes) de mortalidade de negros por homicídios foi de 87,0% maior do que a de brancos em 2000, diferença semelhante a de 1999”. Para os pesquisadores, o

indicaram o acesso e o tratamento diferenciado que brancos e negros recebem da justiça (ADORNO, 1995, 1996), os resultados dessa análise que mostram que negros tendem a ser os mais contrários a essas medidas punitivas e de segurança pública não causam estranhamento.

Dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003 revelaram que, dos entrevistados que já foram abordados pela polícia (28,0%), somente 4,0% entre os brancos foram discriminados, enquanto entre pardos ou morenos 5,0%, e entre os entrevistados negros abordados esse número foi de 13,0%. Investigando a discriminação policial, fundamentada na discriminação racial ou étnica obtêm-se resultados ainda mais expressivos: 76,0% dos entrevistados não brancos afirmam ter sofrido discriminação por parte dos policiais (SOUZA, 2005).

Em relação às outras características sociodemográficas, pode-se destacar que a mulher tende a sustentar uma postura menos favorável ( $Exp(B) < 1$ ) às medidas de segurança pública<sup>37</sup>, como a pena de morte (34,4% a menos de chance de ser favorável), a prisão perpétua (21,9% a menos de chance de ser favorável) e a prisão para menores (34,3% a menos de chance de ser favorável), em relação ao homem (*referência*). Vale destacar também que quanto menor a idade, as chances de ser favorável à pena de morte são 10,3% menores, ou seja, conforme aumenta a idade dos entrevistados, há uma tendência em adotar posturas mais

---

preconceito policial é um dos elementos que explicam as diferenças nas taxas de vitimização por homicídios entre brancos e negros. “Os dados mostram que os mais perseguidos, no Brasil, são os negros, ou seja, os indivíduos de cor parda e preta.” SOARES e BORGES, 2004.

<sup>37</sup> Resultados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001 apresentam também esta tendência: 41,0% das mulheres entrevistadas discordam da implementação da Pena de Morte no país e afirmam que não se deve tentar convencer outras pessoas acerca dessa idéia. VENTURI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004.

favoráveis à pena de morte.

Um dado que merece destaque nessa análise que considerou as características socioeconômicas dos posicionamentos favoráveis às medidas punitivas, como a prisão perpétua e a prisão para menores infratores, diz respeito à escolaridade. A tendência apresentada pelos dados é a de que quanto mais anos de estudo tiver o entrevistado, há mais chance de ser favorável  $Exp(B) > 1$  à pena. No caso da prisão perpétua, a chance de ser favorável aumenta em 3,0% para cada ano de estudo e para a prisão para menores infratores, a chance de ser favorável aumenta em 7,0% para cada ano de estudo. Em relação à renda a tendência é oposta. Os dados mostraram que as chances de ser favorável à pena de morte e à prisão perpétua aumentam em 0,1% para cada valor de renda a menos do entrevistado, ou seja, conforme diminui a renda do entrevistado aumentam as chances de ser favorável ( $Exp(B) < 1$ ).

## Modelo 1

### Conservadorismo sociocultural - controle da ordem social

(Razões de chance (Exp (B)) de apresentarem posicionamentos considerados conservadores, ou seja, a favor da pena de morte; favorável à prisão para menores de idade e à prisão perpétua).

<b>Pena de morte</b>						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	(Exp (B))
Homem (ref.)						
Mulher	-,422	,090	22,118	1	,000	,656
Idade	-,109	,034	10,009	1	,002	,897
Renda	,000	,000	4,278	1	,039	,999
Escolaridade						
Branco (ref.)			18,454	4	,001	
Pardo	-,246	,099	6,135	1	,013	,782
Negro	-,529	,146	13,086	1	,000	,589
Amarelo	,370	,440	,705	1	,401	1,447
Índio	-,810	,458	3,122	1	,077	,445
Constant	,577	,141	16,778	1	,000	1,781
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,04
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						57,00%

<b>Prisão perpétua</b>						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	(Exp (B))
Homem (ref.)						
Mulher	-,247	,096	6,664	1	,010	,781
Idade						
Renda						
Escolaridade						
Branco (ref.)			10,373	4	,035	
Pardo	-,241	,106	5,170	1	,023	,786
Negro	-,387	,150	6,676	1	,010	,679
Amarelo	-,156	,473	,109	1	,741	,855
Índio	-,679	,419	2,623	1	,105	,507
Constant	,795	,133	35,889	1	,000	2,215
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,02
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						69,00%

<b>Prisão para menores de idade</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (ref.)						
Mulher	-,420	,115	13,217	1	,000	,657
Idade						
Renda	,000	,000	4,955	1	,026	,999
Escolaridade	,068	,012	33,426	1	,000	1,070
Branco (ref.)			8,821	4	,066	
Pardo	-,157	,128	1,519	1	,218	.854
Negro	-,454	,172	6,991	1	,008	.635
Amarelo	1,095	,921	1,412	1	,235	2.988
Índio	-,117	,507	,053	1	,818	.890
Constant	1,257	,155	65,863	1	,000	3,515
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,05
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						82,00%

### **Preconceito e Discriminação Racial**

Como já foi mencionado anteriormente, o tema do preconceito e da discriminação racial foi trazido pelo ESEB através da utilização de frases que faziam parte de um conjunto de sentenças já empregado em outros dois estudos<sup>38</sup> sobre o tema com resultados significativos. As duas frases utilizadas nessa análise apresentam enunciados com linguagem do cotidiano, com a finalidade de captar a existência do preconceito, que na maioria das vezes se apresenta de modo velado na sociedade brasileira. Uma bateria de frases, da qual essas faziam parte, foi apresentada aos entrevistados e foi ,então, pedido a eles que dissessem se concordavam muito, pouco ou se discordavam muito ou pouco do enunciado.

<sup>38</sup> Racismo Cordial, do Instituto Datafolha, 1995 e Racismo no Brasil, da Fundação Perseu Abramo, 2003.

As mulheres apresentam 28,3% de chance a menos de apoiar a frase (*Exp (B) .717*) “*Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem*” comparativamente aos homens. E, em relação à frase “*Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor da pele*”, são os indivíduos com menor idade que apresentam 29,1% de chance a menos de discordar da frase (*Exp (B) .709*), apresentando, portanto, uma postura preconceituosa.

Em relação às características socioeconômicas, são os entrevistados com menor renda e menor grau de escolaridade que se destacam por suas posturas de preconceito. São os indivíduos com menor renda (*Exp (B) .999*) e menor escolaridade (*Exp (B) .924*) que têm menos chance de concordar com a frase. As chances de discordar da frase “*Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor da pele*” aumentam em 0,1% para cada valor de renda a menos e aumentam em 8,0% para cada ano de escolaridade a menos do indivíduo. Sobre a frase “*Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem*” são os entrevistados com menor renda (*Exp (B) .999*) e menos anos de estudo (*Exp (B) .876*) que apresentam menos chance de discordar da frase, ou seja, apresentam posturas mais preconceituosas. Para cada valor de renda a mais, as chances de discordar diminuem em 0,1% e para cada ano de estudo a mais, as chances de discordar diminuem em 13,0%.

Os entrevistados que se declararam de cor parda apresentam posturas distintas com relação às duas frases do modelo. Em relação à frase “*Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor da pele*”, os entrevistados que se declararam de cor parda (*Exp (B) .463*)

apresentaram 54,0% de chance a menos de discordar da frase em relação aos entrevistados de cor branca. Sobre a sentença: “Se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem”, comparativamente aos entrevistados de cor branca (referência) os entrevistados de cor negra (Exp (B) 1.552) apresentam 55,2% de chance a mais de concordar com a frase.

## Modelo 2

### Preconceito e Discriminação Racial

(Razões de chance (Exp (B)) de discordar da sentença: “Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso independe da cor da pele” e de concordar com a frase “Se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem”).

<b>Preconceito e Discriminação Racial - “Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso independe da cor da pele”</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (referência)						
Mulher						
Idade	-,344	,107	10,263	1	,001	,709
Renda	,000	,000	4,350	1	,037	,999
Escolaridade	-,079	,031	6,394	1	,011	,924
Branco (referência)			8,703	4	,069	
Pardo	-,770	,291	7,017	1	,008	,463
Negro	,041	,318	,016	1	,899	1,041
Amarelo	-4,859	12,381	,154	1	,695	,008
Índio	-,681	1,176	,336	1	,562	,506
Constant	-1,023	,493	4,311	1	,038	,359
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,07
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						97,00%

Nível de significância de 5,0% (p<.05)

<b>Preconceito e Discriminação Racial - “Se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem”</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (referência)						
Mulher	-,332	,144	5,351	1	,021	,717
Idade						
Renda	,000	,000	8,487	1	,004	,999
Escolaridade	-,132	,017	59,309	1	,000	,876
Branco (referência)						
Pardo	-,007	,163	,002	1	,968	,993
Negro	,440	,200	4,822	1	,028	1,552
Amarelo	-,728	1,095	,441	1	,507	,483
Índio	1,091	,472	5,352	1	,021	2,978
Constant	-,546	,185	8,663	1	,003	,579
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,16
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						89,00%

Nível de significância de 5,0% (p<.05)

### **Hierarquia social**

A análise de regressão logística binária realizada com as variáveis organizadas sob a categoria da hierarquia social apontou resultados a partir dos quais se pode vislumbrar um determinado *perfil socioeconômico* caracterizando os indivíduos com posicionamentos hierárquicos. Nas três variáveis envolvidas na análise, **destacaram-se as posturas hierárquicas dos indivíduos com baixa renda e escolaridade.**

No modelo de análise acerca da atitude que o empregado de um prédio deveria ter sobre o uso, autorizado pelos seus patrões, da piscina do edifício onde trabalha, vale destacar que a mulher tem mais chance de assumir uma postura menos hierárquica (*Exp (B)* .846) que o

homem relativamente a essa situação. Apresentam 15,4% de chance a menos de adotar uma postura hierárquica. No que diz respeito à escolaridade, os dados destacam a tendência dos indivíduos com menos anos de estudo (*Exp (B) .926*) de apresentarem uma postura mais favorável à atitude do empregado de não tomar banho na piscina do prédio em que trabalha, preservando, assim, a idéia dos lugares sociais ocupados por patrões e empregados. Para cada ano de escolaridade a mais, diminui em 7,0% as chances de adotar uma postura hierárquica. Em relação à renda, a tendência se repete, quanto menor a renda (*Exp (B) .999*) do entrevistado mais conservadora é a sua atitude, ou seja, para cada valor a mais de renda diminui em 0,01% as chances de se adotar uma postura hierárquica, maior é a razão de chance de não apoiar a subversão dos lugares sociais.

Na questão sobre o tratamento que o empregado deve reservar ao seu patrão, o modelo de análise desenvolvido também apresentou resultados que seguem a mesma tendência. Quanto menor a escolaridade do indivíduo (*Exp (B) .924*) menor a chance em mudar o tratamento dispensado ao seu patrão, para cada ano de estudo a mais, diminui em 8,0% a chance de ser hierárquico. Em relação à renda também pode-se dizer que quanto menor (*Exp (B) .999*), menos favorável é a atitude do entrevistado de deixar de chamar o patrão de senhor. Em relação à característica sociodemográfica *cor*, os indivíduos que declararam *cor amarela* (*Exp (B) .203*) tendem a ser menos hierárquicos do que os brancos.

Tendência parecida também se observa em relação ao modelo de análise sobre a questão da existência do elevador social. Para

cada ano de escolaridade a mais, diminui em 9,0% a chance de ser hierárquico, ou seja, quanto menos escolarizado (*Exp (B) .911*) o indivíduo, mais favorável é sua postura relativa à existência do elevador social. Em relação à renda, para cada valor de renda que se acrescenta, diminui-se a chance de ser hierárquico, isto é, quanto menor (*Exp (B) .999*) for a renda do entrevistado, mais favorável ele é à existência do elevador social. No que diz respeito à característica sociodemográfica *cor*, destaca-se a maior chance de se ter uma postura hierárquica, 25,2%, dos indivíduos que se declararam pardos (*Exp (B) 1.252*), comparativamente aos brancos, em relação à existência do elevador social.

Nesses modelos de análise a respeito do tema da hierarquia social, as características que se destacam dizem respeito à baixa renda e aos poucos anos de estudos do público que apresenta os posicionamentos mais hierárquicos no que diz respeito à presença de elementos que marcam os lugares sociais e delimitam as distâncias sociais, como a existência do *elevador social*, a *piscina do edifício que não é lugar de empregado* e o tratamento dado ao *senhor-patrão*, que coloca cada qual – empregados e patrões – no seu “devido” lugar.

### **Modelo 3** **Hierarquia Social**

(Razões de chance (*Exp (B)*) de apresentar um posicionamento hierárquico nas situações apresentadas: defender a idéia de que o patrão deve continuar sendo tratado por senhor, mesmo que este diga que pode ser chamado de você; ser favorável à existência do elevador social e do elevador de serviço e, posicionar-se contra o uso da piscina por parte dos empregados de um edifício, mesmo que os moradores do mesmo tenham autorizado).

<b>Hierarquia social – tratamento dado ao patrão</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (ref.)						
Mulher						
Idade						
Renda	,000	,000	10,350	1	,001	,999
Escolaridade	-,079	,010	63,913	1	,000	,924
Branco (ref.)			12,525	4	,014	
Pardo	-,012	,102	,013	1	,910	,988
Negro	,228	,153	2,215	1	,137	1,256
Amarelo	-1,597	,532	9,009	1	,003	,203
Índio	,397	,495	,643	1	,423	1,487
Constant	1,308	,122	114,485	1	,000	3,699
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,1
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						65,00%

Nível de significância de 5,0% ( $p < .05$ )

<b>Hierarquia social – uso do elevador social</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (ref.)						
Mulher						
Idade						
Renda	,000	,000	8,321	1	,004	,999
Escolaridade	-,094	,010	87,815	1	,000	,911
Branco (ref.)			10,609	4	,031	
Pardo	,225	,104	4,706	1	,030	1,252
Negro	-,025	,150	,029	1	,865	,975
Amarelo	-,781	,467	2,797	1	,094	,458
Índio	-,478	,438	1,190	1	,275	,620
Constant	1,299	,124	110,128	1	,000	3,664
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,12
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						64,00%

Nível de significância de 5,0% ( $p < .05$ )

<b>Hierarquia social – uso da piscina</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (ref.)						
Mulher	-,167	,094	3,162	1	,075	,846
Idade						
Renda	,000	,000	7,883	1	,005	,999
Escolaridade	-,077	,010	59,008	1	,000	,926
Branco (ref.)			7,769	4	,100	
Pardo	,193	,105	3,393	1	,055	1,213
Negro	,057	,153	,138	1	,710	1,058
Amarelo	-,853	,450	3,593	1	,058	,426
Índio	-,013	,450	,001	1	,978	,987
Constant	1,445	,135	114,821	1	,000	4,242
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,08
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						65,40%

Nível de significância de 5,0% (p<.05)

### **Conservadorismo sociocultural – âmbito privado (relativo aos valores morais)**

Nesse modelo de análise foram tratadas as questões do papel da mulher na sociedade, do aborto e do homossexualismo, os resultados permitem delinear algumas características do perfil social dos posicionamentos conservadores em relação a essas questões.

Em relação ao tema do papel da mulher quanto ao posicionamento acerca da **divisão do trabalho de cuidar da casa e dos filhos** a análise apontou resultados favoráveis à manutenção dos papéis tradicionais, ou seja, que o trabalho de cuidar da casa e dos filhos seja

exclusivamente uma atividade feminina, entre o público de baixa renda e escolaridade. As chances de o indivíduo ser conservador em relação a essa questão diminui cerca de 10,0% para cada ano de escolaridade (*Exp (B) .905*). Em relação à renda, pode-se dizer que a chance de ser conservador diminui cerca de 0,1% para cada valor de renda (*Exp (B) .999*). Assim, os dados permitem afirmar que **o público mais pobre, assim como o público menos escolarizado, tende a ser mais conservador quando se trata desta questão.**

Acerca da questão sobre a **atitude que uma mulher deveria tomar se fosse agredida fisicamente pelo marido**, os resultados apontaram tendência semelhante. As chances de ser favorável à resposta, de que a mulher não deve tomar atitude alguma no caso de ser agredida sob pena de desmanchar a família, diminuem cerca de 11,0% para cada ano de escolaridade (*Exp (B) .892*). E em relação à renda, a chance de o indivíduo apresentar um posicionamento conservador diminui 0,1% (*Exp (B) .999*) conforme se aumenta a renda, ou seja, o público de menor renda tende a ser mais conservador a esse respeito. E, comparativamente aos homens, as mulheres tendem a se posicionar de modo menos conservador, apontando atitudes de denúncia<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Resultados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001 apontaram que 19,0% das mulheres entrevistadas declararam espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência. Este número aumenta quando são apresentadas outras modalidades de violência às entrevistadas. VENTURI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004.

## Modelo 4

### Papel da Mulher

(Razões de chance (Exp (B) de afirmar que o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é uma atividade que cabe exclusivamente à mulher e de indicar que a atitude que uma mulher agredida deve tomar é a de nada fazer sob pena de desmanchar a família).

<b>Papel da mulher – divisão do trabalho doméstico e cuidado dos filhos</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (referência)						
Mulher						
Idade						
Renda	,000	,000	3,934	1	,047	,999
Escolaridade	-,100	,016	37,933	1	,000	,905
Branco (referência)						
Pardo						
Negro						
Amarelo						
Índio						
Constant	-1,117	,127	77,845	1	,000	,327
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,08
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						90,00%
Nível de significância de 5,0% (p<.05)						

<b>Papel da mulher – atitude em relação à agressão física por parte do marido</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (referência)						
Mulher	-,367	,165	4,966	1	,026	,693
Idade						
Renda	,000	,000	2,419	1	,120	,999
Escolaridade	-,114	,019	36,057	1	,000	,892
Branco (referência)						
Pardo						
Negro						
Amarelo						
Índio						
Constant	-1,153	,165	49,106	1	,000	,316
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,09
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						92,00%
Nível de significância de 5,0% (p<.05)						

Uma outra questão que também faz parte da temática da mulher na sociedade diz respeito ao aborto. Os resultados da análise fatorial apresentada anteriormente apontaram para a existência de associação entre a variável sobre aborto e a variável sobre a questão do homossexualismo, o que pode indicar que são questões que remetem a um mesmo mapa de orientações e valores.

Em relação à questão do aborto, a análise de regressão logística trouxe resultados que apontam uma postura mais conservadora da mulher, comparativamente ao homem. As mulheres tendem, mais do que os homens, a apresentar posturas em favor de que o aborto seja proibido<sup>40</sup>, mulheres tendem a ser 17,0% mais conservadoras do que os homens nessa questão (*Exp (B) 1.174*). No que diz respeito às outras características, conforme a idade aumenta, a tendência contrária ao aborto também aumenta (*Exp (B) 1.105*) em 10,0%. Em relação à renda e à escolaridade a tendência é inversa, ou seja, quanto maior a renda, menor (*Exp (B) .999*) é a chance de apresentar uma postura favorável à proibição do aborto. E mais anos de estudo implica em uma diminuição (*Exp (B) .912*) dessa postura contrária à liberalização do aborto de 9,0% para cada ano de escolaridade. Assim, pode-se dizer que para essa questão do aborto, **os dados permitem afirmar que o público com mais idade tende a ser também o mais conservador, assim como o menos escolarizado e o de mais baixa renda.**

---

<sup>40</sup> Estes dados, de certo modo, confirmam os resultados da pesquisa de 2001, mencionada acima, que questionava também sobre o aborto. Embora com outro enunciado, o sentido das respostas é bastante próximo. 59,0% das mulheres entrevistadas afirmaram que a lei sobre o aborto deve ficar como está. VENTURI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004.

Já quando se trata da questão do homossexualismo, os resultados da análise mostram que as mulheres tendem a ser 21,0% menos conservadoras (*Exp (B) .794*) que os homens. Mas, assim como na temática do aborto, observa-se a tendência de que a chance de ser conservador em relação à questão do homossexualismo, cresce conforme aumenta a faixa etária (*Exp (B) 1.242*), ou seja, o público de mais idade tende a ser mais conservador. Para cada ano de idade, há 24,2% de chances de ser conservadora. Uma outra tendência observada na questão do aborto, que se verifica também nessa questão, diz respeito à escolaridade. **Os dados indicam que quanto menor a escolaridade (*Exp (B) .919*), maior a tendência em adotar uma postura favorável à proibição do casamento entre homossexuais, ou seja, uma postura conservadora.** A variável renda não entrou nesta equação, ou seja, não é uma variável explicativa deste fenômeno. Em relação à variável cor, os dados mostraram que os entrevistados que declararam-se de cor parda (*Exp (B) 1.478*) são 48,0% mais conservadores do que os brancos, em relação ao casamento de homossexuais. E os que se declararam de cor amarela, por sua vez, tendem a ser 63,0% menos conservadores do que os brancos (*Exp (B) .371*).

## Modelo 5

### Homossexualismo e Aborto

(Razões de chance (Exp (B)) de apresentar um posicionamento favorável à proibição de um programa de TV que defenda o casamento entre homossexuais e de defender a idéia de que o aborto deve ser proibido em qualquer situação).

<b>Homossexualismo</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (referência)						
Mulher	-,230	,096	5,780	1	,016	,794
Idade	,216	,041	28,544	1	,000	1,242
Renda						
Escolaridade						
Branco (referência)			21,080	4	,000	
Pardo	,390	,180	13,146	1	,000	1,478
Negro	,260	,157	1,731	1	,188	1,229
Amarelo	-,991	,475	4,354	1	,037	,371
Índio	,957	,548	3,050	1	,081	2,603
Constant	,784	,210	13,959	1	,000	2,190
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,13
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						67,00%

Nível de significância de 5,0% ( $p < .05$ )

<b>Aborto</b>						
	B	S.E.	Wald	DF	Sig.	(Exp (B))
Homem (referência)						
Mulher	,161	,095	2,852	1	,091	1,174
Idade	,100	,041	6,000	1	,014	1,105
Renda	,000	,000	5,191	1	,023	,999
Escolaridade						
Branco (referência)			66,895	1	,000	,912
Pardo						
Negro						
Amarelo						
Índio						
Constant	,117	,189	,384	1	,535	1,124
<i>R<sup>2</sup> (Nagelkerke)</i>						0,12
<i>Porcentagem geral de acerto</i>						67,00%

Nível de significância de 5,0% ( $p < .05$ )

### **Algumas considerações sobre os resultados**

Se a partir desses resultados não se possa falar em um *determinado perfil socioeconômico* que caracteriza os posicionamentos considerados aqui como conservadores e hierárquicos, pode-se ao menos destacar a presença de uma *tendência* que marca a maioria desses posicionamentos caracterizados pelo baixo nível de instrução formal e de renda.

Longe de afirmar que se trata de uma característica nata desses segmentos sociais, acredita-se que a explicação desse fenômeno ou, pelo menos, parte dela esteja mais relacionada à falta de acesso aos bens culturais e materiais tão característica da modernização que se deu na sociedade brasileira de modo desigual. O reconhecimento dos direitos sociais e civis não parece ter se disseminado na sociedade como o direito político do voto foi, de modo que são raros os episódios de reconhecimento da igualdade de direitos das mulheres em relação aos homens, dos empregados em relação aos patrões, dos negros em relação aos brancos, como também são quase nulos os episódios de reconhecimento dos direitos dos homossexuais como direitos humanos. Aliás, os resultados da análise dos dados do ESEB acerca das medidas de controle da violência, que sinalizam favoravelmente à adoção delas, indicam a crescente tendência em direção oposta à linha dos direitos humanos, mais próxima das idéias que marcaram o programa *Tolerância Zero*, e que foram defendidas, nas décadas anteriores, por setores conservadores da sociedade, de que os direitos humanos eram “direitos dos bandidos”. Parece haver uma percepção de que os direitos humanos não são para todos. Ou, pelo menos não devem ser estendidos aos

homossexuais e aos suspeitos de crimes. Com o quadro de violência nos grandes centros urbanos a adesão às medidas punitivas como a prisão perpétua e a prisão para menores aumenta; inclusive entre o público com mais escolaridade, que geralmente tende a apresentar posicionamentos menos conservadores, como ocorre em relação ao papel da mulher na sociedade. O que é indicativo do modo como o conservadorismo se apresenta na sociedade brasileira como um fenômeno multidimensional e não como um fenômeno constituído de opiniões e posicionamentos coerentemente estruturados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a tendência apontada pela literatura, que acena mudanças na cultura política dos brasileiros em direção a uma maior aceitação do regime democrático e uma adesão significativa aos seus procedimentos, como as eleições e o voto, os dados do estudo aqui desenvolvido a partir das informações do ESEB 2002 não somente reforçam esse quadro de apoio à democracia política, mas acrescentam elementos que permitem falar na configuração de um paradoxo da experiência democrática brasileira dos últimos anos, do apoio à democracia coexistir com o conservadorismo nas relações sociais.

Os resultados da análise dos dados do ESEB destacam a presença significativa de posicionamentos conservadores dos brasileiros acerca de questões do âmbito sociocultural. A escolha de um presidente de um histórico partido de esquerda em 2002 não implicou, ou veio acompanhada de mudanças nas posturas conservadoras dos brasileiros no que diz respeito às questões que remetem ao âmbito social, cultural e também aos valores morais.

O conservadorismo que caracteriza a dinâmica das relações sociais na sociedade brasileira se apresenta como um fenômeno multidimensional. Os brasileiros sustentam opiniões e atitudes consideradas conservadoras no que diz respeito às medidas punitivas, como a pena de morte e a prisão perpétua, em relação ao papel reservado à mulher na sociedade, quanto ao aborto e à união civil entre homossexuais, são favoráveis à idéia dos *lugares sociais* com posicionamentos hierárquicos e apresentam atitudes de preconceito racial. Mas esses posicionamentos

não se apresentam de modo estruturado. Não há, entre os brasileiros entrevistados na pesquisa, um conjunto de opiniões e posicionamentos coerentemente agregados e na mesma direção acerca dos temas abordados, que dizem respeito ao conservadorismo. Trata-se de um comportamento com múltiplos fatores, que se define a partir de dimensões específicas e não em blocos, e isso se assemelha a outros fenômenos como, por exemplo, a política. São fenômenos e comportamentos multidimensionais.

Embora não fosse esperado que houvesse um comportamento em *bloco* sobre os temas abordados, dada as especificidades das questões envolvidas na análise, a multidimensionalidade do fenômeno trouxe um elemento novo para o estudo. Esse resultado foi apresentado pela análise fatorial, que fornece uma separação artificializada dos dados e produz uma hierarquia de dimensões, indicando que há pesos distintos entre as variáveis. A partir da formação de fatores fornecida pela análise, foi possível identificar algumas dimensões do conservadorismo designadas como: *dimensão do conservadorismo sociocultural – controle da ordem social, dimensão da hierarquia social, dimensão do autoritarismo social – da desigualdade de tratamento, dimensão do preconceito e da discriminação racial, dimensão do conservadorismo sociocultural – valores morais e escolhas e dimensão do conservadorismo social âmbito público – reforma agrária*. Os resultados apontam para a presença na sociedade brasileira de diferentes aspectos do conservadorismo, de dimensões não necessariamente inter-relacionadas entre si.

Dentre os temas abordados na análise, é a questão da segurança pública, das medidas de controle da violência nos grandes centros urbanos, que aparece como conjunto de variáveis de maior peso

para os brasileiros entrevistados. Ou seja, é a questão das medidas punitivas, os posicionamentos favoráveis à pena de morte, à prisão perpétua e à prisão para menores de idade que melhor designam o conservadorismo na sociedade brasileira nesse contexto recente. Essa foi identificada como dimensão do conservadorismo sociocultural – controle da ordem social.

A hierarquia social aparece como segunda questão de maior peso entre os brasileiros de posturas conservadoras. O conjunto de variáveis que apresentava situações em que se poderiam apreender atitudes hierárquicas aparecem associadas na segunda dimensão. Esse resultado é indicativo de como a idéia dos *lugares sociais* é substantivamente percebida na dinâmica das relações sociais na sociedade brasileira. Na terceira dimensão aparecem as questões sobre o tratamento desigual, assim designadas por abordarem atitudes em relação ao papel da mulher e em relação a frases com conteúdo preconceituoso sobre discriminação racial. Mas é no quarto fator que as variáveis sobre atitudes de discriminação aparecem associadas, indicando ser a dimensão do preconceito racial. As variáveis que tratam das opiniões acerca do aborto e do homossexualismo apareceram associadas no quinto fator, designado como dimensão do *conservadorismo sociocultural – valores morais e escolhas* por abordarem esse aspecto do fenômeno na sociedade.

O tema da reforma agrária aparece somente no último fator do quadro da análise fatorial indicando que essa variável tem um peso menos significativo para os posicionamentos conservadores nesse contexto recente. Dos temas abordados, a questão da reforma agrária, que remete à discussão do patrimonialismo, é a que apresenta elementos a partir dos

quais se pode pensar na contraposição conservador-revolucionário. De fato é essa a variável, dentre as selecionadas nesse estudo, que apresenta alternativas que remetem a essa contraposição e os dados do ESEB apontam para uma tendência que vem se observando nos últimos anos<sup>41</sup> – a população brasileira não se opõe majoritariamente à reforma agrária como medida normativa para o problema da desigualdade social. Não obstante, não se pode negar que o patrimonialismo, a questão da proteção e manutenção da propriedade privada ainda é elemento muito sensível nesse debate na sociedade brasileira. E, os dados do ESEB acerca da opinião sobre a *invasão de terras* trazem elementos que apontam nessa direção.

Esses posicionamentos conservadores, verificados em relação a esses temas do âmbito sociocultural, não estão associados às opiniões a respeito das instituições políticas. Refutando a hipótese originalmente formulada de que os posicionamentos conservadores verificados na dinâmica social estariam relacionados a atitudes e opiniões não-democráticas sobre as instituições políticas, a análise fatorial realizada com os dados do ESEB sugerem que, para os brasileiros, **a dimensão institucional da política define uma dimensão dissociada da dimensão sociocultural tal como foi estabelecida nesta tese.** O modelo de análise elaborado, que apresentou 48,0% da variância explicada, produziu oito fatores em que as variáveis políticas aparecem em duas dimensões, distintas, das dimensões em que aparecem as variáveis socioculturais. As variáveis sobre democracia, eleições presidenciais e voto aparecem, no primeiro fator, com coeficientes que assinalam significativa associação entre elas. Nos

---

<sup>41</sup> Conforme indicam os dados de pesquisas realizadas desde a década de sessenta. Ver dados do Encarte da Revista Opinião Pública, 1996, abril, ano IV, no. 1.

outros fatores as variáveis acerca das questões socioculturais aparecem associadas, como no modelo de análise anterior, indicando a presença de dimensões do conservadorismo. As variáveis sobre as opiniões acerca dos partidos políticos aparecem somente no quinto fator, indicando relativa independência da avaliação das instituições associadas com a democracia, como o voto e as eleições. Esses resultados destacam o caráter multidimensional da política, em que a aceitação do regime democrático parece ser relativamente independente da avaliação das instituições políticas representativas, e também são indicativos da relação dos brasileiros com os partidos políticos, que carecem de vínculos mais próximos com o eleitorado.

Desses resultados apreende-se que **o mundo da política, em que se verifica o apoio à democracia e às suas instituições como o voto e as eleições, parece fazer parte de um outro mapa de orientações, distinto daquele presente no âmbito das relações socioculturais em que se verificou valores, opiniões e atitudes conservadoras. Esses dados sinalizam, de certo modo, para o distanciamento do mundo das instituições políticas das questões do cotidiano dos brasileiros e trazem elementos que reforçam o paradoxo da experiência democrática brasileira.**

Há um mapa de valores em que a adesão normativa à democracia é forte, mas a democratização mantém os traços de uma sociedade conservadora definida por preconceitos fundados em traços de hierarquia social e que tem, nas suas bases socioeconômicas, os seus principais fundamentos.

Os dados do ESEB revelaram que os posicionamentos conservadores na sociedade brasileira se caracterizam por um determinado perfil socioeconômico e demográfico. A partir dos resultados

da análise de regressão logística realizada foi possível identificar essas características sociais associadas a determinadas posturas e opiniões. Confirmando a hipótese inicialmente elaborada, os posicionamentos conservadores estão associados ao público de menor renda, com menos anos de estudos, de mais idade e, na maioria dos casos, formado pelo público masculino. Embora, as opiniões conservadoras, hierárquicas e as atitudes de preconceito racial sejam verificadas também entre outras faixas de renda e escolaridade, é o grupo social menos favorecido socioeconomicamente que melhor caracteriza esses posicionamentos.

Em contraponto aos valores de elitismo e de hierarquia observados entre a elite brasileira em pesquisas da década de noventa com segmentos da elite ( REIS e CHEIBUB, 1995; LIMA e BOSCHI, 1995; LIMA e CHEIBUB, 1996), o que caracteriza os posicionamentos hierárquicos no ESEB são os dados encontrados entre o público mais pobre e menos escolarizado. Elemento que destaca o caráter perverso desses episódios de hierarquia social, em que aquele que sofre o tratamento desigual e diferenciado é também aquele que contribui para sua manutenção.

Outro elemento que merece destaque nesse quadro de caracterização do perfil social dos posicionamentos conservadores diz respeito às posturas em relação às medidas punitivas como a pena de morte e a prisão perpétua. Como verificado nos outros posicionamentos conservadores, são as características socioeconômicas de baixa renda e pouca escolaridade que formam o perfil do posicionamento favorável, mas o que se destaca nesse caso são os dados sobre a cor dos entrevistados<sup>42</sup> que se posicionaram contra essas penas - os indivíduos que se declararam de cor preta e parda.

---

<sup>42</sup> Vale destacar novamente que o ESEB trabalhou com as categorias de cor utilizadas pelas pesquisas do IBGE.

Em uma sociedade em que a *aparência* tem peso tão substantivo nas relações sociais essas características sociodemográficas não podem ser tomadas apenas como um dado. Considerando que são negros e afrodescendentes os que mais sofrem com o preconceito e a perseguição policial (SOUZA, 2005) e levando em conta os dados que apontam a desigualdade do acesso à justiça e o tratamento desigual desempenhado por ela em relação aos réus brancos e negros (ADORNO, 1995, 1996), esse quadro de preconceito e de desigualdade contribui para o entendimento das posturas contrárias às medidas punitivas por parte dos indivíduos que se declararam de cor preta.

A tendência apontada pelos dados no que diz respeito ao perfil social dos posicionamentos conservadores é a de que estes são constituídos pelo público de menor renda e com poucos anos de estudo. Ao invés de atribuir esses posicionamentos a uma pré-disposição desses grupos sociais prefere-se interpretar esses resultados como desdobramentos da falta de acesso aos bens materiais e culturais que caracterizam a modernização que aqui se desenvolveu de modo tão desigual. O reconhecimento dos direitos sociais e civis não parece ter se disseminado na sociedade como ocorreu com o direito político do voto. Assim, não se reconhece a **igualdade de direitos** das mulheres em relação aos homens, dos empregados em relação aos patrões, dos negros em relação aos brancos, como também são poucos os sinais de reconhecimento dos direitos dos homossexuais. E os resultados da análise dos dados do ESEB sobre as soluções para o controle da violência nos grandes centros urbanos, que apontam para o significativo apoio à adoção da pena de morte e da prisão perpétua, indicam justamente a crescente tendência em direção oposta ao respeito pelos direitos humanos. É significativa a percepção de que os direitos humanos não são

para todos, ou pelo menos, não devem ser estendidos aos homossexuais e aos suspeitos de crimes. O aumento da criminalidade e da violência nas grandes cidades alimenta a adesão da população às medidas punitivas como a prisão perpétua e a redução da maioria penal, inclusive entre o público com mais escolaridade, que geralmente tende a apresentar posicionamentos menos conservadores, como se verifica em relação ao papel da mulher na sociedade. Esses elementos destacam o caráter multidimensional do conservadorismo na sociedade e sugerem o caráter incongruente da democratização brasileira, na medida em que coexistem com o desenvolvimento de valores e orientações democráticas no âmbito da política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO. Sérgio (1995) Discriminação Racial e Justiça criminal. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 43: 45-63.

\_\_\_\_\_ (1996) Racismo, criminalidade, violência e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparada. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, no. 18.

ADORNO. T.W., FRENKEL-BRUNSWIK. Else, LEVINSON. Daniel J., SANFORD. R.Nevitt, (1965) *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires, Editorial Proyección.

AGUIAR, Neuma (org.) (1974) *Hierarquias em Classes*. Rio de Janeiro, Zahar.

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (1967) *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston, Little, Brown and Company.

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (orgs.) (1980) *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown and Company.

ALMOND, Gabriel (1990) *A discipline divided: Schools and Sects in Political Science*. Nova York, Sage.

ALMOND, Gabriel & POWELL, G. B. (1966) *Comparative politics: a developmental approach*. Boston, Little, Brown and Company.

ALVAREZ, Marcos César (2002) A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados Revista de Ciências Sociais*, Rio de

Janeiro, Vol. 45, no. 4: 677-704.

ALVES, Maria Teresa G., (1999) *Repensando a nova direita: subsídios para a compreensão do apoio a candidatos de direita no município de São Paulo de 1988 a 1996*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH – USP.

AVRITZER, Leonardo (1995) Cultura política, atores sociais e democratização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. no. 28: 109-122 (Junho).

BALBACHEVSKY, Elizabeth (1992) Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil. *Revista Lua Nova – Especial: Cultura e Política*, São Paulo, CEDEC, Marco Zero, (26): 133-165.

BALBACHEVSKY, Elizabeth e HOLZHACKER, Denilde Oliveira (2004) Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. X, no. 2: 242-253 (outubro).

BELLI, Benoni (2000) Polícia, “Tolerância Zero” e exclusão social. *Novos Estudos*, no. 58.

BOBBIO, Norberto, (1995) *Esquerda e Direita: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. Em SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.), (1995) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5ª. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BURKE, Edmund, (1982) *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio, (1991) Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, (30): 162-174, (julho).

---

\_\_\_\_\_, (2000) *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34/Edusp.

CHAIA, Vera Lucia Michalany (1991) *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo, Humanidades.

CHAUÍ, Marilena de Souza (2000) *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

CONVERSE. Philip E., (1964) *The Nature of Belief Systems in the Mass Publics*. In APTER, David (ed.) *Ideology and Discontent*. N. York: The Free Press. (Tradução de Plínio Dentzien).

CUEVA. Agostin, (1989) *A Guinada Conservadora*. Em CUEVA, Agostin, *Tempos Conservadores. A direitização no Ocidente e na América Latina*. São Paulo, Hucitec.

DA MATTA. Roberto, (1997) *Sabe com quem está falando?* Em *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª. edição, Rio de Janeiro, Zahar.

DAGNINO. Evelina, (1994) *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. Em DAGNINO, Evelina, (org.) *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

DAMASCENO, Caetana Maria (2000) "Em casa de enforcado não se fala em corda": notas sobre a construção social da "boa" aparência no Brasil. Em GUIMARÃES, A. S. A. e HUNTLEY, Lynn (2000) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DUMONT, Louis (1974) *Castas, Racismo e "Estratificação"*, Reflexões de um antropólogo social. Em AGUIAR, Neuma *Hierarquias em Classes*. Rio de Janeiro, Zahar.

ECKSTEIN, Harry (1988) *A Culturalist Theory of Political Change*. *American Political Science Review*. Vol. 82, 03 (September).

ELKINS, David J. & SIMEON, Richard E. B. (1979) A Cause in Search of Its Effect, or What Does Political Culture Explain? *Comparative Politics*, Vol. 11, No. 2 (January).

ELKINS, ZACHARY (2000) Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, v.6, n.1, Campinas, (abril).

FENOCCHIO. Jaime Del Arenal, (2002) La historiografía conservadora mexicana del siglo XX. *Metapolítica*, Vol. 6 (22): 47-55, (marzo/abril).

GARCIA, Marco Aurélio (1994) Esquerdas: Rupturas e continuidades. Em DAGNINO, Evelina, (org.) *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

GIDDENS. Anthony, (1996) *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.

GUIMARÃES, A. S. A. e HUNTLEY, Lynn (2000) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GUIMARÃES, A. S. A. (2002) *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Ed. 34.

\_\_\_\_\_ (2004) *Preconceito e Discriminação*. 2ª. ed., São Paulo, Ed. 34.

\_\_\_\_\_ (1999) *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Ed. 34.

HUNTER. Allen, (1981) Entre bastidores: ideologia y organización de la nueva derecha. *Revista Mexicana de Sociología*, (43): 1745-1780.

IANNI. Octávio, (1989) A Nova República do Brasil. Em CUEVA, Agostin, *Tempos Conservadores. A direitização no Ocidente e na América Latina*. São Paulo, Hucitec.

INGLEHART, Ronald (1971) The Silent Revolution in Europe: Intergenerational in Post-Industrial Societies. *The American Political Science Review*, Vol. 65, No. 4: 991-1017 (December).

\_\_\_\_\_ (1977) Values, Objective Needs, and Subjective Satisfaction Among Western Publics. *Comparative Political Studies*, Vol. 9, No. 4: 429-458 (January).

\_\_\_\_\_ (1988) The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, Vol. 82, No. 4: 1203-1230 (December).

\_\_\_\_\_ (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, Princeton University Press.

\_\_\_\_\_ (1993) A Democratização em Perspectiva Global. *Opinião Pública*, Campinas, CESOP/UNICAMP, Ano I, (01): 9-42, (julho/agosto).

INGLEHART, Ronald and BAKER, Wayne E. (2000) Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, Vol. 65, No. 1: 19-51 (February).

JACOBS, David and CARMICHAEL, Jason T. (2002) The political sociology of the death penalty: a pooled time-series analysis. *American Sociological Review*; Vol. 67, n. 1 (Feb.).

\_\_\_\_\_ (2004) Ideology, Social Threat, and the Death Sentence: Capital Sentences across Time and Space. *Social Forces*, 83, 1 (249-278) (September).

KINZO, Maria D'Álva Gil (2004) Partidos Eleições e Democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 19, no. 54, (fevereiro).

\_\_\_\_\_ (2005) Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, no. 57 (fevereiro).

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet (1999) As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 24:227-250.

LAMOUNIER, Bolívar (1978) Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. Em CARDOSO, F.H. e LAMOUNIER, Bolívar (orgs.) *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2a. Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LAMOUNIER, Bolívar e SOUZA, Amaury de (1990) A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira. Em *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, Editora Sumaré.

LAMOUNIER, Bolívar e SOUZA, Amaury de (1991) Democracia e Reforma Institucional no Brasil: Uma cultura política em mudança. *Dados*, vol. 34, no. 3, (311-347).

LAMOUNIER, Bolívar e MUSZYNSKI, Maria Judith Brito (1986), A Eleição de Jânio Quadros. Em LAMOUNIER, Bolívar (org.), *1985: O Voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP.

LAWSON Kay (2000) When linkage fails. In *When linkage fails. Emerging Alternative organizations*. Princeton University Press.

LIMA, Maria Regina Soares de e CHEIBUB, Zairo Borges (1996) Instituições e Valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira.

LIMA, Maria Regina Soares de e BOSCHI, Renato Raul (1995) Democracia e Reforma Econômica: A visão das elites brasileiras. *Dados*, vol. 38, no. 1, (7-30).

MANNHEIM. Karl, (1986) O pensamento conservador. Em MARTINS, José de Souza, (org.) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. Segunda edição. São Paulo, Hucitec.

MENEGUELLO, Rachel (1996) Electoral behaviour in Brazil: The 1994 presidential elections. *UNESCO*.

MENEGUELLO, Rachel (1998) *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (2002) Marcos da Esquerda Brasileira nos anos 90. Dilemas e Avanços do Partido dos Trabalhadores. Mimeo, CLACSO, Campinas. 22-23 outubro.

MENEGUELLO, Rachel (2006) Aspects of democratic performance: Democratic adherence and regime evaluation in Brazil, 2002. *International Review of Sociology*, Vol. 16, Issue 3, (617-635), november.

MENEGUELLO, Rachel (2007) Grounds for Democratic Adherence: Brazil, 2002-2006 In *Lanic Etext Collection*, v.1, 1-38. University of Texas, Austin.

MOISÉS, José Álvaro (1990) Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, no. 22 (dezembro).

MOISÉS, José Álvaro (1992) Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*, no. 26.

MOISÉS, José Álvaro (1995) *Os brasileiros e a democracia. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Editora Ática.

MOISÉS, José Álvaro and OLIVEIRA, Gabriela de (2005) Democracy, Political Distrust, and Dissatisfaction with the Regime: The Case of Brazil. Texto apresentado na Conference Ten Years of Latinobarometro September 19th – 20th 2005. The Latin American Centre, University of Oxford.

MOISÉS, José Álvaro (2005) A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Vol. 11, no. 1, (março).

MOISÉS, José Álvaro (2006) The effect of trust for democratic institutions. *International Review of Sociology*, Vol. 16, Issue 3, November.

\_\_\_\_\_ (2006) Citizens Distrust in Democratic Institutions.

*International Review of Sociology*, Vol. 16, Issue 3, November.

\_\_\_\_\_ (2008) *Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, no. 66, (fevereiro).

MOUFFE, Chantal, (1981) *Democracia y nueva derecha*. *Revista Mexicana de Sociología*, (34): 1829-1846.

MULLER, Jerry (1997) *Conservatism. An anthology of Social and Political Thought from David Hume to the Present*. Princeton, Princeton University Press.

MULLER, Edward N. and SELIGSON, Mitchell (1994) *Civic Culture and Democracy: The question of Causal Relationships*. *American Political Science Review*, Vol. 88, No. 3: 635-652 (September).

MUSZYNSKI, Maria Judith Brito e LAMOUNIER, Bolívar (1986), *A Eleição de Jânio Quadros*. Em LAMOUNIER, Bolívar (org.), *1985: O Voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP.

NISBET, Robert (1987) *O conservadorismo*. Lisboa, Editorial Estampa.

NISHIMURA Katia Mika, (2002) *Tendências Políticas, Preferências e Atitudes Conservadoras em São Paulo, Porto Alegre e Salvador*. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP.

NORRIS, Pippa (2005) *A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical*. *Opinião Pública*, Vol. 11, no. 1, (março).

PATEMAN, Carole (1980) *The civic culture: a philosophic critique*. *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown and Company.

PIERUCCI Antônio Flávio, (1987) *As bases da nova direita*. São Paulo *Novos Estudos Cebrap*, (19): 26-45, (dezembro).

PIERUCCI, Antônio Flávio, (1999) *Ciladas da diferença*. 2ª. edição. São Paulo, USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Ed. 34.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e POPPOVIC, Malak (1995) *How to consolidate democracy? A human rights approach*. Blackwell Publishers, UNESCO.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando e CHEIBUB, José Antônio (2003) *Democracia e Cultura: Uma visão não culturalista*. *Lua Nova*. no. 58.

PYE, Lucien & VERBA, Sidney (1966) *Political culture and development*. Princeton, New Jersey, Univ. Press.

RAMOS, Silvia e CARRARA, Sérgio (2006) A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16 (2): 185-205.

REIS, Elisa P. e CHEIBUB, Zairo Borges (1995) Valores Políticos das Elites e Consolidação Democrática. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 38, no. 1, (31-56).

RENNÓ Lúcio (1998) Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, no. 45: 71-93 (Setembro).

SADEK, Maria Teresa *et alli* *Eleições – 1986*. São Paulo. Vértice. Editora Revista dos Tribunais, IDESP.

SADEK, Maria Teresa (1986) A trajetória de Jânio Quadros. Em LAMOUNIER, (org.), 1985: *O Voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP.

SADER, Eder (1995) *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SALES, Teresa, (1992) "A cultura da desigualdade" em *Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil*. Tese de Livre-Docência. IFCH-Unicamp, Campinas.

SALES, Teresa, (1994) Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9 (25): 26-37, (junho).

SAMUELS, David (2008) A evolução do petismo 2002-2008. *Opinião Pública*, Vol. 14, 2.

SANTOS, Gevanilda (2005) A cultura política da negação do racismo institucional. Em SANTOS, Gevanilda e SILVA, Maria Palmira (orgs.) *Racismo no Brasil: percepção da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, Gevanilda e SILVA, Maria Palmira (orgs.) (2005) *Racismo no Brasil: percepção da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SANSONE, Livio (2004) *Negritude sem Etnicidade: O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador/Rio de Janeiro.

SARTORI, Giovanni (1987) *Theory of democracy revisited*. Chatham House.

SILVA TELLES, Vera da (1994) Sociedade civil e a construção de espaços públicos. Em DAGNINO, Evelina, (org.) *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de, (1992) The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An Interpretation of Style and Substance in CHALMERS, Douglas A.; SOUZA, Maria do Carmo Campello de, and BORON, Afílio, (ed.), *The Right and Democracy in Latin America*, Columbia University.

TAGUIEFF, Pierre-André (1994) "From Race to Culture: The New Right's View of european identity". *Telos*, no. 98-99 (Vol. Duplo), Inverno de 1993-

primavera de 1994, 99-125.

TELLES, Edward. (2003) *Racismo à brasileira. Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

THÉRET. Bruno, (1994) O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (24): 49-65, (fevereiro).

TURRA. Cleusa, e VENTURI. Gustavo, (org.) (1995) *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Folha de S. Paulo/Datafolha, São Paulo. Ed. Ática.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. (org.) (2004) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

VILAS. Carlos (1997) Introdução. Em CHALMERS, Douglas A.; VILAS, Carlos M.; HITE, Katherine; MARTIN, Scott B.; PIESTER, Kerianne; e SEGARRA, Monique; *The new politics of inequality in Latin America. Rethinking Participation and Representation*, Oxford University Press.

WHITEFIELD, Stephen & EVANS, Geoffrey (1999) Political Culture versus Rational Choice: Explaining Responses to Transition in the Czech Republic and Slovakia. *British Journal of Political Science*, no. 29: 129-155.

WILDAVSKY Aaron & LAITIN David D. (1988) Political Culture and Political Preferences. *The American Political Science Review*, Vol.82, No. 2: 590-597 (June).

WILDAVSKY Aaron (1987) Choosing Preferences by Constructing Institutions: A Cultural Theory of Preference Formation. *American Political Science Review*, Vol. 81, No. 1: 3-21 (March).

## FICHA TÉCNICA: ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO

Universo: população brasileira

Tamanho da amostra: 2.513 casos

A amostra do ESEB representa a população brasileira maior de 16 anos de idade. As características do plano amostral são:

- Probabilística sem substituição;
- Três (3) estágios de seleção:
  - § Município (Unidade Primária de Amostragem),
  - § Setor censitário (Unidade Secundária de Amostragem) e
  - § Domicílio (Unidade Terciária de Amostragem)

Para o sorteio dos municípios foram consideradas a divisão político-administrativa das regiões do Brasil: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Também foram consideradas as 27 capitais como auto-representativas.

Desse modo, o ESEB conta com 6 estratos geográficos:

- Região Norte;
- Região Centro-Oeste;
- Região Nordeste;
- Região Sudeste;
- Região Sul e
- As Capitais.

Margem de erro: 3 pontos percentuais

Intervalo de confiança: 95%

Entrevistas domiciliares

Data das entrevistas: período pós-eleitoral, entre 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002

Coordenação:

Rachel Meneguello e Fernando Antônio Lourenço (CESOP e IFCH-UNICAMP)

Alberto Almeida e Zairo Cheibub (FVG-Opinião)

Financiamento:

**CAPE** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e **FAPESP** (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)\*

*\*obs: ao contrário das demais unidades da federação, a amostra realizada no estado de São Paulo permite inferências específicas*

Identificação no Banco de Dados do CESOP: **CESOP-FGV/BR02.MAI-01838**

**Anexo – Tabelas das variáveis socioeconômicas e demográficas – ESEB 2002**

**Idade**

<i>Idade do entrevistado por faixa</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
16 a 24 anos	471	18,7
25 a 34 anos	549	21,9
35 a 44 anos	596	23,7
45 a 59 anos	545	21,7
60 ou mais	351	14,0
Total	2513	100

**Sexo**

<i>Sexo do entrevistado</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Masculino	1184	47,1
Feminino	1328	52,9

**Escolaridade**

<i>Escolaridade do entrevistado por faixa</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Sem instrução	201	8,01
Até 4ª. série	667	26,5
De 5ª a 8ª. séries	540	21,5
2º. grau	783	31,2
Superior ou mais	322	12,8
Total	2513	100

### Renda mensal familiar

<i>Renda mensal familiar por faixa</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Sem renda	40	1,9
Até um salário mínimo	303	14,0
De um a quatro salários mínimos	967	44,6
De mais de quatro a sete salários mínimos	336	15,5
De mais de sete a dez salários mínimos	255	11,8
De mais de dez a treze salários mínimos	61	2,8
De mais de treze salários mínimos	205	9,5
Total	2167	100

### Cor do entrevistado

<i>Cor do entrevistado</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Branco	1218	48,6
Pardo	926	37,0
Preto	300	12,0
Amarelo	33	1,3
Índio	27	1,1
Total	2503	100